

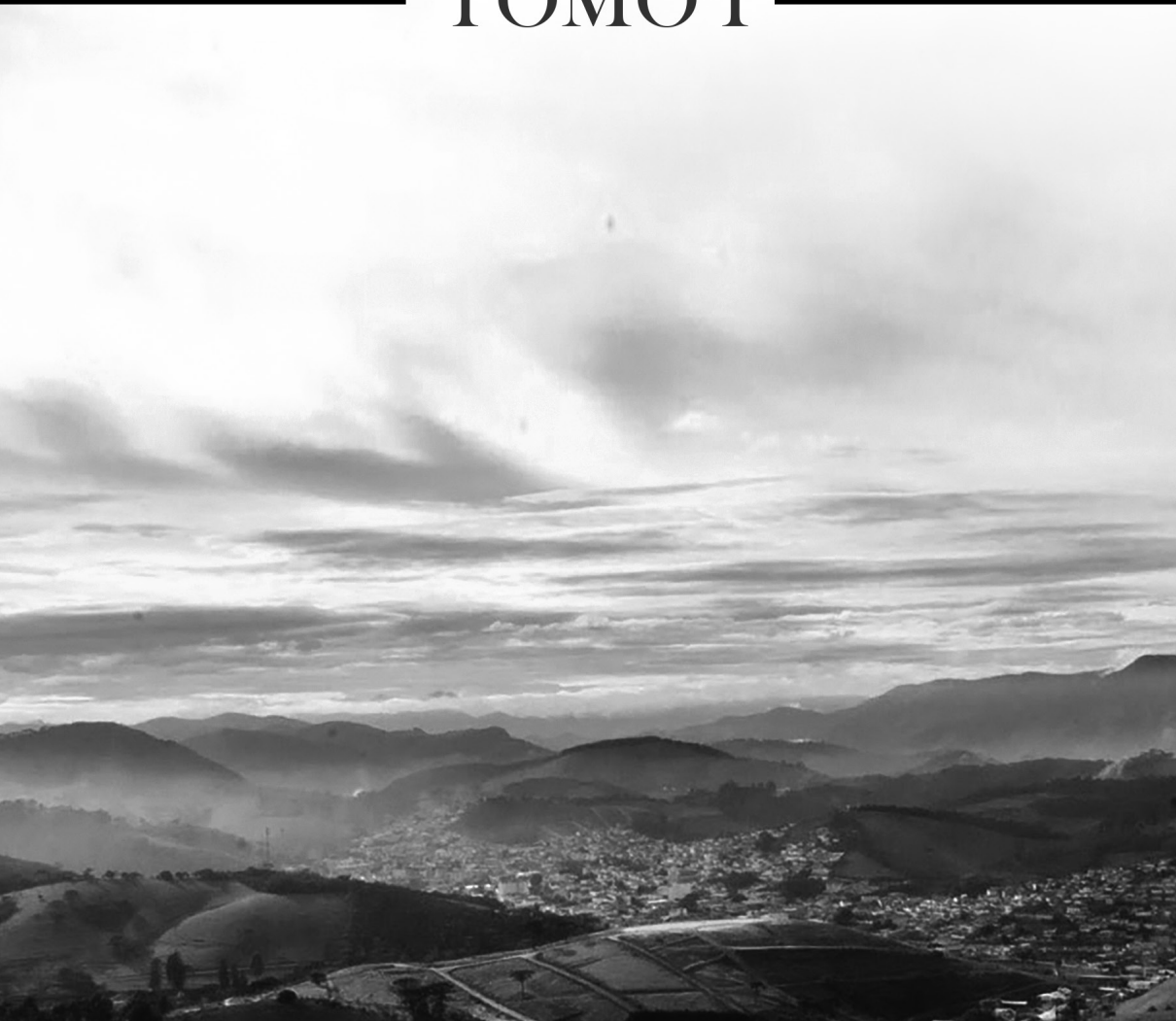
Memorial da Câmara Municipal de
Maria da Fé

TOMO I



Memorial da Câmara Municipal de
Maria da Fé

TOMO I



SUMÁRIO

Sumário

Ficha Técnica	05
Apresentação	07
Escola do Legislativo e Memorial	10
Impressões da Pesquisadora	14
Primeiro Período	19
Primeira Câmara Municipal	34
Segunda Câmara Municipal	36
Terceira Câmara Municipal	38
Quarta Câmara Municipal	41
Quinta Câmara Municipal	43
Anotações de uma época	45
Textos Complementares	83



Sra. Maria da Fé - pintura de Consuelo Arantes de S. Lourenço (obra fictícia)

Legislatura 2017/2020

Presidentes

Rodrigo Guimarães Braga (2017- 2018)
Henrique Cezar Bernardes (2019- 2020)

Vereadores

Adolfo Cardoso Mendes
Antônio Ricardo Albino
Hélder Márcio de Campos
José Clênio Ribeiro Mendes
Jucemar Ribeiro Cardoso
Leonardo da Silva Carvalho
Maria Francisca Rodrigues Siqueira

Diretoria Jurídica

Ricardo Vitor Ribeiro

Diretoria Administrativa

Rita de Cássia Almeida

Diretoria Financeira

Karina Siqueira Antonio

Assessoria Legislativa

Samara Cristina Balbino

Realização: Câmara Municipal de Maria da Fé
Execução: Escola do Legislativo de Maria da Fé
Direção Editorial: Rita de Cássia Almeida
Pesquisadora/Historiadora: Maria Magda Ribeiro da Silva
Redação: Maria Magda Ribeiro da Silva
Revisão de texto: Bruna Machado Moraes
Projeto gráfico e diagramação: Jaime Sá Motta Augusto
Foto de capa: acervo de Maria Rita Sales Marchetti
Impressão: Gráfica e Editora O Lutador

1^a Edição
1.000 exemplares

Maria da Fé, dezembro de 2019.



APRESENTAÇÃO

Os registros históricos da Câmara Municipal preservam um dos maiores patrimônios documentais do nosso município e registram para sempre a evolução da sociedade e da própria cidade, desde a sua emancipação política, ocorrida em 1º de junho de 1912, até os dias atuais. São 107 anos de história da primeira instituição pública do Município.

Quando assumimos esta Legislatura, encontramos o Memorial da Câmara legalmente criado pela Resolução nº 150/2013, por uma proposição de iniciativa do então vereador Rodolfo Cândido da Silva, com o registro de início de trabalho de pesquisa histórica realizado pela historiadora Maria Magda Ribeiro da Silva. Embora os trabalhos tenham sido iniciados, nada havia sido implementado.

Oportunizar a informação histórica do Poder Legislativo mariense aos estudantes, pesquisadores e público em geral é uma preocupação desta Legislatura. O Memorial foi criado com o objetivo de reunir, gerenciar, divulgar e preservar fatos da trajetória do legislativo mariense garantindo a divulgação de seus registros por meio de ações junto à comunidade, que evidenciem sua importância no contexto histórico do município. Portanto, cumprir a Resolução, garantir a preservação, conservação e acesso a memória política do município e de seus homens públicos à sociedade é um dever da Câmara.

A publicação que aqui apresentamos, buscou registrar os primeiros anos do Legislativo mariense e dar ao Memorial da Câmara o primeiro volume de uma futura coletânea de livros que darão o sentido da permanência da Instituição Legislativa como símbolo de continuidade do próprio município de Maria da Fé, como unidade política autônoma e da coesão do seu povo.

Neste breve e inédito histórico há a compilação pura de fatos e dados de aspectos significativos da formação e desenvolvimento da cidade, através da atuante participação dos vereadores no processo administrativo local e nas suas normativas e regulamentos. Registros memoráveis extraídos do acervo do próprio Memorial que comprovam que muitas experiências ocorreram e foram relevantes para a construção do contexto atual.

Nosso maior desejo é o de que este livro e a preservação e manutenção das atividades do Memorial da Câmara permitam novas leituras sobre a história do Legislativo mariense, motivem novas pesquisas e colaborem para que a população conheça um pouco mais a cidade em que vive.

Vereadores 2017/2020



COMPRA E RECEBE
RROZ PARA BENEFICIAR
EXPORTADOR DE CEREAIS

MACHINA DE BENEFICIO

PEDRO

BAPTISTA

ESCOLA DO LEGISLATIVO E MEMORIAL

Antes que o leitor entre em contato com a história da Câmara Municipal de Maria da Fé, é necessário esclarecer a relação da Escola do Legislativo com o Memorial da Câmara.

A Escola do Legislativo foi criada pela Resolução 02/2017 com o papel constitucional de contribuir na formação e aperfeiçoamento profissional de agentes políticos e servidores públicos, bem como o desenvolvimento de ações que visem à aproximação da sociedade com o parlamento municipal.

Dos trabalhos da Escola do Legislativo para a sociedade destacamos o desenvolvimento de ações de educação para a cidadania; a oferta de uma biblioteca legislativa com um banco de informações e referências bibliográficas que tratam de assuntos atinentes à política e legislação brasileira; e a coordenação do Memorial da Câmara, com o desenvolvimento de projetos na área da história e memória política do município de Maria da Fé.

Embora tenha sido criado em 2013, foi somente com a criação da Escola do Legislativo que o Memorial da Câmara passou a ser trabalhado de forma a cumprir seu principal objetivo que é reunir, gerenciar, divulgar e preservar fatos da trajetória do legislativo mariense.

O Memorial da Câmara representa hoje um dos mais importantes acervos históricos do município de Maria da Fé, sendo talvez a maior fonte de pesquisa sobre a formação do município e o Poder Legislativo Municipal à disposição dos marienses. Seu acervo guarda referências à identidade, à ação e à memória não só dos legisladores como também de inúmeros cidadãos que tem seus nomes registrados na documentação oficial da Câmara, representando um elemento importante para a compreensão da identidade social e cultural dos cidadãos marienses.

Assim sendo, a Escola do Legislativo cuidou inicialmente de organizar todo o acervo documental da Câmara para, em seguida, cumprir com uma das principais atribuições impostas pela Resolução 150/2013 para o Memorial: a edição de livros, periódicos e publicações necessários à divulgação do acervo histórico da Câmara Municipal de Maria da Fé.

A edição deste livro, primeiro volume de futura coletânea histórica, representa, portanto, o cumprimento da legislação. Fruto de meses de dedicação e trabalho, ele foi gerado e desenvolvido graças à parceria estabelecida com a pesquisadora mariense Maria Magda Ribeiro da Silva, que trabalhou voluntária e incansavelmente para que esta edição pudesse ser publicada pela Câmara Municipal.

A obra apresenta um minucioso trabalho de pesquisa e de compilação documental que traz a história da Câmara, contextualizada na história do município de Maria da Fé até 1930.

A pesquisadora, através da transcrição de muitos documentos, enriqueceu os principais fatos da História do Município, onde homens muito sérios e mulheres muito corajosas plantaram as sementes do progresso de nossa cidade, com exemplos de honestidade e competência, na construção do seu futuro.

A edição deste livro e o trabalho realizado para a criação de memoriais em outras casas legislativas nos leva à conclusão que nem sempre as instituições atuais são as melhores e nem sempre os processos de nossa racionalidade nos conduziram a soluções mais eficientes. Às vezes, a suposta desorganização do passado ou fragilidade dos gestores de uma época, vista do ponto presente, revela-se mais assertiva do que todas as estruturas de competências puderam nos conduzir. Não é possível retornar e recomeçar essa história, mas devemos reconhecer que ao estudarmos a história boas ideias do passado podem ser inspiradores de soluções para o presente.

Tive o privilégio de acompanhar a edição de cada página deste livro e posso afirmar ser impossível descrever o orgulho que senti ao desvendar

cada feito dos vereadores da época narrada. Passei dias imaginando que uma das prováveis explicações para o senso de operacionalidade daqueles vereadores tenha sido o fato de se misturarem na própria função executiva, quando ainda não havia sido destacada a figura do prefeito municipal. Cada vereador foi parte de um todo e construiu, com os demais, a história dessa sociedade, legando às gerações futuras, por meio dos produtos criados e das intervenções no ambiente, registros capazes de propiciar a compreensão da história mariense pelas futuras gerações.

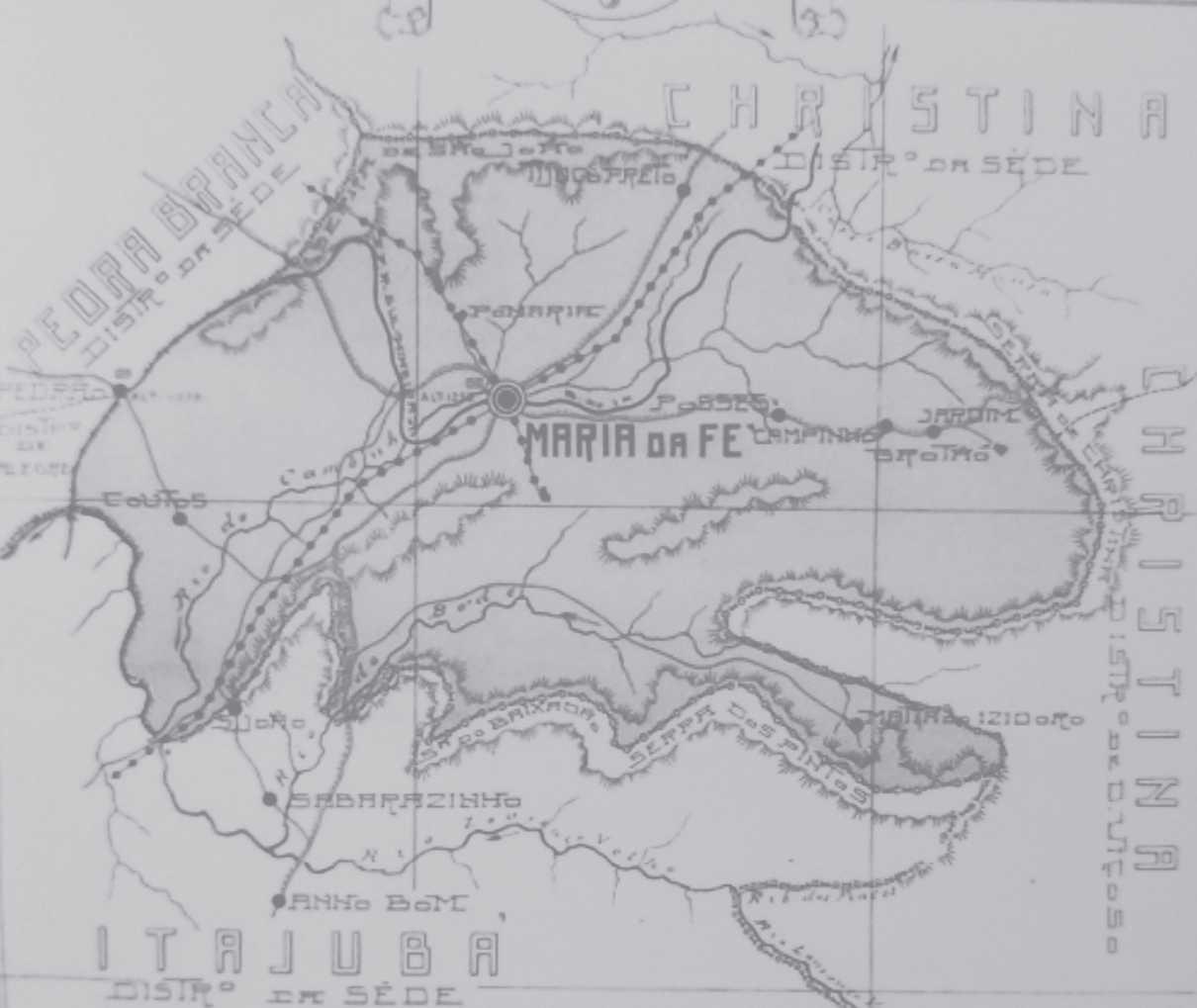
O empenho da historiadora, a colaboração da comunidade, bem como o apoio de todos os Vereadores que integram a atual Legislatura, permitiu a produção desta irresistível página da história de Maria da Fé.

Boa leitura e boas inspirações!

Rita de Cássia Almeida
Diretora da Escola do Legislativo de Maria da Fé
Diretora da Região Sudeste da Associação Brasileira
de Escolas do Legislativo e de Contas - ABEL



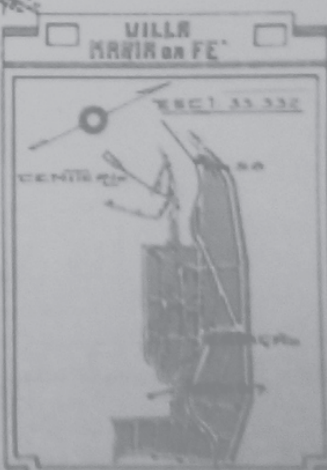
DE
MARIA DA FE
 ESCALA: 1:40.000



- LEGENDA**
- VILLA
 - POB. DO
 - DISTR. DE MUNICÍPIO
 - DISTRITO
 - ESTR. DE FERRO
 - ESTR. DE FERRO SIMPL.
 - ESTR. DE FERRO DUEL.
 - CAMINHO
 - LINHA TELEF. —
 - TORREJA
 - ZAFERON

AREA E POPULAÇÃO

DISTRITO UNICO	AREA EM Ha 2	POPULAÇÃO em 1950	POPULAÇÃO em 1950
MARIA DA FE	150,42	7772	51,50



IMPRESSÕES DA PESQUISADORA

Um Memorial consiste no registro de uma trajetória vivida. É o resultado de uma narrativa da própria experiência ou de outros, a partir de fatos significativos, privilegiando a dimensão reflexiva. Uma metáfora interessante para compreender esse sentido é dizer que é como ‘olhar a experiência através de um retrovisor’, que permite enxergar determinadas dimensões da realidade vivida” (MEC/2008).



E escrever a memória da Câmara dos Vereadores é sempre um desafio para qualquer historiador, que dirá para uma modesta professora de História, mesmo que se valha de registros fidedignos, preservados nos espaços das folhas amareladas das atas e nos depoimentos das pessoas ligadas aos fatos, ainda que sejam lembranças remotas marcadas pela admiração e orgulho dos seus antepassados.

Um Memorial também não é um trabalho científico realizado dentro da rigidez de normas e técnicas da academia, porque ele é sentimento, lembranças e saudades.

O objetivo deste registro, portanto, foi montar uma memória documentada a partir das atas da Câmara Municipal, contendo alguns dos acontecimentos mais significativos vividos pelas pessoas que participaram da gestão legislativa do município de Maria da Fé, desde a sua fundação, em 1º de junho de 1912. Foi registrar os fatos para que as realizações dos vereadores não se percam no tempo e possam ser visitadas/pesquisadas pelas gerações futuras. Foi um exercício de reflexão baseado em pesquisas já realizadas por diversas pessoas da nossa comunidade e experiências vividas como cidadã, nascida e criada no espaço deste município, que deseje a visão do coletivo, o conhecimento da força de realização dos vereadores e de outros marienses, expressa em diferentes olhares,

no saber compartilhado com outros autores, no intuito de enriquecer e permitir uma visão múltipla da realidade.

Para tanto, este livro foi baseado na descrição minuciosa dos atos dos vereadores, registrados pelos secretários das diversas atas ordinárias e extraordinárias escritas ao longo da trajetória da Câmara Municipal, e em diversas fontes históricas existentes no município, dentre as quais estão o acervo histórico das escolas municipais e de outras instituições organizadas, entrevistas com os próprios vereadores e/ou com suas famílias, fotos e depoimentos de diversas pessoas da comunidade e das redes sociais, em especial através do Grupo “Maria da Fé Antiga, histórias da cidade que amamos”, criado especialmente para esse fim em rede social.

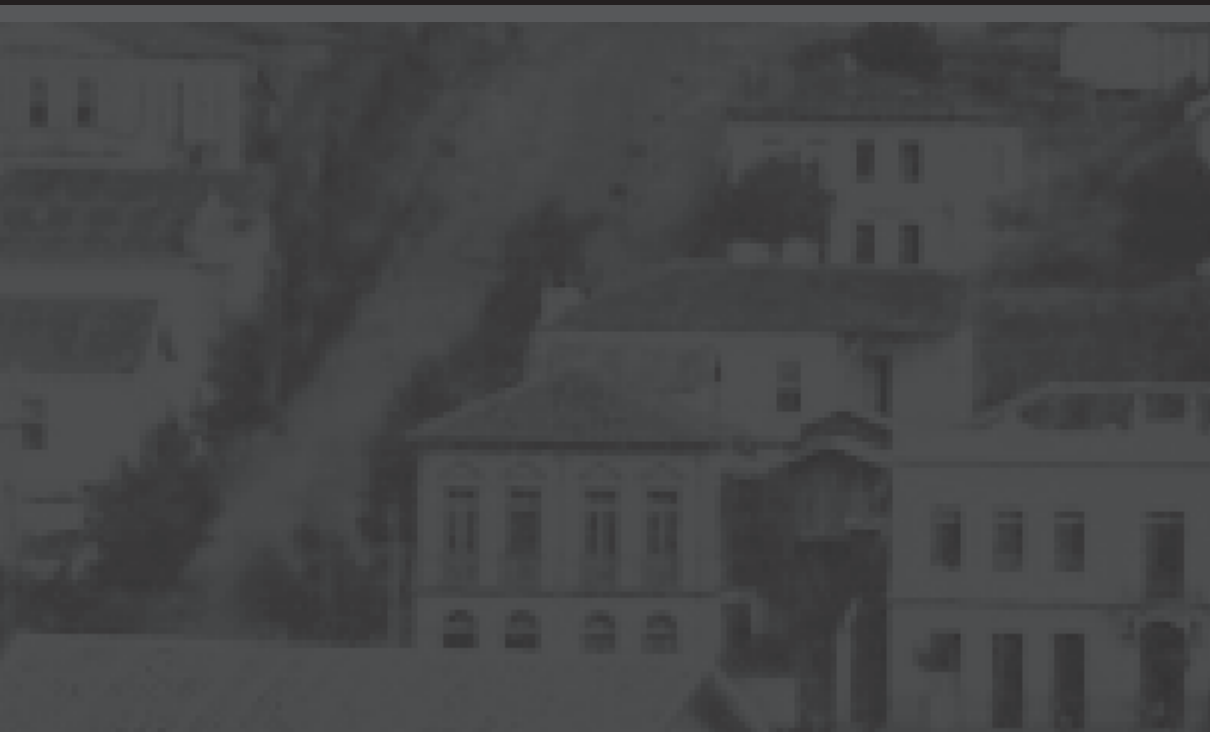
Na bibliografia consultada constam crônicas e notícias de época, como aquelas escritas pelos jornalistas Joaquim Ribeiro Franqueira, de família mariense, e Armelim Guimarães, de Itajubá; reportagens de diversas edições dos jornais “O Município”, de Hermelino Gatto; “Mariense”, dos senhores Antônio Aguiar Guedes e Ítalo Venturelli; “Gazeta da Serra”, do Grupo Jovem (redator: Osvaldo Renó Campos); “Novo Horizonte”, de Walter dos Santos Alvarenga; e “O Mariense”, de Eugênio de Souza Cardoso; além das ricas e minuciosas pesquisas dos organizadores da Revista do Centenário da Paróquia de Maria da Fé: Mari Léa Zaroni Campos e Osvaldo Renó Campos.

Todas essas pessoas contribuíram (e contribuem) para a história da Câmara Municipal aqui descrita, que futuramente poderá ser continuada com novos e atualizados acontecimentos memoráveis da cidade de Maria da Fé e de seu Poder Legislativo.

Maria Magda Ribeiro da Silva



*Vista parcial de Maria da Fé - 1920 - Acervo: Elaine Freitas.
Foto publicada no Grupo Maria da Fé Antiga - Cidade que amamos! - Facebook.*



PRACA TIRODENTES
MARIA DA FE

Centro de Maria da Fé, na década de 20. Praça Getúlio Vargas, em homenagem ao líder vitorioso da Revolução de 30 e Presidente da República. Acervo de Emanuel Peralta, publicado em 22/05/2013, no Grupo Maria da Fé Antiga - Cidade que amamos! - Facebook.



PRIMEIRO PERÍODO

DA INSTALAÇÃO DA CÂMARA
EM 1º DE JUNHO DE 1912
ATÉ A DISSOLUÇÃO DAS CÂMARAS
PROMOVIDA POR DECRETO
DO GOVERNO PROVISÓRIO
DA REVOLUÇÃO DE 1930

No início do século XX, a Vila de Campos de Maria da Fé¹ vivia um período de grande turbulência política na História do Brasil, pois refletia as mudanças ocasionadas pela passagem do regime monárquico para o republicano, e a consequente descentralização do poder, que permitiu a Constituição Federal e Estadual de 1891 regulamentarem a eleição do Presidente (governador) e Vice-Presidente de Estado, dos deputados e senadores estaduais, vereadores e juizes de paz.

Com o advento da República, foi extinto o voto censitário, com base no critério de renda, mas foi mantida a exclusão dos analfabetos, mendigos, militares de baixa patente e religiosos. A proibição do voto feminino era considerada tão natural que não havia qualquer referência na lei para a participação política das mulheres na vida pública. A Lei Adicional nº 3, da Constituição de 1891, no seu artigo 17, colocou outra restrição, ao permitir somente a candidatura dos vereadores domiciliados e residentes no município pelo menos há dois anos. Cada eleitor podia votar em dois candidatos para o cargo de vereador e em um candidato para Juiz de Paz.

Dessa forma, até 1930, praticamente dois terços dos mineiros que não tinham acesso à leitura e à escrita, portanto, não participavam das eleições e, em 1916, quando o alistamento eleitoral passou a exigir comprovação “do exercício de indústria ou profissão ou de posse de renda que assegura a subsistência”, conforme dispunha o art. 5º, §2º, b, da Lei nº. 3.139, de 02/08/1916², houve um verdadeiro retorno ao voto censitário e o direito de votar e de ser votado ficou restrito a alguns “nobres cidadãos”.

O primeiro período republicano foi denominado de “República do Café com Leite”, quando políticos de São Paulo e Minas Gerais se alternaram no poder, com raros casos de ruptura, ora apoiados por militares, ora por civis. O sistema político da República Velha estava assentado também nas fraudes eleitorais, visto que o voto não era secreto, mas sim “a descoberto”, devendo o eleitor assinar a cédula eleitoral, o que comprometia a liberdade de escolha do cidadão. Uma vez que o voto

¹ Mais detalhes sobre as origens do município de Maria da Fé: Textos Complementares.

² BRASIL, Lei n. 3139. Diário Oficial da União - Seção 1 - 13/8/1916, Página 9231 (Republicação)

era público, o eleitor se encontrava à mercê de perseguições e represálias se não considerasse a orientação das pessoas mais poderosas da localidade, comumente chamadas de “coronéis”, grandes latifundiários que controlavam o poder político local. Exercendo um clientelismo político (troca de favores) o grande proprietário controlava toda uma população (“curral eleitoral”), através do “voto de cabresto”. “A grande massa de trabalhadores tinha na figura do coronel um homem rico e próspero, portanto capaz de em qualquer momento poder ajudá-los, com qualquer tipo de ajuda, seja ela com remédios, empréstimos em dinheiro e até mesmo com proteção contra querelas com famílias rivais”³

O historiador e professor Alex Boher⁴, da Universidade Federal de Ouro Preto-MG, explica que as primeiras Câmaras dos Vereadores da República decidiam tudo nas vilas, exercendo o poder executivo, legislativo e judiciário. Assim, no início do século XX, o chefe do Poder Executivo local não se submetia à eleição direta. A figura do prefeito eleito diretamente apenas surgiu com a Constituição Federal de 1934. Ser vereador, portanto, representava uma honraria e era visto mais como símbolo de status do que como cargo público. “Era um trabalho voluntário, exercido geralmente por pessoas mais velhas e que gozavam de certo respeito na vila. Bem diferente de hoje, quando o cargo passou a ser público, com altos salários, e nem sempre o ocupante faz jus à função” (p.61), comentou o professor. A qualificação necessária para ser vereador era a mesma exigida para ser eleitor nas paróquias, isto é, ter renda anual de 100\$000 réis em “bens de raiz, indústria, comércio ou empregos”. Ser brasileiro ou naturalizado, com 25 anos de idade, estar no “gozo de seus direitos políticos” e ter dois anos de residência “dentro do termo”.⁵

Nas vilas de Minas havia a lei que obrigava a população a fazer doações em valores ou em serviços, como por exemplo, a compra de apólices da dívida pública, a doação de terrenos ou uma filantropia de pessoas abastadas a favor dos pobres e indigentes, no entanto, muitos

³LEAL, Vitor Nunes. Coronelismo, Enxada e Voto. 7ed.São Paulo: Cia das Letras, 1976.

⁴BOHER, Alex et all. Poderes e Lugares de Minas Gerais: um interior brasileiro (sec.XVIII e XIX). Instituto Federal de Minas Gerais. UFOP - Universidade Federal de Minas Gerais, 2011.

⁵MEMORIAL DA CÂMARA MUNICIPAL DE ITAJUBÁ: A Câmara e a formação do Município de Itajubá 1849/1889, Vol.1, p. 48.

cidadãos faziam doações à municipalidade interessados unicamente no progresso do povoado. As atas de reuniões da Câmara da Vila de Maria da Fé revelam esses e outros detalhes curiosos sobre as funções dos vereadores, que se reuniam em sessões mensais e outras extraordinárias, mas não recebiam nenhuma remuneração para estas funções.

Na pequena Vila de Campos de Maria da Fé, nas décadas que se seguiram à sua fundação (1912), ao lado das primeiras preocupações com a estruturação política e administrativa, o município gozava do privilégio de ser um entreposto da principal Estrada de Ferro do Sul de Minas: a Sapucaí. Este fato é considerado o marco decisivo para o surgimento e desenvolvimento econômico da cidade de Maria da Fé⁶.



Estação Ferroviária de Maria da Fé (1933) - Foto publicada no Grupo Maria da Fé Antiga - Cidade que amamos!, - Facebook.

⁶CAMPOS, Mari Léa Zaroni Campos. Roteiro Cronológico de Maria da Fé. Projeto Piloto de Turismo Rural. Maria da Fé, SEBRAE, 1999. Estes dados se encontram arquivados no Dossiê de Tombamento do Patrimônio Histórico-Cultural, na Secretaria Municipal de Cultura e Turismo de Maria da Fé (N.R.).

⁷SCHOPPA, R.F. 150 anos do Trem no Brasil. São Paulo, 2004.

⁸Ver breve resumo sobre a história da Estrada de Ferro Sapucaí nos Textos Complementares.

⁹COSTA, M.L.P. Fontes para a História Social do Sul de Minas: os trabalhadores de Paraguaçu e Machado (1850-1900). Belo Horizonte: Mazza Edições, 2002



Estação Ferroviária (1891) - Acervo Mari Léa Zaroni Campos

No livro “150 Anos do Trem no Brasil”⁷, a Estrada de Ferro Sapucaí⁸, ramal que pertencia à Companhia Oeste de Minas, era um entroncamento da “Minas and Rio Railway” e foi planejada com o objetivo de garantir uma saída para o mar dos produtos que vinham de São João Del Rey, no interior de Minas Gerais, seguindo a rota dos antigos mineiros (Estrada Real), em direção ao Rio de Janeiro-RJ e ao porto de Santos-SP, via Vale do Paraíba, no Estado de São Paulo.

Segundo Costa⁹, a ferrovia também serviu como principal meio de transporte de mercadorias provenientes da Zona da Mata mineira. O café era plantado no sul de Minas quase que exclusivamente para o consumo local, mas em Pouso Alegre, Alfenas e freguesias vizinhas como Jacuí (Camanducaia), Aiuruoca, Baependi e Santa Rita do Sapucaí havia o suficiente para o consumo e exportação. Para o autor foram as exportações sul-mineiras de café para o Porto de Santos que alavancaram a economia da região, ao lado da manufatura têxtil, com a confecção de roupas, e a produção de fumo e de vários artigos para subsistência.

⁹COSTA, M.L.P. Fontes para a História Social do Sul de Minas: os trabalhadores de Paraguaçu e Machado (1850-1900). Belo Horizonte: Mazza Edições, 2002

O saudoso jornalista Walter Santos Alvarenga¹¹, que fez inúmeras pesquisas históricas sobre a ferrovia durante sua gestão (2001-2004) na Secretaria Municipal de Cultura e Turismo de Maria da Fé, declarou que a geografia local, contribuiu para mudanças decisivas no futuro do município:

Nossa cidade é caracterizada por elevada altitude (1258 metros - no ponto onde a estação está construída) e a subida íngreme (pouca distância entre Itajubá e/ou Cristina e a Vila de Maria da Fé) provocava forte desgaste da locomotiva, movida à combustão por fornalha a lenha. A parada no alto da serra tornou-se inevitável, pois a locomotiva precisava de um tempo para resfriamento, caso contrário havia até o risco de uma explosão. Para o resfriamento foi necessária a construção de uma caixa d'água (localizada na Praça José Cláudio Valério), a fim de jogar água sobre a caldeira. A parada demorava em média uma hora e os passageiros acabavam descendo do trem. Esta ação motivou que os habitantes de sítios próximos trouxessem alimentos, como pães, bolos e frutas, para vender aos passageiros. Surge então um comércio espontâneo.¹¹

A parada obrigatória do trem levou a Estrada de Ferro a optar pela construção de uma Estação Ferroviária, que, a princípio, deveria ser erguida no bairro denominado atualmente Campo Redondo, mas o Sr. João Gonçalves da Costa, influente político da época, conseguiu sua construção no local atual, bem no centro do que é hoje a cidade de Maria da Fé. De acordo com relatos do farmacêutico Alfredo Bressane de Lima¹², Armelin Guimarães¹³ e de Alvarenga¹⁴, a partir desse momento, inicia-se o processo de desenvolvimento regional. Logo surgiu um depósito de cereais e de outros produtos agrícolas, construído pelos senhores João Ribeiro de Paiva e Honório Costa próximo à ferrovia, para que os fazendeiros ali armazenassem seus produtos, até serem destinados ao embarque pela então Estrada de Ferro Sapucaí. A primeira residência no alto da serra, segundo esses relatos, foi do zelador e guarda desse depósito.

¹¹ ALVARENGA, W. Memorial. Jornal Horizonte Mariense, n.12, nov/2000, p.6.

¹² LIMA, A.B. Maria da Fé - Nossa História. Jornal "O Município" 28/06/1928, p.2.

¹³ GUIMARÃES, A. Maria da Fé e sua História. Jornal "O Sul de Minas". Itajubá, 2001.

¹⁴ ALVARENGA, W. Memorial. Jornal Horizonte Mariense, n.12, nov/2000, p.6.



Máquina a vapor no centro de Maria da Fé
Facebook: Grupo Maria da Fé Antiga - Histórias da cidade que amamos!

A pequena estação passou a receber também produtos que não existiam nestas paragens, como o sal, o arroz e o açúcar. Ela ficou pronta em 27 de junho de 1891, “trazendo em seu nome a qualificação da embleática Dona Maria da Fé”¹⁵. Segundo pesquisas da professora Mari Léa Zaroni Campos, foi o Dr. Fausto Dias Ferraz quem sugeriu o nome ao nosso município em homenagem à mulher pioneira do desenvolvimento da região e personagem das suas empolgantes histórias. No entanto, o professor, advogado e estudioso destes fatos, Dr. Osvaldo Renó Campos, contradiz a versão dada, pois segundo pesquisas realizadas nos cartórios da cidade de Cristina e publicada no jornal “Correio da Serra”, edição de 16/02/1985, a denominação “Campos de Maria da Fé” foi consagrada pela Lei Provincial 998 de 27 de junho de 1859, quando da criação do Distrito que pertencia ao município de Pedra Branca (Pedralva). As informações colhidas pelo advogado, do inventário dos bens de João Batista da Silva, falecido em 1844, demonstram por datas e registros, que a denominação “Campos de Maria da Fé”, dada às terras que formaram o nosso município, já era assim conhecida muito antes da sugestão do Dr. Fausto por ocasião da inauguração da estrada de ferro no ano de 1891.¹⁶

¹⁵ Dossiê - Maria Fumaça, 1999. Estes dados se encontram arquivados no Dossiê de Tombamento do Patrimônio Histórico-Cultural, na Secretaria Municipal de Cultura e Turismo de Maria da Fé (N.R.)

¹⁶ A O texto do professor Dr. Osvaldo Renó Campos encontra-se, na íntegra, nos Textos Complementares.

Na entrevista para o Jornal “Horizonte Mariense”, edição de novembro de 2000, a professora Mari Léa Zaroni recebeu das mãos de José Rodrigues Braga, a certidão de casamento da Sra. Maria da Fé de São Bernardo, datada de 1778. Ela explica que não há documentos oficiais da presença da fazendeira nos cartórios, uma vez que suas terras já tinham sido vendidas, mas que todas as famílias que possuem o sobrenome Batista e Campos são descendentes de D. Maria da Fé. E completa: “Um deles, Zeca Batista, foi uma figura muito importante na história da cidade. Ele morava na zona rural e foi chamado a pedido do Capitão João Ribeiro de Paiva e Luz (outra figura ilustre da sociedade da época), para construir a 1ª capela da cidade (p.3).¹⁷

Memórias colhidas pela escritora Amair Campos (2016)¹⁸ mostram a saga da família de Zeca Batista que testemunha a transformação de um rico Brasil agrário, dos tempos do Imperador, em uma nação que passaria a afluir para as cidades, às vésperas do surto industrializante de meados do século XX. No capítulo 9, p.37, ela escreve:

Em Maria da Fé, Zeca Batista, homem de fibra, com sua longa barba, percorria a cidade na lida de todo dia para garantir o prato cheio da sua grande família. Ora era comerciante, ora fazendeiro, ora tropeiro. As histórias a seu respeito corriam pelos sertões. Como tropeiro e fazendeiro, fez muitas viagens até Paraty e Rio de Janeiro. Em uma dessas, na capital, ao examinar umas batatas, gostou da qualidade, procurou saber de seu plantio e lá foi com as caixas do Rio até Maria da Fé das Minas Gerais. Plantou, cuidou, colheu e, em 1903, o pequeno distrito chegou a produzir e exportar para o Rio de Janeiro 4.666 sacos dessa leguminosa. Existem várias espécies de batatas inglesas, a Asterix, de cor rosa era chamada de batata portuguesa. Quando se emancipou, o município tornou-se um dos maiores produtores do país dessa variedade. Primeiro mérito de Zeca Batista. Homem dinâmico, antes de tudo, foi político sem nunca ter sido. Em 1894 moveu céus e terra para a instalação da Paróquia de Maria da Fé.

¹⁷ Ver mais detalhes da história de Maria da Fé nos Textos Complementares.

¹⁸ PADGURSCHI, Amair Campos. Enredado de Cipó. Enredos e desenredos de uma família pelas veredas de Minas e São Paulo. Murc Editora Gráfica, 2016.



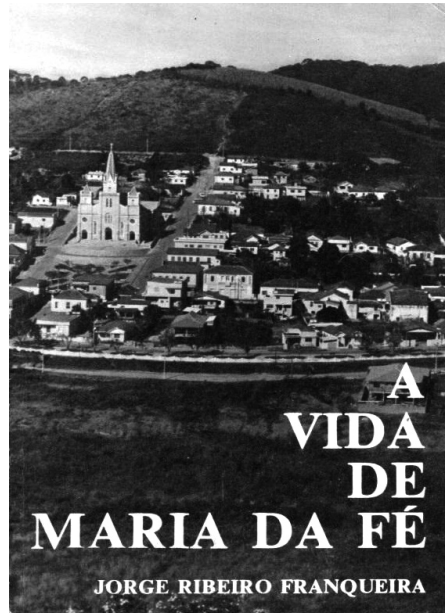
*Casa de Pedro Batista Campos (1º secretário da Câmara de 1912-1915), filho de Zeca Batista - Postado por Zenaide Silva em 11/10/2013
Facebook: Grupo Maria da Fé Antiga - Histórias da cidade que amamos!*

Capa do Livro de Jorge Ribeiro Franqueira sobre a história da senhora Maria Inácia Vilas Boas Machado, a matriarca de Campos de Maria da Fé, que deu origem ao nome de nossa cidade.

O Livro foi baseado nos relatos de Frei Inácio publicados no jornal "Nova Era", que circulava no ano de 1927, na cidade de Jacutinga (explicação do autor).

Franqueira descrevia Maria da Fé, ao seu tempo, como "uma cidade sadia para o corpo e tranquila para o espírito" (P.7).

Acervo de Maria Magda Ribeiro



Artigo publicado no Jornal “O Município”, de 1º de junho de 1928, redigido pelo farmacêutico Alfredo Bressane de Lima (9) deu sua versão sobre o destino das terras da famosa matriarca:

[...] “Depois da morte de Maria da Fé, sua fazenda passou para as mãos de José Ribeiro da Luz que a vendeu ao Cel. João Carneiro, que por sua vez a revendeu ao Capitão João Ribeiro” (p.2, col2). Neste mesmo artigo, Lima (9) descreveu Campos de Maria da Fé, antes da instalação da Estação Ferroviária, como um lugar frio, onde predominava exuberante natureza, mas inóspito aos seus administradores: “Até então toda a região de Maria da Fé era uma bela mata de araucárias principalmente oferecendo assim um recanto pitoresco”. [...] “

É desnecessário dizer-se que nesse tempo predominava exclusivamente no lugar o regime feudal e a vontade dos chefetes era a única respeitada, como aconteceu em todos os lugarejos que iniciaram sua vida no interior”. (p.2. Col.3)

Foi assim que em torno da estação ferroviária surgiram gradativamente as bases administrativas do povoado mariense: a instalação do primeiro cartório de registro civil (1897), sendo Joaquim Novato Guimarães o primeiro Escrivão de Paz e Gustavo Olinto Simões, o primeiro Juiz de Paz. As notícias circulavam nos folhetos da Paróquia, e foi instalada a primeira agência postal, gerenciada por uma mulher, Graciana Paulina Simões. Logo depois, começou a funcionar as Coletorias Federal e Estadual, a primeira, entregue ao Sr. Braz Maria Junho, e a estadual ao Sr. Menotti Venturelli.¹⁹

Livros paroquiais²⁰ registram também a presença de famílias que se estabeleceram no povoado, como os senhores Braz Maria Junho, Delfim Pereira Pinto, Joaquim Gomes Franqueira, o sergipano Antônio Gonçalves Lemos, Francisco Carneiro e Lucas Evangelista Guedes. Um pouco mais tarde, em 1901, chegaria o senhor Arlindo Zaroni, com apenas 18 anos de idade.

¹⁹ CAMPOS, Mari Léa Zaroni Campos. Roteiro Cronológico de Maria da Fé. Projeto Piloto de Turismo Rural. Maria da Fé, SEBRAE, 1999. Estes dados se encontram arquivados no Dossiê de Tombamento do Patrimônio Histórico-Cultural, na Secretaria Municipal de Cultura e Turismo de Maria da Fé (N.R.).

²⁰ OLIVEIRA, Cônego João Aristides de. A diocese de Pouso Alegre no ano jubilar de 1950. Escola Profissional. Pouso Alegre, 1950, p.243.

Estas pessoas possibilitaram habilitar Campos de Maria da Fé para um novo “status”, que culminou com sua emancipação político-administrativa em 1912. Joaquim Gomes Franqueira tornou-se um grande comerciante de batatas, fazendeiro e político e um dos maiores empreendedores do município, doando vários terrenos para que pudessem ser construídos a primeira sede da Prefeitura, o primeiro Campo de Futebol e o Cine Pátria. Foi também o primeiro Presidente da Câmara dos Vereadores de Maria da Fé.

Antônio Gonçalves Lemos, caixeiro-viajante e tropeiro, chegou junto com a ferrovia. Casou-se com uma das filhas do Capitão João Ribeiro e construiu o Hotel Lemos, bem no centro da cidade, junto à linha de trem. A ele pertenceu a Chácara do Corisco, que se tornou residência do Sr. Paulo Carnevalli. Foi também o primeiro festeiro da paróquia de Nossa Senhora de Lourdes, doando a imagem da santa e padroeira dos marienses. Em 1904, foi construída a Casa Paroquial ao lado da capela (1ª igreja mariense), em terreno doado por D. Maria Inácia da Costa e Luz. Pertence a esta família o eminente estadista Dr. Carlos Coimbra da Luz.²¹



Hotel Lemos, construído por Antônio Gonçalves Lemos - Da esquerda para a direita: Antônio Peralta, Hermelino Gatto, Juca, tio de Emmanuel Peralta, e Gentil Valério Fernandes. Acervo: Mari Léa Zaroni Campos.

²¹ CAMPOS, M.Zaroni e CAMPOS, O. Renó, Revista Centenário da Paróquia de Maria da Fé. História e Memória Coletiva. Vol.1. p.6-9, 2008.

Lucas Evangelista Guedes, juntamente com Arlindo Zaroni e Antônio Motta, instalou um armazém de secos e molhados no atual bairro de Canudos. Casou-se com Amélia Ribeiro Luz, outra filha do Capitão João Ribeiro. O filho de Lucas e Amélia, D. Delfim Ribeiro Guedes, se tornou bispo de Leopoldina e São João Del Rei²².

Arlindo Zaroni, genro de Delfim Pereira Pinho era grande administrador e líder político mariense²³. Além de uma casa de comércio, que mantinha com Lucas Evangelista, instalou a Cerâmica Zaroni e uma fábrica de cigarros. Associando-se a franceses, tornou-se grande empresário, exportando fumo e batata (Zaroni, Barbosa e Cia). Possuía também uma fábrica de chapéus no Rio de Janeiro. Foi vereador e chefe do executivo mariense.

Durante os anos que antecederam a emancipação de Maria da Fé, Arlindo Zaroni e seus companheiros Joaquim Franqueira e Francisco Carneiro empenharam-se para que o distrito de Maria da Fé se separasse do Município de Pedra Branca (Pedralva). Até que pela Lei nº 556, de 30 de agosto de 1911, sancionada pelo Governador de Minas Gerais, Júlio Bueno Brandão (1910-1914), foi criada a Vila de Campos de Maria da Fé²⁴.

Relatos dos historiadores Campos e Renó Campos²⁵, artigos do jornal “O Município”, de Hermelino Gatto e outros pesquisadores²⁶ confirmam o empenho dos vereadores e demais políticos desse período na sua realização. Para este acontecimento concorreu não só o espírito de luta desses jovens marienses, mas a interferência de homens sul-mineiros no governo Federal e Estadual: o Presidente Wenceslau Braz, de Itajubá; o governador de Minas Gerais na época, Bueno Brandão,

²² CAMPOS, Mari Léa Zaroni Campos. Roteiro Cronológico de Maria da Fé. Projeto Piloto de Turismo Rural. Maria da Fé, SEBRAE, 1999. Estes dados se encontram arquivados no Dossiê de Tombamento do Patrimônio Histórico-Cultural, na Secretaria Municipal de Cultura e Turismo de Maria da Fé (N.R.).

²³ Mais detalhes sobre a gestão de Arlindo Zaroni na sequência das legislaturas e em Anotações de uma época.

²⁴ Somente em 7 de setembro de 1923, a Vila receberia o nome oficial de Maria da Fé (Fonte: Dossiê de Tombamento da “Maria Fumaça”, 2004, p.4)

²⁵ CAMPOS, M.Z. e CAMPOS, O. RENÓ. Revista Centenário da Paróquia de Maria da Fé. História e Memória Coletiva. Vol.1. p.6-9, 2008.

²⁶ Ver edição n. 10, de 1º/06/1928, do Jornal “O Município” e outras pesquisas da professora Maria de Lourdes Ferreira Lopes, em Textos Complementares.

da cidade de Ouro Fino-MG e o Sr. Delfim Moreira, de Cristina-MG, nomeado para uma pasta tão importante que administrava o Judiciário, a Educação, a Saúde e Imigração de Minas Gerais (mais tarde se tornou também governador de Minas e Presidente do Brasil). “Como Secretário do Interior de Minas Gerais, Delfim Moreira preparou a reforma da divisão administrativa de Minas, da qual resultou a criação de 40 municípios e de numerosos distritos”²⁷.

Segundo o jornalista Hermelino Gatto, em seu discurso por ocasião da solenidade inaugural da galeria de retratos de ex-prefeitos em 24/06/1982, o município de Maria da Fé, em 1912, era considerado o menor do Estado de Minas Gerais, com uma área territorial de apenas 64 quilômetros quadrados (Livro de Atas n.9, p.161). Alfredo Bressane Lima²⁸, em artigo sobre a Lei de instalação da 1ª Câmara Municipal em 1º/06/1912 (Art.9, nº XXV), indicava os parques limites do município:

“Do alto do cafezal, na serra do São João, descem a linha da Estrada de Ferro e pela linha até o primeiro espigão, depois da estação de Pedrão, e por este até o alto da serra, ficando incluído no distrito o território da fazenda de Francisco Carneiro Santiago Sobrinho”.

A organização da Vila de Maria da Fé seguiu os mesmos critérios da “Constituição Política do Estado de Minas Gerais”, promulgada em 25/06/1891, cujo texto apresentava a seguinte proposição nos artigos que diziam respeito à organização político-administrativa dos municípios:

TÍTULO II - DOS MUNICÍPIOS²⁹

Art. 74 - O território do Estado, para sua administração, será dividido em municípios e distritos, sem prejuízo de outras divisões que as

²⁷ CAMPOS, M. Zaroni. Roteiro Cronológico de Maria da Fé. Projeto Piloto de Turismo Rural. Maria da Fé, SEBRAE, 1999. Estes dados se encontram arquivados no Dossiê de Tombamento do Patrimônio Histórico-Cultural, na Secretaria Municipal de Cultura e Turismo de Maria da Fé (N.R.).

²⁸ Ver mais referências sobre o trabalho deste nobre professor nos Textos Complementares, item 4, “Um repórter observador”.

²⁹ Fonte: Assembleia Legislativa de MG - Publicação - O Estado de Minas - 25/06/189, p.1, col.1.

conveniências públicas aconselharem.

Art. 75 - Uma lei especial regulará a organização dos municípios, respeitadas as bases seguintes:

I - A população de cada município, que for criado, não será inferior a vinte mil habitantes.

II - A administração municipal inteiramente livre e independente em tudo quanto respeita ao seu peculiar interesse, será exercida em cada município por um conselho eleito pelo povo, com a denominação de Câmara Municipal.

III - O nº de vereadores de vilas e cidades não será inferior a 7 nem superior a 15.

V - O exercício das funções de membros das câmaras municipais durará três anos, podendo os cidadãos eleitos renunciar ao mandato em qualquer tempo.

VII - As deliberações, decisões ou quaisquer outros atos das câmaras municipais só poderão ser anulados:

1 - quando forem manifestamente contrários à Constituição e às leis;

2 - quando atentatórios dos direitos de outros municípios;

3 - nos casos do art. 77, parágrafo único.

IX - A publicação pela imprensa, onde a houver, ou por editais, na sede e distritos, é condição de obrigatoriedade e execução das posturas, orçamentos e tabelas de impostos das municipalidades. Igual publicidade deve preceder a arrematação de obras ou serviços municipais, e só depois poderão ser feitos por administração.

X - Serão publicados trimestralmente os balancetes e, no princípio de cada ano, o balanço da receita e despesa da Câmara, ficando livre aos munícipes obterem do secretário informações e certidões, independentes de despacho.

XI - As câmaras municipais, nos termos da lei, prestarão auxílio umas às outras e todas ao governo do Estado, podendo associar-se para o estabelecimento de qualquer instituição ou empreendimento de utilidade comum.

PRESIDENTES DA CÂMARA DE VEREADORES ATÉ 1930



Joaquim Gomes Franqueira
01/06/1912 a 01/04/1914



Lucas Evangelista Guedes
01/04/1914 a 01/02/1918



João Gonçalves da Costa
01/02/1918 a 01/01/1919
02/01/1923 a 17/05/1927



Arlindo Zaroni
01/01/1919 \ 02/01/1923
17/05/1927 a 11/11/1930

PRIMEIRA CÂMARA MUNICIPAL DE MARIA DA FÉ

(01/06/1912 a 31/12/1915)

Como consta no livro de atas, João Gonçalves da Costa, o vereador mais velho e Pedro Batista Campos, o vereador mais moço, foram os responsáveis pelos trabalhos da instalação da primeira Câmara Municipal da Vila de Maria da Fé, em 01/06/1912. Após três sessões preparatórias de reconhecimento de poderes, como prescrevia o art.152, do regulamento eleitoral, Decreto 3331 e art. 9º da Lei n. 204, de 1896, tomaram posse o Presidente Joaquim Gomes Franqueira, o Vice-presidente, Lucas Evangelista Guedes, o Secretário, Pedro Batista Campos e os Vereadores: Arlindo Zaroni, João Gonçalves da Costa, Pedro Mendes Ribeiro e Joaquim Batista Junior³⁰.

Nos meses que se seguiram foi estabelecido o Regimento Interno e o Código de Posturas Municipais e eleitas as comissões de “Finanças e Leis”, “Justiça, Polícia e Instrução Pública”, “Obras Públicas”, “Higiene e Saúde Pública” e “Agricultura”, para receber os primeiros requerimentos dos vereadores e os pedidos da população. Foi dada autorização ao executivo de adquirir empréstimos para construção do edifício municipal e uma prisão no cômodo térreo da Câmara. Foram instituídos os impostos municipais e a venda de apólices do governo, visando à organização administrativa e obras de infraestrutura da Vila, tais como: a demarcação das ruas e moradias, captação e canalização da água, construção de sistema de esgoto e parcerias de serviços, como a Cia Industrial Sul Mineira, de Itajubá, que ficou encarregada do fornecimento de eletricidade às residências e indústrias e iluminação da Vila de Maria da Fé. Também houve investimentos na construção de pontes e melhorias das estradas entre os povoados das Posses e São João, além dos municípios próximos como Pedralva, Itajubá e Cristina³¹.

³⁰ Galeria dos Ex-presidentes da Câmara - período de 1912 a 1930
(Disponível: www.camaramariadafe.mg.gov.br)

³¹ Veja esta e outras situações cotidianas do início do desenvolvimento de Maria da Fé nos Textos Complementares, descritas por Joaquim Franqueira (item 4, “O repórter Observador”).

Em abril de 1914, ocorreu uma série de substituições na Câmara de Vereadores mariense: Joaquim Gomes Franqueira renunciou ao cargo de presidente, sendo substituído por Lucas Evangelista Guedes. Outros vereadores: Vice-Presidente, João Gonçalves da Costa; Obras Públicas, José Rodrigues de Oliveira; Justiça, Polícia e Instrução, Joaquim Batista Junior, Esperidião de Bustamante, Antônio Venturelli e Lindolpho Bazileu Guimarães. O vereador José Paulino da Silva foi substituído por Joaquim Rodrigues de Souza.



*Pedro Batista Campos
(*1886-+1949)
Primeiro Secretário
da Câmara Municipal*



*Casamento de
Pedro B. Campos e
Olga Kraemer
2ª esposa*

SEGUNDA CÂMARA MUNICIPAL DE MARIA DA FÉ

(01/01/1919 a 02/01/1923)

Para Presidente da Câmara foi eleito Lucas Evangelista Guedes, que foi substituído pelo Vice-presidente João Gonçalves da Costa, sendo escolhidos para Secretários: Tarquínio Prisco Pereira (amanuense) e Sebastião Barbosa. Outros vereadores: Agnelo Esperidião de Bustamante, Antônio Venturelli, Lindolpho Bazileu Guimarães, Pedro Baptista Campos, este último mudou-se para outro município sendo seu suplente Joaquim André da Silva, em 10/07/1916.

Nesse período, a Câmara Municipal se preocupou principalmente com obras de infraestrutura como a construção de pontes e estradas nos bairros do entorno da cidade de Maria da Fé. No centro, as obras seguiram o Projeto do Código de Postura que visava a abertura, traçado e nivelamento de ruas, através de doações de alguns terrenos por moradores marienses, agregando-se a estes a construção de bueiros e sarjetas para contenção das enxurradas, arborização e iluminação das principais vias de trânsito da cidade e de outras construções referentes à melhoria do saneamento público como o Matadouro Municipal.



*Vista parcial de Maria da Fé - início da década de 20 - Acervo: Elaine Freitas.
Foto publicada no Grupo Maria da Fé Antiga - Cidade que amamos! - Facebook.*

Entre os principais incentivadores da expansão e progresso do município mariense nesta época destacam-se Maria Ignácia da Costa Luz, Sr. Francisco Theodoro da Costa e Izaias Ignácio Villas Boas que doaram terrenos para a abertura das ruas Mato Grosso e 30 de agosto e da melhoria de outras ruas, como: Cap. João Ribeiro, Matriz, Alagoas, Intenção, Goiás, Mantiqueira e Bela Vista, ruas do Comércio, N.S. de Lourdes, 1º de Junho e Av. Franqueira; Rua da Bahia; e no bairro Canudos; um paredão no quilômetro 5 da ferrovia, e a captação da água do bairro Vargedo para abastecer a Vila e as locomotivas da Rede Sul Mineira, conforme o projeto da Vila de Maria da Fé³².

As atas mencionam também outras instituições importantes da época como a Casa de Instrução, com quadra de esporte anexa, o Tiro de Guerra que possuía uma banda de música, Asilo para acolhimento de pessoas doentes e idosas. O recebimento de muitos impostos evidencia um grande movimento econômico no município, baseado principalmente no comércio de batatas, fumo e toucinho, além de fábricas de sabão, bebidas e derivados do leite, como queijo e manteiga³³.



³² Maiores detalhes nos Textos Complementares (item 5, “Rede Sul Mineira”)

³³ Pesquisa feita pela Sra. Maria Aparecida Silva Machado sobre as principais firmas e pequenas indústrias em Maria da Fé.

TERCEIRA CÂMARA MUNICIPAL DE MARIA DA FÉ

(01/01/1919 a 02/01/1923)

A terceira Câmara, a princípio era constituída da seguinte maneira: Presidente: Arlindo Zaroni; Vice-presidente: João Gonçalves da Costa; Secretário Amanuense: Tarquínio Prisco Pereira e os Vereadores: Antonio Venturelli, Joaquim G. Franqueira, Ludgero Fortes B. Sobrinho, Francisco Carneiro Santiago Sobrinho; Manoel Ribeiro da Luz. Em 1920, com o falecimento do Sr. Antônio Venturelli, o vereador Guilhermino Batista Campos o substituiu e outros vereadores foram empossados como Antônio da Costa Braga Junior, Antônio Cardoso e Arthur Cardoso Pinto.

Em 02/01/1920, o Presidente da Câmara, Sr. Arlindo Zaroni, foi substituído por João Gonçalves da Costa, Vice-Presidente. Outras substituições ocorreram durante este período em razão das inúmeras viagens realizadas pelo Sr. Arlindo Zaroni, a maioria delas para resolver assuntos relacionados à Câmara Municipal. Todas as substituições pelo seu vice-presidente João Gonçalves da Costa.

Nota-se também, nesse período, a preocupação dos vereadores pelo grande fluxo de carros, carroças e tropas no município, a ponto de legislarem sobre o pagamento de impostos aos proprietários destes veículos e a regularização do trânsito na cidade e dos transportes por ferrovia e por tração animal. Também foram apresentados projetos de desapropriação de terrenos, de construção de jardim e coreto na Praça Nossa Senhora de Lourdes. Ampliou-se a rede de esgotos no centro da cidade e as estradas que ligavam Maria da Fé ao alto do Tijuco Preto, Cristina e Sabará até o Rio Lourenço Velho; outra estrada, denominada “Canta Galo”, passava pela Sesmaria de Joaquim Dias e Cia. Ao longo destes caminhos, os proprietários de terras ofereciam ajuda de custos para melhoria das estradas.

A Câmara autorizou o Executivo a cobrança de impostos de negociantes de fazendas, armarinhos, ferragens, chapéus, calçados, secos e molhados. Neste comércio era permitido negociar qualquer artigo, com exceção de drogas (remédios) e bebidas, podendo ter creolina e óleo de rícino. A ata da Câmara Municipal, de 08 de novembro de 1920, de-



Primeiro Prédio da Prefeitura Municipal de Maria da Fé, construído na gestão de Joaquim Gomes Franqueira, que abrigava também a Câmara Municipal, demolido na década de 70 – Fonte: Revista do Centenário da Paróquia de Maria da Fé, 2008 (p.14)

monstra que a cobrança de impostos se estendia a todos os comerciantes e determinadas manufaturas, entre os quais se incluíam as confeitarias, sapateiros, seleiros, barbearia, vendedores de quitandas, fabricantes de manteiga, aos veículos de transporte de cargas por bois e cavalos, compradores de suínos, serrarias à eletricidade, bancos ou agências bancárias e carregadores em geral. Também se estabeleceu o imposto do lixo e os dias para recolhimento do mesmo e para varrer as ruas (quarta feira e sábado) no perímetro da Vila e o imposto de viação para proprietários rurais, fazendeiro ou sitiante, de 1^a e 2^a classes.

Vários terrenos foram desapropriados para melhoria urbana, como do Sr. Francisco Theodoro da Costa (em frente à estação), da Sra. Mariana Venturelli (Praça Wenceslau Braz); do Sr. Avelino Simões Vilas Boas (prolongamento da Rua Mantiqueira, atual Marechal Floriano Peixoto) e do Sr. Pedro Mendes Pereira (abertura da Rua D. Bosco). Ampliação da Rua do Comércio que passou a denominar-se “Arlindo Zaroni”, pelos serviços deste cidadão prestados à Maria da Fé³⁴.

³⁴ Mais detalhes em “Anotações de uma época”, em “O desenvolvimento agrícola e de pequenas indústrias neste período”, p.16, ao final deste capítulo.



*Prefeitura Municipal – década de 50 – Acervo de Júlio Cesar Guedes, 2018:
“no porão havia uma cela para prisões temporárias”.
Foto publicada no Grupo Maria da Fé Antiga – Cidade que amamos! - Facebook.*

Comentário de M. Helena Guedes Mendonça:

Do lado direito da foto, havia um corredor, onde tinha apenas uma cela. Levei comida ou café com leite e bolo de fubá aos presos (coisa rara de acontecer) a pedido de minha mãe Dona Fausta.

O preso sempre ficava muito agradecido e nós (Elisa, Alcina e eu) saíamos felizes da vida e aguardando por um novo preso...

QUARTA CÂMARA MUNICIPAL DE MARIA DA FÉ

(02/01/1923 a 01/06/1927)

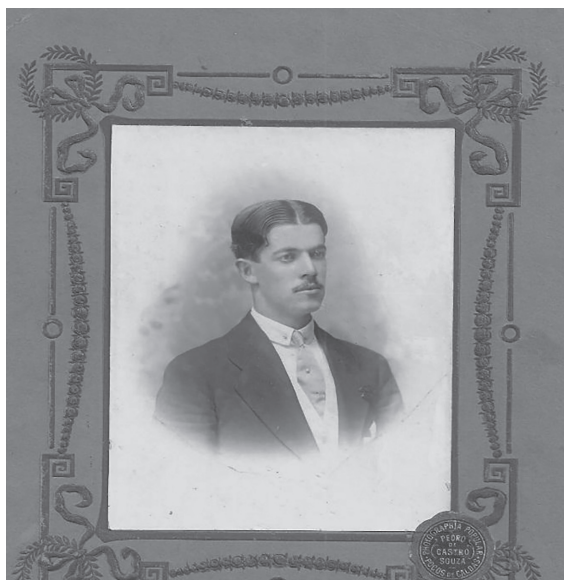
A quarta Câmara Municipal da Vila de Maria da Fé³⁵ era constituída pelos seguintes vereadores: Presidente: João Gonçalves da Costa; Vice-presidente: Horácio Zaroni; Secretário Amanuense: Sebastião Mafra. Demais vereadores: Manoel Ribeiro da Luz, Menotti Marchetti, Ludgero Fortes B. Sobrinho, Sebastião Velloso dos Santos e Virgilino da Silva Santos.

Em 01/08/1924, Leoni Soares substituiu o vereador Ludgero Fortes B. Sobrinho. Ocorreram, também, várias substituições do Presidente João Gonçalves da Costa pelo seu vice-presidente Horácio Zaroni, em razão de períodos de sua enfermidade.

Durante este período, a quarta Câmara Municipal cuidou especialmente de ampliar os serviços de infraestrutura da Vila, a expansão da rede elétrica e a mudança das manilhas de abastecimento de água potável para encanamentos de ferro, de modo a atender melhor a população. Iniciou-se a construção do Grupo Escolar Arlindo Zaroni, com a desapropriação do prédio e terreno de Joaquim Paulino de Araújo e Francisco Ribeiro dos Santos, situado na Praça Wenceslau Braz. Houve também a desapropriação de terreno determinado pelo Ministério da Agricultura para a construção do “Campo de Sementes Artur Bernardes” e o início de um projeto para se obter sementes de batatas imunizadas em Portugal, a serem distribuídas entre os agricultores marienses, sob a responsabilidade do Cel. Bento Ferreira. A Rede Telefônica “A Mensageira”, de Passa Quatro-MG, instalou um Posto Telefônico na Vila de Maria da Fé³⁶.

³⁵ Em 7 de setembro de 1923, a Vila receberia o nome oficial de Maria da Fé (Fonte: Dossiê de Tombamento da “Maria Fumaça”, 2004, p.4). Não há registro do fato nas atas da Câmara Municipal (N.R.).

³⁶ Pesquisa feita pela Sra. Maria Aparecida Silva Machado sobre as principais firmas e pequenas indústrias em Maria da Fé.



*Horácio Zaroni (irmão de Arlindo Zaroni por parte de pai)
Acervo Nilton Gonçalves de Almeida*

A família Zaroni de Maria da Fé é descendente de Jacob Zaroni, que foi casado duas vezes:

Jacob Zaroni e Emiliana Pinto Zaroni tiveram três filhos: Alfredo, Augusto e Arlindo Zaroni.

Do segundo casamento, com Maria Theodora da Conceição Motta Arruda, nasceram: Antônio, Antenor, Jacob Filho, Durvalina, Horácio e Celencina Zaroni.

Informações: álbum sobre Arlindo Zaroni elaborado por Mari Léa Zaroni – Acervo da Escola Municipal Arlindo Zaroni.

QUINTA CÂMARA MUNICIPAL DE MARIA DA FÉ

(01/06/1927 a 01/09/1930)

Pertenciam à quinta Câmara Municipal de Maria da Fé os seguintes vereadores: Presidente: Arlindo Zaroni, Vice-Presidente: José Francisco Barbosa, Secretário Amanuense: Hermelino Gatto e demais: Lione Soares, Joaquim Ribeiro Franqueira, Joaquim Benedito de Paiva, Lindolpho Basileu Guimarães e Candido Carneiro da Costa.

Dentre os fatos marcantes desta Câmara destacam-se a continuidade do trabalho pela expansão das vias de comunicação da Vila com outras cidades vizinhas de Maria da Fé e uma preocupação com higienização dos ambientes para evitar a hanseníase³⁷, a tuberculose e outras moléstias contagiosas, o que levou os vereadores a elaborarem um requerimento ao Presidente do Estado de Minas Gerais solicitando a criação de um Posto de Profilaxia Rural e Moléstias Venéreas. Também foi objeto de discussão com o Sr. Arlindo Zaroni o déficit do município devido à importação de sementes de batatas de Portugal³⁸.

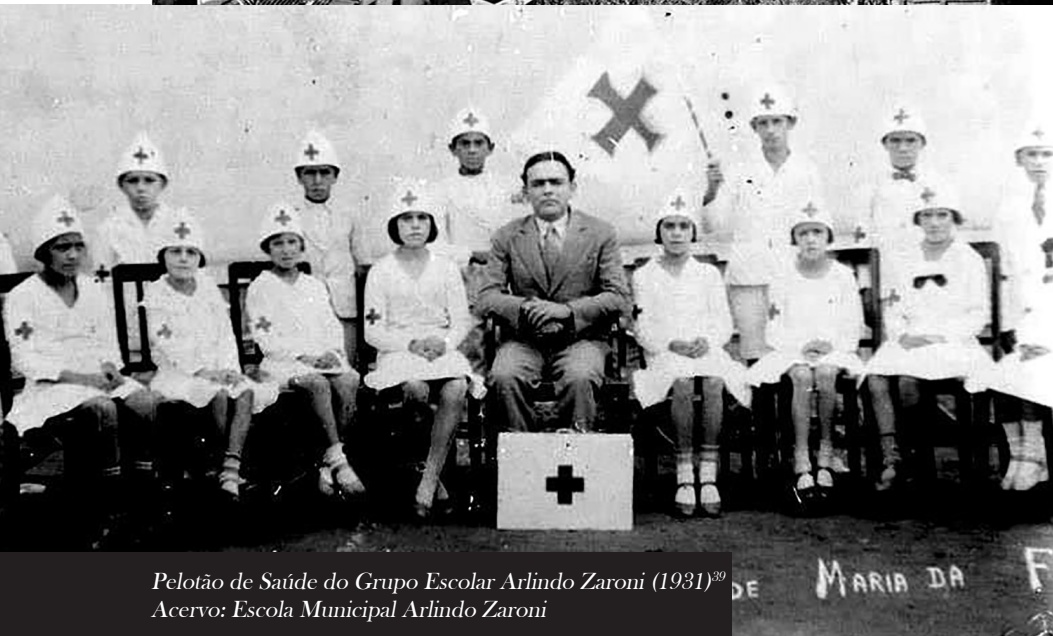


Rua José de Campos Sales - 1930 - Acervo: Quim.

³⁷ A hanseníase, também conhecida como lepra, é uma doença infecto contagiosa causada por uma bactéria. A doença atinge pele e nervos periféricos podendo levar a sérias incapacidades físicas. (www.saude.pr.gov.br). Ver maiores detalhes nos Textos Complementares (item 9, A Questão da Saúde no interior do Brasil)

³⁸ “Anotações de uma época”, traz detalhes nos textos: 2. “O desenvolvimento agrícola e de pequenas indústrias neste período”, deste capítulo e no texto 6, “Arlindo Zaroni, uma referência como empreendedor”.

Centro de Maria da Fé - 07/07/1929 - Acervo: Elaine Freitas. Foto publicada no Grupo Maria da Fé Antiga - Cidade que amamos! - Facebook.



Pelotão de Saúde do Grupo Escolar Arlindo Zaroni (1931)³⁹
Acervo: Escola Municipal Arlindo Zaroni

³⁹ Pelotão de Saúde formado pelo médico Dr. Abelardo, esposo da professora DJurema. Ele residiu em Maria da Fé por uns tempos, para tratamento de sua saúde e colaborava com a escola na formação de conhecimentos básicos de primeiros socorros. O depoimento da Sra. Wanda Gonçalves Ribeiro (95 anos, segunda aluna sentada à esquerda), conta que o objetivo do pelotão era cuidar dos colegas que se machucavam no pátio da escola, pois quase todos frequentavam a aula descalços.

ANOTAÇÕES DE UMA ÉPOCA

(1912-1930)

Atas da Câmara Municipal neste período e os registros do Jornal “O Município”, de propriedade de Hermelino Gatto, que circulou entre 1º de junho de 1928 até meados da década de 30, publicaram fatos do cotidiano de nosso município, trazendo informações sobre as principais iniciativas dos vereadores e as mudanças que ocorreram no município, transformando Maria da Fé em uma cidade próspera e progressista. Acompanhando a história brasileira, este período foi de grande ebulição política e econômica, com grande repercussão nas vilas do interior brasileiro, possibilitando diversas mudanças na estrutura da Câmara Municipal, que se mantém até os dias atuais. Anotações de uma época registra alguns destes acontecimentos:

Vista panorâmica de Maria da Fé. Acervo: Joaquim Santana de Almeida (Quim)



A INSTALAÇÃO DA PRIMEIRA CÂMARA DOS VEREADORES DE MARIA DA FÉ

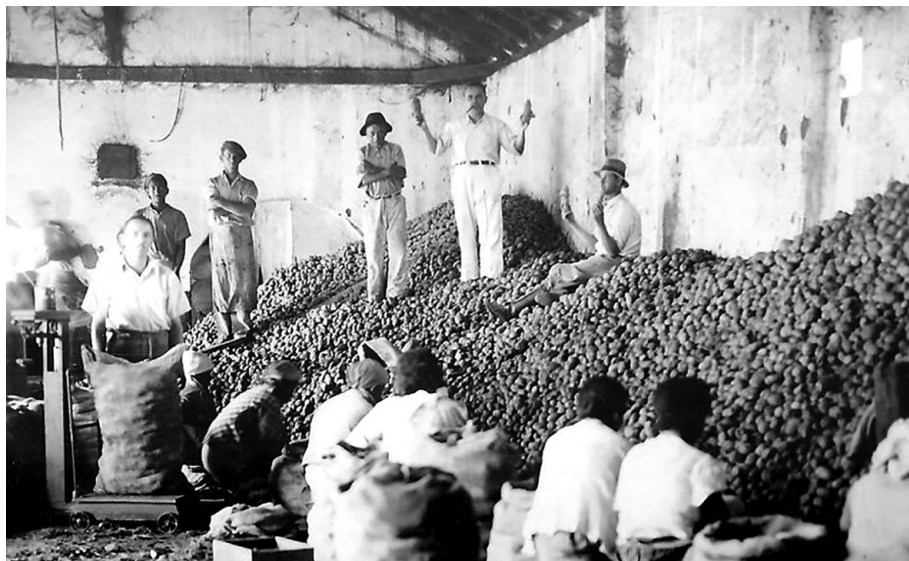
Consta nas páginas 2 e 3 do jornal “O Município”, de propriedade do Sr. Hermelino Gatto, de 1º de Junho de 1928, um retrospecto da história do nosso município escrita pelo Sr. Alfredo Bressane de Lima⁴⁰, que morou nestas paragens por bom número de anos, e foi lida na cerimônia de instalação da 1ª Câmara de Vereadores de Maria da Fé. O farmacêutico foi encarregado de saudar as autoridades presentes a esta sessão como o Exmo. Dr. Wenceslau Braz, vice-presidente da República e o Coronel Frederico Schumann, deputado estadual e representante do Exmo. Dr. Delfim Moreira, que por sua vez era Secretário do Interior do Estado de Minas Gerais. Estavam ainda presentes representantes do foro de Itajubá e da Comarca de Cristina, além de cidadãos e autoridades marienses como o Sr. Cornélio de Faria, diretor do primeiro Colégio de Maria da Fé, denominado Nossa Senhora de Lourdes.



⁴⁰ depois do sobrenome Lima. E colocar a nota de rodapé: Em Ata de 02/07/1917, livro 1, p.91, o Sr. Alfredo Bressane solicitava à Câmara dos Vereadores uma área de esportes para o Colégio Sul-Americano na Rua do Comércio. Mais informações nos Textos Complementares, do professor e jornalista Joaquim Ribeiro Franqueira: “Um repórter observador”.

O DESENVOLVIMENTO AGRÍCOLA E AS PEQUENAS INDÚSTRIAS DESTE PERÍODO

Desde 1913, havia um grande incentivo da Câmara Municipal para o plantio das “batatinhas”, considerada como fator preponderante no desenvolvimento econômico de Maria da Fé. A ata de 1º de abril daquele ano registrou o pedido da Comissão de Agricultura em adquirir instrumentos, para experiências com batatas impulsionadas pelas condições do solo e do clima local. Em 02/05/1927, o Presidente da Câmara, Sr. João Gonçalves da Costa e demais vereadores analisaram pedido de empréstimo de emergência dos agricultores marienses, através do Campo de Semente “Arthur Bernardes”, sob a responsabilidade do Cel. Bento Ferreira e de seu filho Dr. Renato de Almeida Xavier, Chefe de Cultura, com o intuito de se obter sementes de batatas imunizadas em Portugal e a sua distribuição entre os produtores marienses que estivessem interessados. Mas, a experiência de trazer uma semente resistente à “murchadeira” e outras pragas, não teve o resultado desejado.



Sr. Antônio Peralta e Sr. Carlitos exibem as batatas denominadas “florão”. Também na foto, o empregado João de Deus e, na balança, o encarregado geral Geraldo Ribeiro. Acervo: Mari Léa Zaroni Campos

Ata da Câmara Municipal do dia 30/04/1928, sob a presidência do Sr. Arlindo Zaroni, registrou o déficit no orçamento do município pela importação de sementes de batatas, cujo plantio não foi bem aceito pelos agricultores devido ao alto custo. Para regularização das finanças foi proposto um empréstimo ao Banco de Itajubá e a distribuição das 229 caixas de sementes que ainda estivessem em bom estado (250 caixas apodreceram) pelo sistema de “A meia”, com a intenção de pagar parte dos prejuízos. A importância recebida constou nos balancetes como receita extraordinária sob a rubrica “Sementes de Batatas” (Ata de 02/05/1928, Livro 2, p.110). Mesmo diante de tais reveses, resolveu o agente executivo fazer nova importação de 2.500 caixas de sementes da Alemanha, através do Campo de Sementes Arthur Bernardes, que em contrapartida exigia antecipadamente a quantidade de sementes e o pagamento do agricultor interessado, para evitar novos prejuízos. (“O Município”, n.45, de 28/07/1929, p. 1).

Outras mudas e sementes selecionadas foram oferecidas pela Secretaria da Agricultura de Minas Gerais, para incentivar a diversificação agrícola no município de Maria da Fé, tais como: “milho, arroz, feijão soja, cowpea (vagem), feijão de porco, batata doce, mandioca, canas de java (resistentes ao mosaico), trigo, aveia e cevada”, com preços reduzidos e sob a orientação do Diretor do Horto Florestal de Belo Horizonte. (“O Município” n.39, de 16/06/1929, p.1). A cultura da seda, a produção do mel e de diversas frutas também foram incentivados. No entanto, apesar das vantagens e estímulos aos produtores, nas lavouras de Maria da Fé predominou a monocultura da batata.

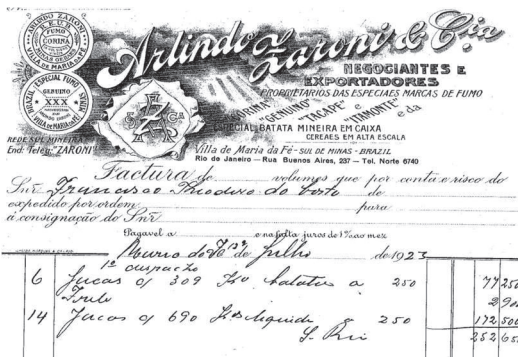
Na Edição n.161, de 24/01/1932, p.1, o redator do jornal “O Município”, Hermelino Gatto, fez um alerta, através de diversos artigos, sobre a necessidade de renovação do solo mariense no plantio da batata, sabendo-se que após a exportação de 9 milhões de quilos deste produto, durante 20 anos seguidos, a terra estava exaurida e sugeria: “Cumpra-se o problema sob esses três aspectos: a necessidade da adubação química, animal e vegetal; a renovação de sementes e o combate à praga”.

No final da década de 20, a maior parte do desenvolvimento agrícola em terras marienses foi creditado às iniciativas e ao trabalho conjunto dos vereadores liderados pelo Sr. Arlindo Zaroni. Na sua fazenda “Nova Califórnia” (onde é hoje o Sítio do Sr. Sérgio Placidino e se

Loja de Arlindo Zaroni no Rio de Janeiro - Novembro 1937. Cigarros, charutos e cigarrilhas de Maria da Fé para o mundo... Ainda havia um grande armazém, no centro da cidade do Rio, gerenciado pelo sócio e irmão Horácio Zaroni, onde trabalharam Waldemar Zaroni e seu irmão Jacó Zaroni. O armazém recebia outros produtos das empresas Zaroni, como telhas e tijolos da Cerâmica Zaroni, e chapéus. Acervo de Mari Léa Zaroni Campos.



estendia até a cachoeira “Véu de Noiva”), além de uma variedade de frutas, o Sr. Arlindo desenvolveu o plantio de cebolas e batatas visando à obtenção de sementes adaptadas ao clima e ao solo mariense. Para isso empregou sementes importadas de Portugal e da França e insistiu na melhoria dos tubérculos de batata, contando também com as experiências realizadas no “Campo de Sementes Arthur Bernardes”. Quanto ao fumo, diversos registros do Jornal “O Município” indicam que o Sr. Arlindo se tornou um especialista na produção e transformação dos fumos de corda em folha, ao lado do seu filho o Engenheiro Agrônomo Mário Zaroni e de seus irmãos Jacob e Horácio Zaroni. Esses irmãos juntos com Waldemar Zaroni trabalharam também em uma loja de chapéus no Rio de Janeiro-RJ e de exportação do fumo e cigarrilhas para vários estados brasileiros e para as Repúblicas do Prata.



Fatura de venda da empresa Arlindo Zaroni & Cia, de 1923, para Francisco Theodoro da Costa. Acervo de Mari Léa Zaroni Campos.

Em carta publicada nas páginas 3 e 4, na edição n.10 do jornal “O Município”, de 1º de junho de 1928, o Sr. Arlindo Zaroni apresentou ao então Presidente (governador) do Estado, Dr. Antônio Carlos Ribeiro de Andrada, um projeto sobre como poderiam resgatar o desenvolvimento do fumo no Sul de Minas, que entrara em decadência a partir do consumo crescente de cigarros, charutos e cigarrilhas feitas com as folhas do produto. Trecho desta carta justifica a preocupação do Sr. Arlindo com o destino de vários agricultores que dependiam da atividade do fumo para sobreviverem:

O cigarro de papel, fabricado com o fumo em folha, dominou todo o mercado brasileiro, apesar do seu elevado preço, devido a franca aquisição pelos mercados europeus, colocando conseqüentemente a fabricação do fumo em corda, que outrora fazia a pujança do Sul de Minas, completamente fora de cogitações. Milhares de agricultores, que viviam e educaram os seus descendentes neste mister ficaram em situação de penúria, com acentuado reflexo nos centros populosos agravada pelo espírito rotineiro de não evoluírem com as exigências dos consumidores hodiernos. (p.4, col.1)

Com a denominação de “O Fomento da Cultura de Fumo para Folha”, o projeto continha sugestões e detalhes técnicos e financeiros de como deveriam ser feitas as parcerias com produtores de fumo em folha da Bahia e do Rio Grande do Sul, para melhorar a qualidade do produto, dentre as quais sugeria a vinda de famílias de agricultores com experiência no ramo e que pudessem se estabelecer na nossa região. Esse projeto foi posto em execução conforme publicação do jornal “O Município” n.49 e n. 61, de 25/08/1929 e de 17/11/1929, respectivamente. Na edição n.141, de 30 de agosto de 1931, uma circular publicada na primeira página, incentivava os produtores da região e lhes concediam benfeitorias para o desenvolvimento do fumo em folha:

O Fomento da Cultura de Fumo para Folha, com sede em Maria da Fé, tendo fixado após experiências diversas as qualidades mais adaptáveis para a produção de fumos amarelos leves, que são mais procurados e de melhores preços em todos os mercados, recomenda como principal, a qualidade “Mariense”, da qual distribui sementes, ensina a cultura, a secagem e o preparo para folha: auxilia a construção de estufas e presta quaisquer informações que lhe sejam solicitadas sobre a referida cultura, tudo gratuitamente, para o que possui técnicos, aparelhamentos e recursos próprios (p.1).

Foi assim que a produção do fumo se tornou uma das principais culturas que contribuíram para o desenvolvimento do nosso município no início do século XX, em relação aos municípios vizinhos, garantindo a vários produtores uma sobrevida durante a crise da batata e do café na região.

AS PRIMEIRAS ESTRADAS DE RODAGEM

Nos Textos Complementares, ao final deste livro, sobre o desenvolvimento das ferrovias na região (Rede Sul Mineira), conclui-se que as estradas de rodagem no Brasil tiveram o seu maior desenvolvimento somente a partir da década de 50, estimuladas pelo caráter oligopolista da indústria automobilística, que incentivava o uso de carros e caminhões, em detrimento das ferrovias, cada vez mais inadequadas e lentas em relação ao progresso da indústria e do comércio brasileiro e fragilizadas pela falta de investimentos.

No interior, nas primeiras décadas do século XX, a infraestrutura de transportes era ainda mais precária e não contava com estradas pavimentadas, sendo o transporte de bens e pessoas e até alguns trechos da malha ferroviária feita sob tração animal. As tropas e os tropeiros tinham como objetivo atingir os grandes centros de comércio ou o escoamento das mercadorias até o litoral, utilizando preferencialmente trilhas e caminhos conhecidos. Além disso, a construção e a conservação de estradas de rodagem eram de responsabilidade dos municípios, ficando para o Estado apenas as consideradas mais importantes sob o critério político. (ABCP, 2009)⁴¹



Meios de transporte de cargas mais utilizados no início do século XX (exceto as ferrovias e hidrovias)

Acervo: Elaine Freitas. Foto publicada no Grupo Maria da Fé Antiga - Cidade que amamos! - Facebook.

Em Maria da Fé, até 1930, as estradas de rodagem eram poucas e sem pavimentação, prejudicadas pelo relevo montanhoso, que contribuía para aumentar as dificuldades de ligação entre a vila, as cidades vizinhas e os bairros rurais. No entanto, graças ao caráter empreendedor de notáveis vereadores, que mesmo sem ser remunerados, não mediam esforços para conseguir

⁴¹ ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE CIMENTO PORTHAND.

Disponível: <http://viasconcretas.com.br/>

seus objetivos, as estradas de rodagem estiveram sempre na pauta dos trabalhos da Câmara Municipal. Logo nos meses iniciais à instalação do poder público, o vereador Lucas Evangelista Guedes obteve aprovação de projeto para construir uma estrada das Posses à Vila de Maria da Fé (15/07/1912). O Presidente da Câmara, Joaquim Gomes Franqueira também propôs um novo traçado para a estrada que ligava Maria da Fé a Itajubá, pela Serra do São João (ela passava pelo bairro Pedrão), em terras de Manoel Ribeiro da Luz (Ata de 31/08/1912, Livro 1, p.14). No ano seguinte, há o registro de concessão ao Sr. Guilhermino Batista Campos (representante do bairro Jardim e da Mata Izidoro) de 250 mil réis para abrir uma estrada entre o bairro Pintos Negreiros e a Barra (ata de 01/09/1913, Livro1, p.28).

Agregada à abertura de estradas havia sempre a necessidade da construção de pontes e a conservação das vias, principalmente na época da chuva. Na ata de 11/11/1912 (Livro1, p.19), o Presidente da Câmara concedeu autorização para construção de uma ponte sobre o ribeirão do bairro Posses e mais dois pontilhões; na sessão do dia 03/11/1913 (Livro1, p.29), a Comissão de Obras Públicas recebeu 600 mil réis para melhorar o trânsito nas principais estradas da Vila de Maria da Fé. Em alguns locais de difícil acesso, a Câmara mantinha um “Conserva”, isto é, uma pessoa encarregada de capinar o mato que avançava sobre a estrada, tapar buracos e reparar as cercas laterais, para que a presença de animais não impedisse o caminho. Também se construía muitas porteiras, pois várias estradas passavam dentro de sítios e fazendas dos grandes proprietários. Alguns destes fazendeiros ofereciam ajuda para a construção e melhoria das estradas visando ao escoamento do leite e de diversos produtos agrícolas; outros impunham restrições à passagem dos veículos, sendo necessária a desapropriação dos terrenos (Atas de 01/02 e 02/06/1919, Livro 2, p.14 e 91).

Em 1920, com a elevação do imposto de viação do transporte de mercadorias pelas estradas de ferro, muitos proprietários rurais, fazendeiros e sitiantes, investiram nas estradas de rodagem (Ata de 08/1920, Livro 2, p.34). Vez ou outra, as câmaras municipais formavam parcerias para ajudar na construção de estradas a fim de unir cidades e povoados vizinhos, como por exemplo, o Cel. Casemiro José Ozório que ofereceu ajuda de 4 mil réis para a construção de estrada do Pedrão até a Vila de

Maria da Fé (Ata de 25/08/1921). Requerimento dos Srs. Joaquim Benedito de Paiva, José Antônio de Faria e Joaquim Gonçalves da Silva Braga, registrado na ata de 30/04/1928 (Livro 2, p.106), continha solicitação de ajuda para o término da estrada de rodagem de Maria da Fé a Pedra Branca (Pedralva), Pedrão e Cristina, e de Posses a Pintos Negreiros. Em 1926, a Câmara dos Vereadores resolveu contratar um engenheiro, que ficasse responsável pelos serviços de obras do município, como fazer e levantar plantas, orçamentos, locação e construção de um plano rodoviário, inclusive intermunicipal, para obtenção de verbas estaduais e federais (Livro 2, p.87).

As obras eram acompanhadas por uma comissão encarregada de superintender a construção das estradas, como ocorreu com a estrada de rodagem entre Maria da Fé e Pedra Branca (Pedralva) cujo contrato do engenheiro Henrique Bleinretk, foi pago pela Câmara Municipal de Maria da Fé para conclusão da obra. (“O Município”, 29/04/1928, p.2, col2). O Engenheiro Luiz Goulart de Azevedo também participou da construção da estrada para Pedra Branca. (Ata de 21/02/1930).



*Primeiro carro de passeio de Maria da Fé
Acervo: Elaine Freitas.
Foto publicada no Grupo Maria da Fé
Antiga - Cidade que amamos! - Facebook.*

Nas atas da Câmara Municipal e em outras publicações do Jornal “O Município”, é possível identificar a presença da iniciativa particular na construção de estradas de rodagem, diante do desinteresse de alguns proprietários, que ainda não possuíam carros particulares e das dificuldades da Câmara em obter verbas públicas para esta finalidade:

O Sr. Coronel Silvestre Junqueira Ferraz, cansado de esperar que a Câmara fizesse uma estrada de rodagem à sua fazenda (das Posses até o distrito de Pintos Negreiros), resolveu fazê-la a sua custa. Esse cansado de esperar quer dizer que cabia à Câmara tal encargo, e como se grita aí pelas esquinas que, estradas de rodagem só servem para aqueles que possuem fortuna; que são feitas para os magnatas por elas transitarem com seus automóveis gastadores de gasolina e exibidores da soberba dos seus donos, imagine o caro leitor se a Câmara fizesse uma estrada para a fazenda do Sr. Silvestre Ferraz, à custa dos cofres do município onde são depositados os dinheiros dos contribuintes que pagam impostos em dia. Se o Coronel Silvestre possui automóvel e não é dos pobres aqui da zona, decerto também o qualificaram como um dos que soberbamente gasta gasolina para exhibições. E o que se não diria se a Câmara fizesse uma estrada para sua serventia ... Não podemos imaginar ... (24/06/1928, p.3, col.2-3)

Até 1930, a estrada de rodagem mais importante para Maria da Fé era a que ligava a Vila ao povoado do São João e deste à cidade de Itajubá. Reportagem de 22/07/1928 (p.1), do jornal “O Município”, parabeniza o Presidente da Câmara, Sr. Arlindo Zaroni, pelo empenho e enfrentamento das dificuldades ao deixar esta estrada de terra em boas condições de trânsito. Em contrapartida, solicitava aos moradores sãojoanenses a retirada das porteiras ao longo do caminho que retardavam a viagem. Em 14 de outubro deste mesmo ano, o jornal publicava também a inauguração da estrada do Goiabal-Pintos Negreiros, promovida pelo fazendeiro Sr. Silvestre de Azevedo Junqueira Ferraz, cujos festejos contou com uma missa presidida pelo Pe. Lauro de Castro, leilão em benefício das obras da Matriz e a presença das bandas “Jazz-Band Mariense” e “Vera Cruz” da cidade de Cristina.

Ata da sessão da Câmara Municipal, de 01/09/1930, publicada pelo jornal “O Município” (14/12/1930, p.2), aprovou a concessão de empréstimo ao Sr. José Ribeiro Bustamante para construir uma estrada de rodagem ligando a estação do Pedrão à estrada do São João. Em contrapartida, o fazendeiro poderia colocar uma porteira na mesma estrada, para cobrar pedágio até o reembolso da quantia gasta na construção.

Em 1929, artigo transcrito do jornal “O Estado de Minas” e publicado no “Município” (30/06/ 1930, p.1), declarava que quatro rodovias foram construídas em Maria da Fé, sem ajuda do governo estadual: “uma que já nos liga a Itajubá, descendo uma serra atrevida e outra ligando-nos à Pedra Branca, da qual resta a construção de três quilômetros, apenas; a primeira construída pela municipalidade e a segunda quase que por subscrição pública. Mais uma estrada ligando-nos à rodovia⁴² de Águas Virtuosas (Lambari) e outra a Silvestre Ferraz (Carmo de Minas)”. Na mesma página do jornal, a publicação do Ofício n. 55, do Presidente da Câmara, Sr. Arlindo Zaroni, informa que de acordo com o plano rodoviário municipal, sob a direção do Sr. Cândido Carneiro da Costa, uma estrada fora construída até a fazenda Serraria, indo de encontro à outra que se estendia até o distrito de Pintos Negreiros, sob as expensas do Sr. José Coli. Em 24/06/1928, o jornal “O Município”, p.2, publicava a representação feita pelo Presidente da Câmara junto ao Governo do Estado, sobre a construção de seis pontes de cimento armado nos bairros de Pintos Negreiros, Posses, duas no bairro São João e duas sobre o Ribeirão Cambuí.

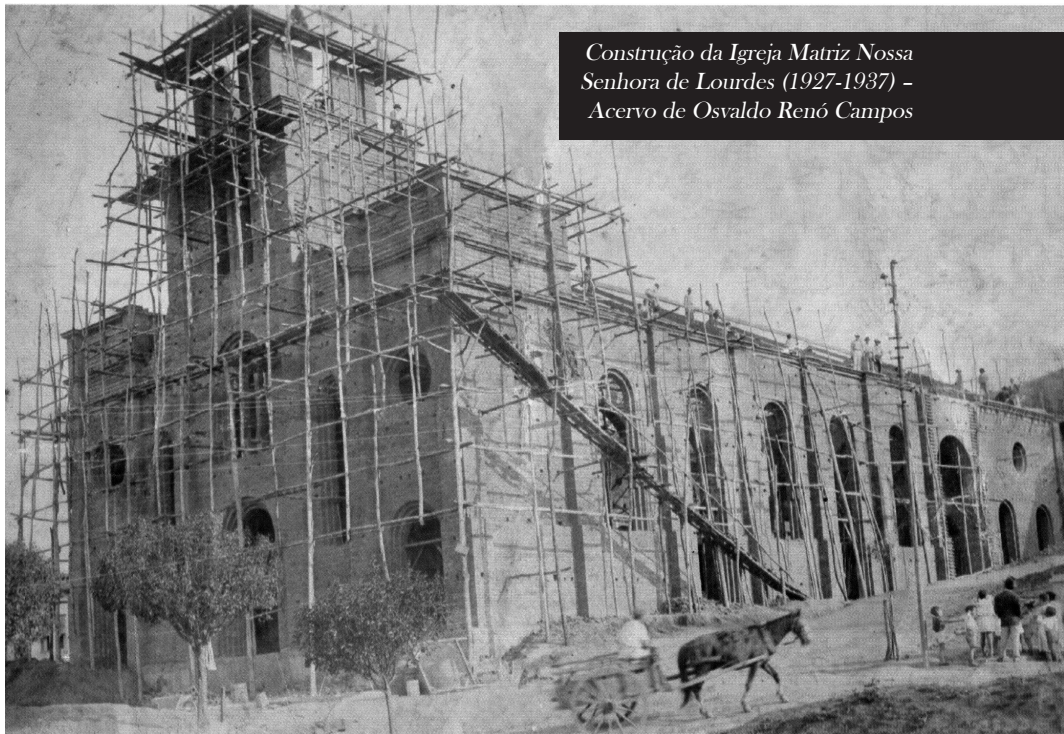
Ao final da década de 20, o movimento de veículos por tração animal e/ou motorizados era cada vez maior no município mariense, obrigando a Câmara Municipal a promulgar a Lei n.75, de 25/07/1928, que regulamentava o trânsito, estabelecendo o registro de veículos e a cobrança de impostos. A “caderneta de habilitação ou de chauffeur” era fornecida por pessoa nomeada pela Câmara⁴³, após aplicação do exame em motoristas profissionais ou amadores, maiores de 18 anos, para conduzir veículos de combustão, de tração animal (charretes) e bicicletas. As carroças não pagavam impostos. Havia um desconto nos impostos para os carros de roda fixa ocupados exclusivamente no serviços da propriedade agrícola a qual pertencessem, e estes estavam sujeitos a multa se fossem pegos no trânsito da cidade. A primeira mulher mariense a ter sua carteira de habilitação foi a Sra. Nicota Gonçalves Ferraz, em 1929.

⁴² Atual estrada da Capetinga (Ata da Sessão Extraordinária da Câmara Municipal realizada em 21/02/1930) (N.R.)

⁴³ Como aplicador dos exames aos condutores de veículos da época sobressai o nome do Sr. Frederico Tótoro. (Jornal “O Município”, de 1º/06/1930, p.2, Col.2)

EDUCAÇÃO, CULTURA E RELIGIOSIDADE

A Revista do Centenário da Paróquia de Maria da Fé⁴⁴, trabalho organizado pelos pesquisadores Mari Léa Zaroni Campos e Osvaldo Renó Campos permite concluir que a religião cristã sempre fez parte da história de Maria da Fé, da qual a edificação da Igreja Nossa Senhora de Lourdes foi o seu ponto mais relevante. Em 1928, a Câmara Municipal acompanhou o início da construção da Matriz e juntamente com o Pe. Lauro de Castro organizou as doações da comunidade mariense e os nomes dos contribuintes, que foram publicados no jornal “O Município”, em grupos, conforme a quantia das doações recebidas.



Construção da Igreja Matriz Nossa Senhora de Lourdes (1927-1937) - Acervo de Osvaldo Renó Campos

⁴⁴ CAMPOS, M.Zaroni e CAMPOS, O. Renó, Revista Centenário da Paróquia de Maria da Fé. História e Memória Coletiva. Vol.1. p.6-9, 2008.

Em nota da edição de 19/02/1928, o redator, Sr. Hermelino Gatto, descreve como começou a construção da Igreja Matriz Nossa Senhora de Lourdes:

Depois de vinte três anos de ininterrupto funcionamento acaba de ser iniciada a demolição de nossa antiga e pequena matriz, para em seu lugar ser erigido um templo esbelto, suntuoso e confortável, que caiba a numerosa assistência que ali ocorre diariamente. A incansável comissão, tendo à frente a figura serena e enérgica de nosso caridoso vigário, coadjuvado por elementos de destaque, promete tornar dentro em breve uma realidade, ideia há muito projetada em Maria da Fé. [...] Já em sua última sessão ficou resolvido ser entregue a direção dos trabalhos ao afamado empreiteiro José Pfaff, nome sobejamente conhecido no Sul de Minas pela sua habitual competência. Também constou dos labores da referida reunião a confecção de uma substancial lista de todos os moradores desta paróquia, calculando a importância a ser dada por habitante, da qual se espera colher a importante soma de 170:000\$000.



A Igreja pronta e a 1ª Praça da Matriz
- Acervo da Paróquia N.S. de Lourdes



Pe. Lauro Augusto de Castro
(*1884 +1937)

Para ampliar a campanha de donativos, em diversas fazendas da paróquia foram celebradas missas, acompanhadas de leilão de prendas, em benefício da Igreja Matriz e, em muitas destas propriedades, as festividades terminavam com um baile abrilhantado pela orquestra “Jazz-Band Mariense”.



Jazz-Band Mariense
- 1ª Banda de Música de
Maria da Fé
Acervo de Nilton
Gonçalves de Almeida.
Foto publicada no Grupo
Maria da Fé Antiga - Cidade
que amamos! - Facebook. (*)

N.R. Comentário de Nilton Gonçalves à época: “o Barbudo é meu Bisavô Zéca Batista, a menina abaixo é a Dona Candinha, entre outros” – Segundo Hermelino Gatto, no Jornal “O Município”, publicado em 01/06/1928, Ano I, n.10, p.6, estes outros eram Virgílio Santos, Dr. Américo de Paiva, Hermelino Gatto-regente, Alfredo Guimarães-diretor, Joaquim H. Faria, Gastão Pinheiro e Gentil Fernandes, Otto Cardoso, Benedicto Carvalho, Pedro Alcântara e Anthero de Barros.

Também foram organizadas apresentações teatrais no Cine Pátria de Maria da Fé e em cidades vizinhas⁴⁵. Reportagem de 19/08/1928, do jornal “O Município” descreve como foi a “soirée artística”, com uma peça de fundo religioso, intitulada da “Aos pés da Cruz” e uma comédia “A chegada do Tio Neca”, ensaiada pelo Pe. Lauro de Castro e montada pelas principais senhoritas da sociedade local: Zenaide Franqueira, Hilda Carneiro Pereira, Marina Soares, Naná Ferrer e a senhorita Zezé Ribeiro, que recitou os versos do poeta conterrâneo, José Venturelli, intitulado “Frases do Coração”. Da peça “Aos pés da Cruz” participaram as senhoritas Zezé Sales, Yolanda Cardoso, Carlinda Ribeiro, Zezé Ribeiro, Marietta Barros, Maria Augusta Zaroni, Laurinha Guedes, Dinah Ferreira, Maria José Franqueira, Genoveva Villela. O Sr. Menotti Marchetti era o narrador e o Sr. Ítalo Venturelli fazia o ponto.

⁴⁵ Ver detalhes desta apresentação, no texto complementar intitulado “Excursão à Pedra Branca”;

Esta passagem e inúmeras outras descritas no jornal “O Município”, permitem deduzir que a cultura e a educação acompanhavam as festividades religiosas, unindo partes significativas da nossa sociedade. Estes temas também estão presentes no trabalho organizado por Mari Léa Zaroni Campos e Osvaldo Renó Campos, demonstrando o nível elevado de progresso cultural alcançado por Maria da Fé, ao final da década de trinta.

Sob este aspecto, ao ler as atas do período entre 1912 a 1930, torna-se evidente a preocupação da Câmara Municipal com a criação de escolas, para atender aos setores mais populares do município, uma vez que a educação era privilégio de uma aristocracia ociosa⁴⁶. As verbas do governo eram irrisórias e obtidas sobre 10% dos impostos municipais (Fundo Escolar do Estado = Lei n.989, de 20/09/1927). Além disso, destinavam-se basicamente ao ensino primário (1^a a 4^a série). Assim, cabia ao Agente Executivo a responsabilidade de atender as necessidades educacionais da população com os próprios recursos do município. Aqueles que almejavam seguir seus estudos deveriam ser encaminhados aos colégios internos, em outras cidades⁴⁷.



*Alunos do Grupo Escolar Arlindo Zaroni - sala mista (1930)
Acervo da Escola*

⁴⁶ Ver Textos complementares sobre a situação da Educação em MG (item 8).

⁴⁷ Outras informações sobre as primeiras escolas e alguns costumes marienses podem ser obtidos nos Textos Complementares de Joaquim Ribeiro Franqueira (item 4, “Um repórter observador”)

Na zona rural, os poucos prédios escolares eram alugados pelo poder público ou construídos com ajuda dos grandes fazendeiros, que muitas vezes alfabetizavam os filhos dos agregados para mantê-los na propriedade, sob sua autoridade⁴⁸. Ata de 01/03/1916, registra o pedido da Sra. Otilia Ribeiro Leal, para auxiliar no aluguel da escola pública do bairro São João (verba anual de 100 mil réis). Em 01/02/1919, Livro2, p.14, o Sr. Alfredo Bressane de Lima, solicita o auxílio da Câmara para o seu estabelecimento de ensino e, em troca, se comprometia a estudar quatro alunos externos “pobres” da Vila. Nas atas de 01/01, 10/07 e 09/09 de 1924, a Sra. Lavínia Venturelli de Lima, professora da Escola Mista, a Sra. Zélia Nogueira e D. Maria das Dores Jardim pedem auxílio para o pagamento do aluguel da sala onde lecionam.

Em 1929, fundou-se o “Grupo Escolar Arlindo Zaroni”, que fazia parte de um projeto para melhoria do ensino em Minas Gerais com relação ao ensino básico, substituindo as escolas “Mixtas” e permitindo o agrupamento de alunos por idade e nível de escolaridade⁴⁹. Em Maria da Fé, o Grupo Escolar atendia em regime de externato até o 4^a série primária e durante muitos anos foi a única escola pública da área urbana. O jornal “O Município”, de 24 de março desse ano, registrou o grande acontecimento da inauguração, que contou com a presença de diversas autoridades locais e de cidades vizinhas:

Aberta a sessão magna pelo inspetor escolar, Sr. Leoni Soares, que convidou para fazer parte da mesa o Presidente da Câmara, Sr. Arlindo Zaroni, e em seguida deu conhecimento da designação telegráfica de inauguração subscrito pelo Dr. Mário Casassanta, diretor geral do ensino, foi solenemente declarado inaugurado o Grupo Escolar de Maria da Fé, e em seguida deferido o compromisso à digníssima diretora professora Maria Lomônaco Ferreira, que por sua vez o deferiu às professoras Leonor Lomônaco Ferreira, Iracema Arantes de Paiva, Maria José Salles e Zélia Brandão Nogueira. (p.1)

⁴⁸ O “voto de cabresto” era obtido entre os colonos que sabiam ler e escrever (às vezes só o próprio nome), e mantinham fidelidade ao patrão ou “Coronel”;

⁴⁹ Ver detalhes da educação em Minas Gerais neste período: Textos complementares(item 8).



Primeiras professoras do Grupo Escolar Arlindo Zaroni (1929)
Acervo: Filomena Ferreira

Em nota, na mesma página do jornal, havia a informação que o Grupo Escolar possuía sete classes, em dois turnos. As diretoras deveriam ser do sexo feminino e ter feito o Magistério. As professoras Genevêa Vilela Pereira, Corina Ribeiro de Carvalho, Maria Dulce Nogueira, Maria de Lourdes Guedes, D. Miluca de Carvalho Gatto (esposa do Sr. Hermelino Gatto) e os porteiros Antônio Siqueira e João Vitor da Silva fizeram parte também do quadro de funcionários do Grupo Escolar Arlindo Zaroni por essa época. Os alunos eram submetidos a exames periódicos que vinham de Belo Horizonte. Os examinadores das primeiras turmas foram: Mário Zaroni, Joaquim Benedito de Paiva, Alcides Guimarães e Maria José Sales.

A obrigatoriedade da matrícula nas escolas primárias atingia todas as crianças de 7 a 15 anos de idade, incorrendo em multas e outras penalidades impostas pelas autoridades de ensino, aos pais, tutores, patrões ou responsáveis que procurassem burlar essa exigência. Os censos realizados ao final da década de 30 denunciavam o pouco caso dos responsáveis com a educação dos jovens e crianças e a falta de frequência dos alunos às escolas, sobretudo na zona rural. Os professores dessas escolas eram em sua maioria leigos, enfrentavam grandes obstáculos para lecionar: o acesso às escolas dos bairros era difícil (o meio de transporte mais utilizado era o cavalo), recebiam um salário irrisório e as classes eram mistas, com alunos de diferentes idades e estágios de escolaridade.

Para estimular a frequência foi instituído no Grupo Escolar Arlindo Zaroni, a partir de maio de 1929, o “Quadro de Honra”, no qual deveria figurar mensalmente, os nomes dos alunos, que mais se distinguiram em comportamento e aplicação. Muitas crianças deste Quadro de Honra se sobressaíram posteriormente em diversos setores da sociedade mariense, como por exemplo: Ary Siqueira Mesquita (farmacêutico e vice-prefeito), Manoel Gonçalves (Prefeito), Nelly Zaroni (Professora), Almerinda Costa (Benemérita da Cidade e participante da Banda Feminina), Cacilda de Souza Gomes (Diretora do Grupo Escolar Arlindo Zaroni), Manoel Corrêa Cardoso (Comerciante), Lauro Gonçalves (Vereador), Vivaldi Campos (Vereador e condutor do ônibus Maria da Fé-Itajubá), Antônio Mendes dos Santos (Vereador), Elvira Carnevalli (Dona de casa e doceira), Walter Zaroni Gonçalves (Bancário), Walde- mar Zaroni (Vice-Prefeito) e muitos outros (“O Município”, 26/05, p. 2, 09/06, p.1-2 e 11/08/1929, p.1).

Em 21 de julho de 1929, foram criadas, no Grupo Escolar duas instituições: o “Auditorium” e o “Club de Leitura”. O primeiro para estimular uma variada programação de números recitativos, hinos patrióticos, canções, bailados, preleções pelas professoras, exposição de pontos sobre diferentes disciplinas pelos alunos, desenhos espontâneos, leitura, composições orais, exercícios de redação, ginástica sueca, jogos ginásticos e exposição de trabalhos executados em aula pelos alunos, como: provas escritas, desenhos, cartografia e trabalhos manuais. A duração dessas sessões era de duas horas e os pais e pessoas da família poderiam comparecer. O “Club de Leitura” era para estimular o gosto dos alunos do 3º e 4º anos pelos livros e funcionava no horário escolar, em dia e horário previamente estipulado. Para cada Club eram escolhidos um patrono e uma diretoria, composta de três membros: presidente, tesoureiro e secretário, que seguiam o Estatuto da Biblioteca da escola.

*Clube de leitura no
Grupo Escolar Arlindo Zaroni (1946)
Antônio Krepp Filho com o livro na mão
Acervo da Escola*





Grupo Escolar Arlindo Zaroni - fundado em 1929 - Acervo da Escola



*Clube de leitura no
Grupo Escolar Arlindo Zaroni (1946)
Antônio Krepp Filho com o livro na mão
Acervo da Escola*



*Alunos e professoras do Grupo Escolar Arlindo Zaroni em 1929
Acervo da Escola*

A SAÚDE DA POPULAÇÃO E A QUESTÃO DO ABASTECIMENTO D'ÁGUA NA VILA DE MARIA DA FÉ

Tal como acontecia em outras regiões do interior no Brasil, a assistência à saúde no município mariense era bastante precária. Os médicos⁵⁰ eram raros e a população se limitava a buscar nas boticas e farmácias a cura para os seus males. Nota do Jornal “O Município” de 05 de fevereiro de 1928, revela a necessidade de combater a verminose e as doenças venéreas, por serem estas as que mais atingiam a população mariense (85 e 75 por cento, respectivamente). De fato, dados coletados em Waldman⁵¹ (1998) indicam que cerca de 50% dos óbitos no final da década de 20, tinham como causa as doenças infecciosas, onde metade delas atribuídas às diarreias, enquanto a tuberculose era responsável por algo em torno de 10% das mortes. Pneumonias, difteria, sarampo, varíola, a hanseníase (lepra), doenças venéreas, coqueluche, febre tifoide e malária, ainda que menos relevantes em termos relativos, destacavam-se por apresentar também elevadas taxas de mortalidade.

Após sua instalação, o trabalho das câmaras municipais com relação à saúde se limitou à fiscalização dos estabelecimentos e das mercadorias que circulavam na Vila, como pedia a legislação em vigor. Os primeiros registros nesse sentido datam de 1917, quando os vereadores proibiram o abate de rezes na Vila fora do Matadouro Municipal, cabendo aos açougueiros a responsabilidade pela limpeza e condições higiênicas da carne e do próprio matadouro. O Fiscal da Câmara, Joaquim Rodrigues de Souza, poderia aplicar multa e suspensão de licença dos açougues (Ata de 05/01).

Em 1927, a Câmara elaborou um projeto regulamentando a coleta e o destino do lixo e restos de animais (ata de 01/12). No ano seguinte,

⁵⁰ Médicos dessa época: Dr. José Sanches, Dr. Álvaro R. Seabra, Dr. Ataliba Bittencourt; farmacêuticos e boticários: Alfredo Bressane de Lima, Leoni Soares, Antônio da Costa Braga, Ormeu Junqueira Ferraz, Iracema Lomônaco, e outros clínicos temporários como: Dr. J. Ribeiro Cavalcanti, Dr. J. Wenceslau Junior, Dr. Heberto de Brito Lyra.

⁵¹ Waldman EA. Doenças infecciosas: A herança para o século XXI. Médicos 1998; 1(5): 94-8. Ver mais detalhes sobre a saúde no Sul de Minas, nos textos complementares ao final deste livro (item 9).

os vereadores Leoni Soares e Joaquim Ribeiro Franqueira propuseram enviar um requerimento ao Presidente (Governador) do Estado de Minas Gerais para a construção de um Posto de Profilaxia Rural e Moléstias Venéreas em Maria da Fé, mas o documento não chegou a ser expedido (ata de 01/02/1928). Somente em 1930, os edis elaboraram um Projeto de Higiene (Lei n.89, de 02/06/1930), que continha normas mais específicas de proteção à saúde da população mariense:

“nenhum prédio da Vila poderá ser reocupado, quando vagar, sem que haja a fiscalização e limpeza pela Câmara Municipal, podendo ser multado por descumprimento da lei”; “os hotéis ou pensões não poderão receber hóspedes com moléstias contagiosas e os mendigos”; “portadores do mal de Hansen (lepra) ficam proibidos de perambularem nas ruas da Vila”⁵²; “os estabelecimentos comerciais e os ambulantes não poderão expor alimentos sem que estejam resguardados da poeira e insetos”; “nos salões de barbeiros/cabeleireiros deverá funcionar serviço de esterilização e pia esmaltada sem retentores”; “suspensa a criação de porcos no perímetro urbano”; “Fica proibido o uso de papel impresso para embrulhar alimentos de imediato consumo” (Atas de 21/02/1930 e 02/06/1930).



*Um dos primeiros matadouros de Maria da Fé (1953)
Acervo Câmara Municipal*

⁵² Ver detalhes sobre essa situação nos textos complementares.

Vários esforços também foram feitos em relação ao sistema e serviços de abastecimento de água e esgoto, considerados fatores básicos determinantes das condições de saúde. Limitada aos poucos recursos advindos da cobrança de impostos, a Câmara Municipal tentou obter verbas estaduais para abastecimento de água da Vila de Maria da Fé (ata de 12/12/1913). A captação da água potável era o maior problema, pois as nascentes ficavam longe do centro da cidade e em terras de grandes produtores agrícolas, além disso, a canalização era feita por manilhas de barro, pois os canos de ferro eram raros e caros por serem importados (vinham em sua maioria da Inglaterra).

Notícias dos jornais da época, “A Hora” e “O Município”, e registros de atas da Câmara levam a concluir que por essa época era comum a falta de água potável no perímetro urbano, principalmente nas casas construídas em morros ou ruas mais altas da Vila. Na ata de 01/08/1918, consta requerimento assinado por vários vereadores, solicitando a canalização da água potável do Vargedo, para abastecer a cidade e para as locomotivas da Rede Sul Mineira, em 08/12/1919. O Presidente da Câmara, Sr. Arlindo Zaroni, preocupado com a escassez do líquido, pediu um levantamento da planta referente ao abastecimento de água da Vila de Maria da Fé. Em 02/01/1920 o Agente Executivo contraiu um empréstimo de oitenta contos de réis com o Banco Itajubá, para canalização e rede de esgotos da Vila, com pagamentos em 400 ações parceladas.

Nos registros da ata de 01/04/1922, os Srs Arlindo Zaroni e Lindolfo Bazileu Guimarães concedem à população da Vila o direito (sem ônus) de usufruírem da água situada em seus terrenos (Vargedo), em troca solicitam apenas a canalização dessa água. Em 03/11/1922, ainda sob a presidência do Sr. Arlindo, a Câmara aprovou a deliberação de verbas para a construção de reservatório de água e encanamento. No ano seguinte, todos os impostos foram acrescidos de 10%, para uso da água potável (ata de 06/10/1923). O imposto “Penna d’água” ou Lei n. 51, foi sancionado em 13 de setembro de 1922 e era destinado aos prédios (casas) situados no perímetro urbano e em altura alcançada pela canalização. O Sr. João Vitor da Silva era o zelador e administrador da água potável e dos jardins públicos, recebendo honorários da Câmara Municipal.

Em 02/02/1925, a Câmara autorizou a compra de encanamento para levar a água do Vargedo até o bairro Canudos. Em setembro des-

te mesmo ano, os vereadores propuseram a mudança das manilhas de barro utilizadas no abastecimento de água potável para encanamentos de ferro, de modo a atender melhor a população e instituíram a cobrança de impostos em cada prédio (casa) onde o precioso líquido chegava. O Presidente da Câmara, Sr. Arlindo Zaroni fez um empréstimo pessoal de 25 mil contos de réis para pagamento do novo encanamento de água potável, a ser ressarcido com o dinheiro dos impostos após o término dos trabalhos (Ata de 01/10/1925).



Rio Cambuí (cachoeira da Lage), final da década de 50, até então utilizado como área de lazer e para lavagem de roupas e utensílios domésticos – à direita: Filomena Corrêa (Nenhinha) e sua mãe Lia, Ritinha Marchetti, Lola (M.Auxiliadora C. Mendes) e Vera Marchetti – Acervo: Maria Magda Ribeiro

Em 02/10/1925, a Lei n.60 substituiu a legislação anterior sobre a “Pena d’água”, aumentando o imposto, o que gerou muitos protestos da população pagante. O jornal “O Município”, de 8/07/1928, (p.3, Col.2) publicou uma nota sobre a falta d’água e a necessidade de racionamento na Vila.de Maria da Fé:

Pede-nos, o Sr. Agente Executivo Municipal, avisarmos a população que, em consequência da escassez de água verificada nas fontes captadas para o fornecimento da vila, a caixa geral só permanecerá aberta, de amanhã em diante, das 5 e ½ horas até ao meio dia, e das 15 ½ até às 21 horas, enquanto perdurar o motivo acima exposto.

Na edição n.40, o mesmo jornal noticiou em primeira página, a proibição de lavar roupas com a água das torneiras, que deveriam ser reservadas para o uso comum, atendendo a reclamações dos moradores que habitavam as partes mais altas da cidade. Sobre isso, é importante registrar que o rio Cambuí servia para esta finalidade e muitas outras como pescar e nadar, uma vez que suas águas ainda não eram poluídas. As pessoas que moravam nos lugares onde a canalização da água não chegava, desciam os morros para lavar roupas e utensílios domésticos e subiam com latas d'água na cabeça para outras necessidades.

ARLINDO ZARONI: UMA REFERÊNCIA COMO EMPREENDEDOR

Diversos artigos do jornal “O Município” descrevem a abnegação e o esforço do Sr. Arlindo Zaroni em transformar Maria da Fé em uma cidade próspera, de crescente progresso. Além do seu tino comercial e administrativo, este empresário acumulava também outras qualidades. Fato interessante mencionado por Hermelino Gatto, redator do “O Município”, é que durante os acontecimentos que antecederam a Revolução de 1930, quando o Sr. Arlindo Zaroni era Presidente da Câmara - o jornal destaca o chefe do executivo mariense como um grande estrategista ao impedir que as tropas paulistas (adversários dos mineiros) avançassem sobre o Sul de Minas, particularmente em terras próximas a Maria da Fé, Cristina e Itajubá.

Uma reportagem publicada na primeira página do Jornal “O Município”, de 09 de novembro de 1930⁵³, coluna 1, descreve a visita de um grupo de cidadãos de Cristina-MG à sede do governo mariense, entre os quais vários militares, para prestar sua gratidão ao ilustre Presidente da Câmara pelos acontecimentos desenvolvidos entre 3 a 24 de outubro, quando os paulistas transpuseram a Serra da Mantiqueira, via Passa Quatro e caminharam em direção àquela cidade. Esses acontecimentos se referem ao Sr. Arlindo Zaroni, que com auxílio do Dr. Alcides Lins, Diretor da Rede Sul Mineira, sem soldados e sem munições, e contando com poucos voluntários, formaram uma linha de comunicação Maria da Fé - Passa Quatro - São Gonçalo, cabendo à Maria da Fé o posto avançado, pela situação privilegiada de altitude e de fácil comunicação (um possante aparelho de radiotelefonia, que nunca foi descoberto, foi instalado no Clube Maria da Fé e de lá notificava os mineiros de todo o movimento das tropas inimigas em São Paulo e no Rio de Janeiro).

Batalhando ao lado dos ideais revolucionários liberais e contra os prestistas⁵⁴, o chefe do executivo local, juntamente com Alcides Lins, ia

⁵³ Ver breve resumo da Revolução de 1930 nos Textos Complementares (item7).

⁵⁴ Seguidores de Júlio Prestes - Ver detalhes nos Textos Complementares (item7)

dinamitando pontes, arrancando trilhos, obstruindo, por todos os meios e modos as linhas da Rede Sul Mineira e as rodovias de acesso à Serra do São João, a fim de dificultar a marcha do inimigo.

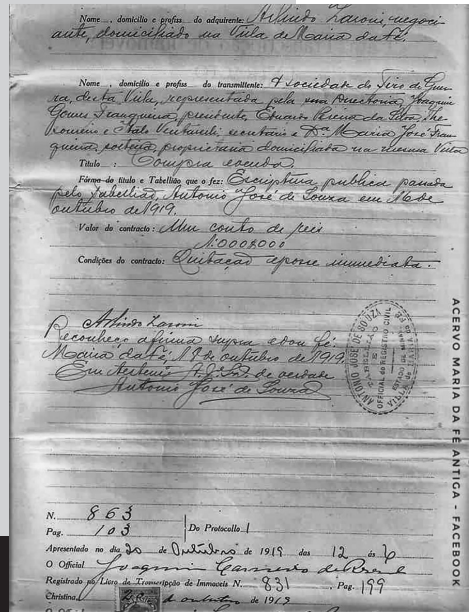
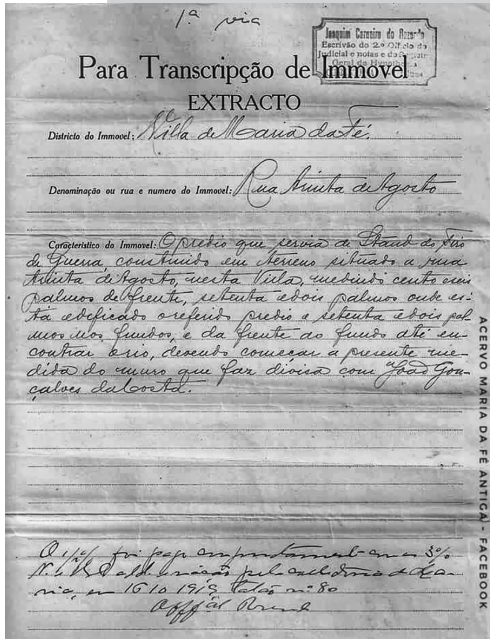
Assim descreve o jornalista Hermelino Gatto no artigo “A Luta no Sul de Minas” (02/11/1930, p.2):

[...]A força real que possuíamos eram no princípio os srs. Reynaldo Bianchi e José Rezende - dois denodados criadores de obstáculos e audazes observadores que se atiravam até dentro das guardas avançadas para colherem informações necessárias, e que o chefe do setor, Sr. Arlindo Zaroni, julgava necessárias serem fornecidas para Soledade ao Dr. Lins. [...] Os tiros de dinamite e as sortidas dos dois rapazes decididos amedrontava-os, além das inteligentes informações que daqui iam para os quartéis de que na serra se achavam cerca de 2.000 polícias, quando na verdade nada disso existia. [...] Nesse dia (21/10/1930), sob o comando de Reynaldo Bianchi, conjuntamente com José Rezende, mais quatro rapazes desceram então a serra para entrincheirarem-se no vale. E a tropa de 80 homens correu de 6. Nessa noite, por volta das 2 horas da manhã o povo reunido nesta vila recebia com manifestações entusiástica a primeira coluna da polícia mineira, que chegava justamente no momento oportuno, em que a situação se tornava já ameaçadora e não mais podia talvez ser remediada com paliativos que a argúcia e a tenacidade de Arlindo Zaroni gerava continuamente na ânsia de defender o setor e ganhar tempo.

Nos dias que se seguiram ao movimento revolucionário, o Sr. Arlindo Zaroni prestou inúmeras homenagens a vários cidadãos que se destacaram na proteção do município de Maria da Fé, entre os quais José de Campos Sales (Delegado de Polícia) e o Comandante da coluna mineira, Capitão Eudoxio. Estes acontecimentos antecederam a Revolução Constitucionalista de 1932, após a vitória de Getúlio Vargas.



*Getúlio Vargas, ao centro - principal líder da Revolução de 1930
Foto: Claro Jansson, 1930
www.museudeimagens.com.br/revolucao-de-1930*



(Acima) Transcrição da escritura de compra do terreno e do prédio do Stand de Tiro de Guerra por Arlindo Zaroni, em 16 de outubro de 1919, de sua proprietária Maria José Franqueira.

Após a compra Arlindo Zaroni cede o prédio a Alcides dos Santos para a montagem de fábrica de sabão. Muitos anos depois, já viúvo, Alcides se casaria com a filha de Arlindo Zaroni, Maria Zaroni.

(Foto lateral) Foto do prédio do stand de Tiro de Guerra transformado na Fábrica de Sabão.

Acervo: Elaine Freitas. Foto publicada no Grupo Maria da Fé Antiga - Cidade que amamos! - Facebook.



O TRABALHO DA CÂMARA MUNICIPAL ATÉ 1930

Avelino Costa, de Soledade de Minas, escreveu uma breve apreciação de Maria da Fé no Jornal “O Município”, de 1º de junho de 1928: “Esta pitoresca localidade muito se tem desenvolvido em seu progresso nestes últimos anos, devido a ação patriótica de seus dirigentes. Seu clima é muito ameno, tem bonitos edifícios, ruas bem limpas, três farmácias, diversos jardins com variedade de flores, clube literário, associação de futebol, atualmente dois jornais, uma banda de música (do Tiro de Guerra) e Jazz-band; uma boa orquestra; Cine Pátria que todas as noites tem suas diversões, e um clube dramático, tem um Grupo Escolar; achase em construção a bela matriz de Nossa Senhora de Lourdes, padroeira da mesma Vila, e sua exportação de cereais principalmente a batata e o fumo, não tem rivalidade com qualquer estação da Rede Mineira.” (p.2, Col.2)



Antônio Peralta, Gentil Valério Fernandes e amigos na porta de entrada do HOTEL LEMOS, o primeiro da cidade (1926), em frente à estação ferroviária. – com Antônio Peralta, Hermelino Gatto, Juca e Gentil Valério Fernandes. Acervo de Mari Léa Zaroni Campos.

O livro de Roberto Capri, sobre os municípios mineiros⁵⁵, confirma em suas páginas o desenvolvimento de Maria da Fé desde a primeira década de sua emancipação:

Em poucos anos, Maria da Fé tem progredido extraordinariamente. É iluminada à eletricidade, tem bons edifícios e elegantes vivendas particulares. Seu comércio é bastante desenvolvido. Os prédios, hoje em número de 150, vão dia a dia aumentando. Possui um bellissimo paço municipal, o prédio escolar, a igreja matriz, um importante Colégio, o matadouro, e um hotel modelo. A iluminação elétrica é fornecida pela Companhia Industrial Sul Mineira, com sede em Itajubá, e possui linha telefônica da Companhia Bragantina e telégrafo da Rede Sul-Mineira. A água, excelente, em breve será canalizada. Há o cinema Luz, uma corporação musical da Linha de Tiro 486.

Com estas palavras é possível concluir que a dedicação de homens ilustres formadores das primeiras câmaras municipais marienses, desde a sua instalação, fizeram um excelente trabalho, organizando os fundamentos políticos, econômicos e sociais, que proporcionaram o crescente progresso do nosso município. Acrescente-se aos empreendimentos citados anteriormente, a fundação do Campo de Sementes “Arthur Bernardes”, com a instalação da Estação Meteorológica de Maria da Fé, que até hoje fornece dados importantes sobre as condições climáticas da região. Também o estabelecimento da luz elétrica e da comunicação com outras vilas e cidades através das estradas de rodagem, da rádio telefonia, do telégrafo e mais tarde do telefone interurbano, tecnologias estas que ainda não existiam em determinadas vilas do Sul de Minas, e que fizeram do município mariense uma cidade próspera e acolhedora⁵⁶.

⁵⁴ CAPRI, Roberto. O Estado de Minas Gerais. Minas Gerais e seus município. Ed. Pocaí Wess & Comp., 1928.

⁵⁵ Ver outros detalhes dos usos e costumes da Vila de Maria da Fé, até 1930, nos Textos Complementares (item 10).

NOTA: Muito ainda poderia se falar das funções da Câmara Municipal durante este período, uma vez que ela concentrava toda a legislação e as normas que regulavam a vida cotidiana da cidade, como já foi esclarecido. Para melhor compreensão desses fatos, estão disponibilizados, ao final deste livro, Textos Complementares que contextualizam o momento histórico vivido. Eles vêm acompanhados de flashes de acontecimentos publicados nos jornais “O Município”, “Gazeta da Serra”, “O Mariense”, “Novo Horizonte” e vários outros semanários de Itajubá e região. São textos, livros e revistas sobre a história de Maria da Fé de diversos autores, além de uma galeria de fotos coletadas em escolas, do acervo de diversos colaboradores e, principalmente, do grupo “Maria da Fé Antiga - Histórias da cidade que amamos!”, criado na rede social do Facebook, especialmente para este fim.



Prédio da Companhia Sul Mineira de Eletricidade -
“Força e Luz” que chegou ao município em 1925 - Acervo de Rubia Daher.
Foto publicada no Grupo Maria da Fé Antiga - Cidade que amamos! - Facebook.



Centro de Maria da Fé 1949-1950 – Acervo de Mari Léa Zaroni Campos



Praça Getúlio Vargas



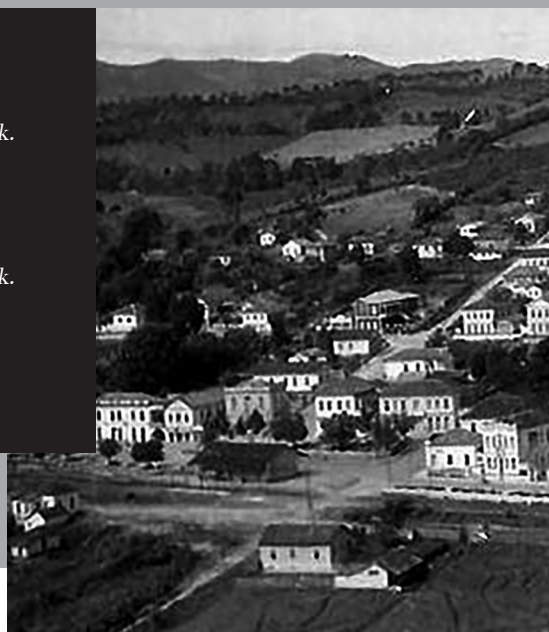
Praça Getúlio Vargas

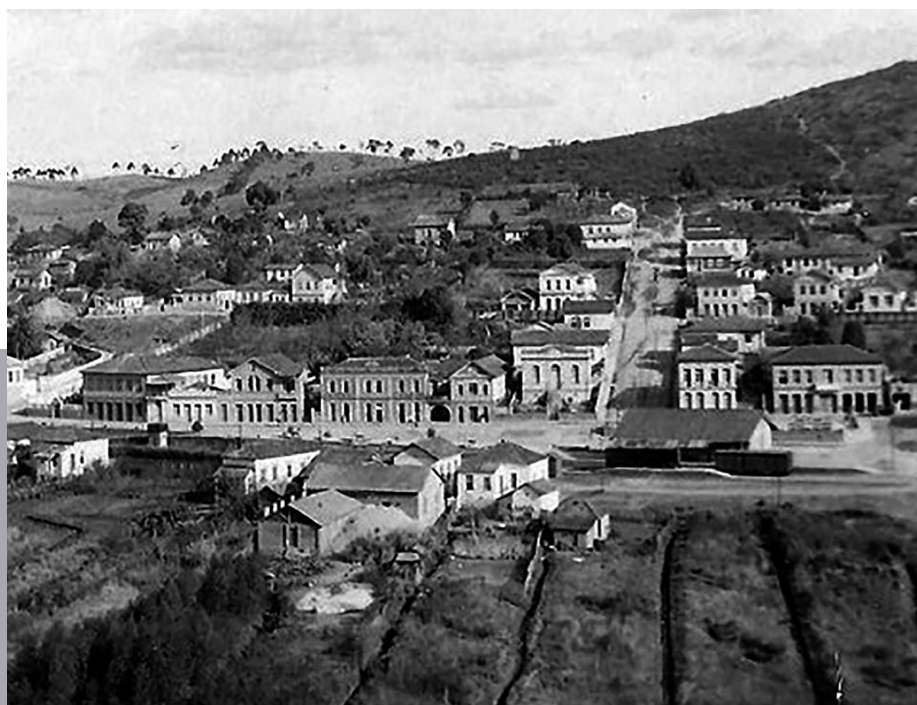


*Foto superior à esquerda:
Vista parcial de Maria da Fé - 1920
Acervo: Elaine Freitas. Foto publicada no Grupo
Maria da Fé Antiga - Cidade que amamos! - Facebook.*

*Foto superior à direita:
Vista parcial de Maria da Fé - 1940
Acervo: Elaine Freitas. Foto publicada no Grupo
Maria da Fé Antiga - Cidade que amamos! - Facebook.*

*Foto inferior
Vista parcial de Maria da Fé*







Praça da Matriz - década de 20 - Acervo de Nelson da Silva Santos.



*Centro de Maria da Fé - década de 40 -
Ao fundo, Hotel Lemos
inaugurado em 1926.
Acervo: Maria Magda Ribeiro*

TEXTOS COMPLEMENTARES

1 - A VILA DE CAMPOS DE MARIA DA FÉ

Pesquisas da Professora Maria de Lourdes Ferreira Lopes (2005), para seu trabalho de Pós-graduação em História¹, faz uma breve retrospectiva do povoamento da região denominada Campos de Maria da Fé e a chegada das principais famílias nas sesmarias adjacentes ao local onde hoje se encontra o município mariense:



Foto mais antiga de Maria da Fé, quando ainda era distrito de Pedralva, conhecida como Campos de Maria da Fé. Notem que a igreja que aparece lá no fundo não é a capela de 1920 que pegou fogo e sim uma outra primeira, que tinha até uma torre”.

Fonte: Facebook - Grupo Maria da Fé Antiga - História da cidade que amamos.

Acervo: Elaine Freitas

Por volta do início do século XIX, na região do Sul de Minas onde, posteriormente, surgiria a cidade de Maria da Fé, já existiam as cidades de Cristina e Pedralva, bem como Delfim Moreira (Itajubá Velho)². De

¹ LOPES, M^a de Lourdes Ferreira. Por aqui passou um trem: A formação de Maria da Fé MG a partir da estrada de ferro Sapucaí. Trabalho de conclusão do Curso de Pós-graduação da Faculdade de São Luis de Jaboticabal-SP, 2005.

² As três vilas mais antigas do Sul de Minas, Aiuruoca, Baependi e Campanha, pertenceram à antiga comarca do Rio das Mortes até 1833. O Termo de Campanha era composto de 10 freguesias: Lavras do Funil, Baependi, Pouso Alto, Santa Ana do Sapucaí, Camanducaia, Ouro Fino, Itajubá, Cabo Verde e Jacuí, Carrancas e Aiuruoca. (REZENDE, Francisco de Paula Ferreira de. Minhas Recordações. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1987)

acordo com dados do IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (1957) o início do povoamento da região se deu entre os anos de 1805 a 1815. Foi por essa época que os fazendeiros José Rodrigues Braga e Maria da Fé de São Bernardo se estabeleceram no conhecido Sertão da Pedra Branca (Pedralva). Mas, desde a chegada da senhora Maria da Fé até o surgimento do povoado homônimo, muitas lendas e relatos orais fantasiosos envolveram nossa história. Uma dessas narrativas, do Dr. Fausto Ferraz, intelectual cristinense, publicada em 1954, no jornalzinho “O Mariense”, relata que Maria da Fé era uma jovem, filha de um bandeirante, que se apaixonou pelo índio Jequitibá, cacique da tribo que habitava a região, e que prometera revelar onde existiam jazidas de ouro, caso lhe fosse dado a mão da sedutora Maria da Fé em casamento. Esta união se realizou com assentimento da noiva e do pai. Jequitibá cumpriu a promessa, mostrando ao sogro bandeirante as minas de Ouro Fino de São Gonçalo.

Narrativas do Cônego João Aristides de Oliveira, da Diocese de Pouso Alegre em 1950 (GUIMARÃES, 2001, p.24) e de Jorge Ribeiro Franqueira (1980), este descendente de família fundadora do município, baseadas na história contada por Frei Inácio (cuja existência parece envolta em fantasias como o cacique e o bandeirante do Dr. Fausto), dedicam extenso capítulo ao casamento de Maria da Fé com o Sr. Joaquim Rodrigues, que se realizou em 1803, no Espírito Santo dos Conquibus (Cristina-MG).

Foi em um sábado à tarde. Joaquim e seus pais chegaram no “Despropósito” com os componentes da dança do “Batuque”, muitos cavaleiros e dois carros de bois, trazendo mulheres. No domingo, logo às primeiras horas da madrugada, com as estrelas brilhando na cúpula do céu, partiu a comitiva nupcial. Na frente, Maria Inácia e Joaquim, a cavalo. No meio, quatro carros de bois carregando mulheres. Atrás, os cavaleiros. O sinal de partida foi dado por Joaquim que deu dois assopros na buzina, um longo e outro curto. Os fogueteiros também assopraram os tições e a foguetada estourou no ar. Os tambores do Congado e do Batuque, rufaram alto. A comitiva seguiu, com a moçada dando vivas aos noivos e com os ouvidos tinindo com o cantarolar dos carros em direção de Espírito Santo dos Conquibus. (FRANQUEIRA, 1980, p.32-33)

O fato é que as narrativas desses autores embora não sirvam como “verdades históricas”, são fontes de estudo para descrever e ilustrar algumas características da antiga sociedade e cultura local, como por exemplo, a presença de índios na região nomeando vários acidentes geográficos e povoados diversos. De certa forma, são relatos orais de grande valia, como o próprio Jorge Franqueira revela: “As histórias que me foram contadas, com paciência e solicitude, pelos mais velhos do lugarejo, foram importantes para mim, neste começo de conhecimentos. Animado por tais conhecimentos, prossegui na minha tarefa” (FRANQUEIRA, 1980, p.5)

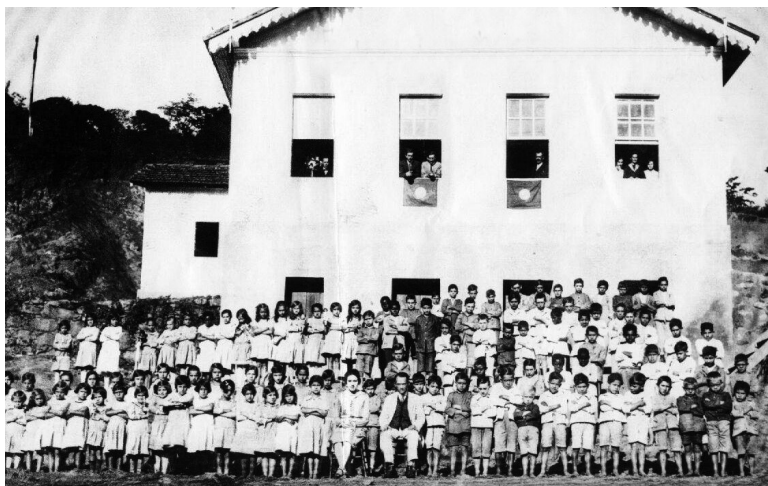
As informações mais dignas atualmente de crédito, porque se basearam em arquivos paroquiais, escrituras antigas e outros registros de segura comprovação documental, são do genealogista Dr. José Guimarães, de Ouro Fino (MG), consagrado historiador (GUIMARÃES, 2001). Segundo este autor, Maria da Fé foi herdeira de ricas terras, que ficaram conhecidas por Campos de Maria da Fé. Seu nome de batismo era realmente Maria da Fé de São Bernardo e não apelido em alusão à sua piedade cristã. Ao ficar viúva passou a administrar as terras do marido, sendo conhecida por sua figura de mulher enérgica, corajosa e pioneira, o que era considerado na época raras qualidades para o sexo feminino.

Apesar de não existirem grandes extratos documentais alusivos à fazendeira, importa ressaltar que a oralidade dos moradores se transformou em um dos principais fragmentos desse passado singular. Construídos historicamente, num misto de ficção e realidade, os depoimentos orais acabaram por engendrar versões peculiares em torno da senhora Maria da Fé. Pertencentes ao imaginário coletivo da cidade, os topônimos Maria da Fé simbolizam muito mais do que uma simples homenagem a essa mulher: ambos são representativos das inúmeras vozes sociais que (re)criam a própria história da antiga e saudosa Fazenda dos Campos. (Dossiê de Tombamento da Maria Fumaça - Secretaria Municipal de Cultura e Turismo da cidade de Maria da Fé (MG, p.5).

O professor Melangton Silva (2003), que escreveu parte da história do Bairro São João, pesquisando em documentos antigos, conta que em 1819 muitas famílias ocuparam as terras ao pé da Serra de Maria da Fé,

a região chamada “Fazenda Vêu de Noiva”. Por essa época estabeleceram-se também os avós de Pedro Batista da Silva, o vovô Dico, na região chamada “Contenda”, onde, mais tarde, instalara-se os Engenhos de rapadura do Sr. Manuel Pereira e do Sr. Gerson Ribeiro da Silva. Também a família Veloso se estabeleceu na “Pedra do Pedrão” e a família Santos na região da “Cachoeira”, quase no pé da Serra de Maria da Fé. Registros do redator do jornal “O Município”, Hermelino Gatto, em 22 de julho de 1928, demonstram que o povoado do São João era bastante próspero nessa época:

[...] Possuindo um clima salubre, seu torrão fértil se adapta excelentemente ao plantio da cana de açúcar e do arroz. São estes dois mais fortes concorrentes as plantações ali cuidadosamente cultivadas; entretanto os demais cereais merecem da parte dos habitantes daquele povoado, primoroso interesse, sendo sua produção bastante compensadora. Os pomares, representados em verdejantes laranjais, formam um conjunto harmonioso do lugar, parecendo imenso jardim a se perder de vista. [...] O bairro São João, que mais parece uma pequena cidade cercada de enormes montanhas, é possuidor de uma excelente escola pública, estando seus dirigentes interessados na criação de um colégio superior, onde os candidatos poderão colher o fruto do saber. Bem organizada banda de música encanta com sonoros sons, as festividades que ali se realizam. (p.1, col.3-4)



Casa de Instrução - 1ª escola do Bairro São João - Acervo: Maria Reny Santos

Do outro lado das montanhas do São João, próximos à junção dos Rios Lourenço Velho, Sabará e dos Pintos Negreiros (Rio dos Criminosos), também no final da década de 1920, encontramos nos arquivos das Escolas Municipais “Guilhermino Batista Campos”, no bairro das Posses e “João Beraldo”(Mata de Baixo), e ainda no jornal “O Mariense” n.30, de abril de 1956, registros das famílias que se instalaram na região e adquiriram bens pertencentes a Maria da Fé, e se tornaram proprietários da fazenda que pertenceu a Isidoro de Siqueira Pinto (daí a denominação “Mata do Izidoro”, que designa um dos bairros do Município).

Alguns relatos orais de descendentes dessas famílias afirmam ter ouvido de seus pais e avós que Isidoro era filho de D. Maria da Fé. Essa afirmativa, no entanto é refutada pela Revista Ecos Mariano, 1950 (p.243), editada pela Paróquia de Aparecida do Norte(SP). Segundo a história publicada, Isidoro residiu no local denominado mais tarde de Grota dos Pessegueiros e se dedicava à criação de gado vacum, domesticando os garrotes e vendendo-os para o serviço de tração de carros. Ainda, segundo a Revista, o nome “Posses” que designa um dos bairros do município, recebeu a referida denominação de uma demanda com terras que pertenciam a D. Maria da Fé, mas não se sabe ao certo quem a ganhou.

Pesquisas de Campos (1999) indicam que diversas pessoas tiveram parte nesta fazenda: Ignácio de Paula Pinto, Pedro José de Souza e, finalmente, a José Pereira Goulart Júnior, casado com Maria José de Jesus (filha de Maria da Fé). Depois Goulart vendeu a propriedade ao seu cunhado Manuel Batista da Silva (neto de Maria da Fé) casado com Ana Silva Campos. As terras do bairro que hoje denominamos Reserva, pertenceram ao filho de Isidoro, Custódio de Siqueira Pinto. Lá havia um pequeno estabelecimento “reservado” a família e agregados, que com a morte de Custódio passou a seu filho José Custódio Siqueira.

Desse modo, por volta de 1850, as terras pertencentes à Maria da Fé sofreram sucessivas partilhas e o povoamento da região, que era um ponto de tropeiros, intensificou-se. Segundo os editores do jornal “O Mariense” (abril/1956), o Sr. Antônio Ribeiro da Luz, contou-lhes “A verdadeira história de Maria da Fé” e relata os pormenores dessa partilha: No dia 27 de junho de 1859, Campos de Maria da Fé tornou-se

As terras que compreendem hoje o município de Maria da Fé, que eram denominadas Campos, considerada sesmária naquela época e, por conseguinte, pertenciam ao Governo e foram vendidas por este aos senhores João Carneiro Santiago e José Corrêa de Carvalho, que vieram de Cristina-MG, sendo que a parte dos atuais bairros da Mata, Posses e Beleza, foi adquirida por um senhor chamado Isidoro, que mais tarde passou a ser conhecido por Isidoro da Mata. Assim é que entre eles foram divididos os terrenos, respeitando as divisas. O Sr. José Corrêa Carvalho, que residia com sua família na Fazenda Vêu de Noiva, ficou com a parte da Ilha e do São João, vindo suas divisas até as terras bem perto onde é hoje o centro da cidade. Enquanto que o Sr. João Carneiro Santiago, que residia na parte hoje denominada Turquia, em sua Fazenda, ficou com a parte restante, inclusive com as terras onde é o Distrito dos Pintos. Mais tarde o Sr. Isidoro vendeu a parte onde é a Beleza ao Sr. Joaquim Ribeiro de Paiva e Luz, deixando as terras da Mata e Posses ao seu filho. Herdaram as terras do Sr. João Carneiro Santiago os seguintes filhos: Sr. João Carneiro Santiago Filho, que ficou com a parte denominada Sabará; o Sr. Francisco Carneiro, com o Goiabal; a parte dos Pintos ficou para o Sr. Manoel Gonçalves da Costa, que era casado com a senhora Maria Carneiro Gonçalves; e a parte restante ficou para o Sr. José Gomes Vieira, que era casado com a D. Cândida Carneiro. Este último casal não ficou residindo aqui, vendendo sua parte ao Sr. Manoel Gonçalves da Costa, indo morar em São Bento. Entre as terras vendidas entrou a parte onde é hoje a sede do município, tendo sido mais tarde doada pela Sra. Maria Gonçalves Carneiro ao seu filho José Gonçalves da Costa. Este, por sua vez, vendeu todas as terras, inclusive onde é hoje a cidade, ao seu cunhado Capitão João Ribeiro de Paiva e Luz, vindo de Itajubá, quando da construção da estrada de ferro. (JORNAL “O MARIENSE”, abril/1956, p.1)

distrito reconhecido pela Província de Minas Gerais, integrado à Vila de Cristina, através da Lei provincial nº 998, sancionada pelo vice-presidente Joaquim Delfino Ribeiro Luz. A filha de Joaquim Delfino casou-se com o Dr. Fausto Ferraz, criador da Lenda de Maria da Fé. Segundo “O Mariense” (1956), posteriormente, em 1884, a Lei Provincial transfere o distrito de Campos de Maria da Fé para o município de Pedra Branca (atual Pedralva). Em dois quadriênios, foi vereador em Pedra Branca, em nome do povo do distrito, José de Campos Grilo, primeiro professor de nossa vila. Segundo esses mesmos registros, havia poucas casas no alto da Serra em direção a Cristina, quando se ouviram as primeiras notícias de que a ferrovia estava chegando ao Sul de Minas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CAMPOS, M. Zaroni. Roteiro Cronológico de Maria da Fé. Projeto Piloto de Turismo Rural. Maria da Fé, SEBRAE, 1999. Esses dados se encontram arquivados no Dossiê de Tombamento do Patrimônio Histórico-Cultural, na Secretaria Municipal de Cultura e Turismo de Maria da Fé (N.R.)

ECOS MARIANO, Diocese de Aparecida do Norte. Edição de 1950.

FRANQUEIRA, J. R. A vida de Maria da Fé. São Paulo: Monsanto, 1980.

GATTO, Hermelino. Jornal “O Município”. Edição de 22/07/1928, p.1, Col.3-4.

GUIMARÃES, A. Maria da Fé e sua História. Jornal “O Sul de Minas”. Itajubá, 2001.

“O MARIENSE” - Edições de 07/03/1954, abr/ago/out/1956 - Acervo do Professor, advogado e redator do jornal, Dr.Osvaldo Renó Campos (2005)

Secretaria Municipal de Cultura e Turismo. Processo de Tombamento de Bem Imóvel: Maria Fumaça. Maria da Fé, 2003. Estes dados se encontram arquivados no Dossiê de Tombamento do Patrimônio Histórico-Cultural, na Secretaria Municipal de Cultura e Turismo de Maria da Fé.

SILVA, M.S. Histórico da Igreja Presbiteriana de São João da Cristina. São Paulo: Associação religiosa e Imprensa da Fé: 2003.

2 - A DESCENDÊNCIA DE DONA MARIA DA FÉ “SESMARIA DE CAMPOS - DEPOIS MARIA DA FÉ”

Obs: texto retirado do livro “O Sertão da Pedra Branca” (p.42-45) escrito por Luiz Barcellos de Toledo e publicado pelo seu neto Luiz Gonzaga Teixeira. Referência: TEIXEIRA, Luiz Gonzaga. Cristina: História. Prefeitura Municipal de Cristina-MG, 2013. (p.360-365)

Ao sudoeste e a 13 quilômetros da cidade de Cristina, no Km51 da linha férrea Sapucaí e a 1304m acima do mar, no lugar denominado Garganta do Chico Campos – está a Serra divisória das águas do Rio verde com as do Sapucaí, a qual antigamente também dividia a Sesmaria do Sítio do Monte da Sesmaria de “Campos”. Esta Sesmaria que era muito vasta, dividia-se pela nascente com a Sesmaria da Mata de Salvador de Freitas Cordeiro e Joaquim Ferreira dos Santos, que depois venderam a Isidoro de Siqueira Pinto; ao Sul com a do “Ano Bom” pertencente ao Cel. José Francisco Pereira de Magalhães; ao poente, com a do “Pedrão” e a da Pedra Preta, a primeira de José Vicente de Oliveira e a segunda julgo que de Antônio Pinto de Castilho; ao norte com as sesmarias do Despropósito, de Antônio Rodrigues Vilas Boas, e a do “Sítio do Monte” de Paulo Gomes Corrêa, Agostinho Teixeira e Vicente Antunes.

A primeira fazenda dos “Campos”, talvez a primeira do Sertão da Pedra Branca, foi edificada pelo proprietário da Sesmaria o bom e honrado homem José Rodrigues Braga, casado com D. Maria da Fé, do lado inferior do lugar onde existiu o antigo cemitério da próspera Vila da Maria da Fé³. Maria da Fé dista de Cristina, 19Km. As terras que compõe esta sesmaria são ótimas, prestando-se a qualquer espécie de cultura, as que se acham nas proximidades do rio São Lourenço Velho, nos lugares denominados São João, Ilha e Pintos; as que estão superiores à Vila de Maria da Fé são regulares, pois se possuem alguns terrenos bons, também existem muitos áridos, compostos de extensos carrascais,

³ A Sra. Wanda Gonçalves Ribeiro, nascida em 1923, disse recordar-se que o antigo cemitério era logo abaixo onde hoje é o “Lar São Vicente”, no bairro Canudos.



Figura imaginária de Maria Inácia Vilas Boas Bernardo, matriarca de “Campos de Maria da Fé”, quadro pintado por Consuelo Arantes, artista de São Lourenço.

cobertos de um arbusto denominado candeia, muito procurado para línhas e outros misteres, mas as terras são impróprias para a lavoura. Os campo nativos que são extintos, são perigosos para os animais devido à grande quantidade de um vegetal denominado vulgarmente “herua” [p.42v], vegetal muito venenoso e sempre mortal ao animal que o come, mesmo em diminuta quantidade.

Falecendo no princípio do século passado, ainda bem moço, o honrado José Rodrigues Braga, sua mulher D. Maria da Fé assumiu o domínio da família e a gerência da casa. Esta mulher era dotada de muita inteligência e de uma força de vontade incomparável. Tornou-se, em pouco tempo, uma das principais influências desta Sertão e tal preponderância conquistou sobre os Capitães-mores, seus vizinhos, que seus pedidos eram ordens a esses déspotas e opressores absolutos.

Essa mulher viril e de grande energia de caráter possuía, no entanto, um coração extremamente bondoso, era, naquele tempo de tristes recordações, o amparo dos humildes, oprimidos e desgraçados. Conta-se com inteira verdade, que só ela podia por um limite às perseguições atroz e iníquas do Capitão-mor, Roque de Souza Magalhães, casado com D. Victória Alexandrina de Jesus, conhecido por “Roque Bravo”, um dos maiores déspotas desses tempos, senhor de Pedra Branca em Santa Catarina (nome antigo de terras de Natércia e Olímpio Noronha)⁴, com poderes ilimitados sobre a vida, a honra e bens de todos os habitantes do Sertão.

Entretanto, um só bilhete da Sinhá da Fé, como era conhecida, desarmava o braço desse homem feroz e fazia cair as algemas que prendiam o recruta, filho chorado de uma pobre mãe; abria as portas dos subterrâneos misteriosos desse tirano, terras destas paragens para soltar o pai honrado e infeliz que ali fora encarcerado pelo motivo mais fútil, para ser barbaramente castigado. A sua fazenda situada pouco abaixo da Capelinha da Pedra em Santa Catarina era um verdadeiro castelo medieval, de enormes escadarias e pátios fechados à pedra, onde muitas pessoas entravam para não mais saírem com vida. Diziam os velhos desse tempo que ali existia um horrendo calabouço em cujo seio tenebroso

⁴ Nota da redatora.

havia um tronco em que se podia prender muitas pessoas de pés e mãos de uma só vez e aonde se encontrava [p.43v] também toda sorte de instrumentos de tortura. Um casal, que tivesse entre si qualquer desavença, era conduzido por sua ordem ao calabouço e só depois que marido e mulher passavam 24 horas presos, bem juntinhos no tronco, soltava-os recebendo cada um, primeiramente, uma dúzia de bolhas de palmatória e a ameaça de castigo dobrado nas reincidências.

Conta-se história ou lenda, não sei, que esse homem fora amaldiçoado por sua madrinha que lhe pedira, de mãos postas, mas inutilmente, a liberdade de um recruta que fora preso por sua ordem; este rapaz era o único arrimo de uma pobre viúva, que contava grande número de filhos menores e desprotegidos. O castigo invocado pela madrinha foi horrível, a mão desse déspota cruel foi crescendo, crescendo e de tal modo se deformando, que chegou a atingir mais de dois palmos do punho a ponta dos dedos, precisando trazê-la descansada numa grande faixa que seria presa ao pescoço. E, quando viajava, conta-se, de muito longe se via aquela mão, que tanto mal fez, enorme, hedionda, pendente da sela em sua fealdade. Este homem faleceu em 1837.

Desse castelo, de tão tristes recordações, nada mais existe hoje, apenas se vê restos de calçadas completamente arruinadas e numa triste desolação.

Maria da Fé muitas vezes salvou vítimas inocentes das garras desse e de outros potentados, numa primitiva época; era muito considerada em todo o Sertão da Pedra Branca e deixou seu nome que jamais será esquecido. A sua força de vontade e energia de caráter são provadas, facilmente, com uma demanda que teve com um dos maiores mandões dessa época, o Cel. de Milícia José Francisco Pereira de Magalhães Junior, Senhor do Anno Bom, filho de um dos dominadores da Campanha, o Cel. José Francisco Pereira, senhor do Ouro Falla. A luta foi renhida de ambas as partes, só terminando com a morte de Maria da Fé. Contavam os velhos desse tempo, que mais de uma vez [p.43v] Maria da Fé, acompanhada de seus dois capangas e fiéis companheiros de jornada - o escravo Sebastião, conhecido por = Pae Bastião = e o caboclo Manoel, apelidado de Mandú Caracuty - fez por caminhos intransitáveis, atravessando rios caudalosos e sem pontes, sertões a fora difíceis e perigosas viagens até São João Del Rey, cabeça da Comarca da Paraibuna, da qual

fazia parte este Sertão, a fim de levar documentos e conferências com seus advogados sobre seus direitos no pleito que movia contra seu rico e poderoso vizinho. Quando D. Maria da Fé faleceu já estava muito velha e bem pobre, pois tinha perdido a melhor parte de sua fazenda que era as terras situadas nas proximidades do Rio Lourenço Velho, fronteira ao Ano Bom, motivo de litígio; parte tomada por seu vizinho vitorioso e parte vendida para pagamento de dívidas contraídas na luta.

O ano da morte de Maria da Fé não nos foi possível conhecer ao certo, mas foi posterior ao ano de 1827, pois uma divisão feita nesse ano ainda se menciona o seu nome como um dos confrontantes. Os filhos de José Rodrigues Braga e de D. Maria da Fé, que eu pude saber foram os seguintes: 1º) João Rodrigues Braga, casado com D. Maria Mendes de Jesus, cuja morada era em São João, perto de onde está hoje uma Santa Cruz, na beira da estrada de rodagem que de Maria da Fé vai para Itajubá, pois as terras de José Rodrigues Braga iam até São João. 2º) Antônio Rodrigues Braga, casado com D. Ana Felícia dos Prazeres, que moravam na Grotta denominada de Cocho – até que venderam ao Sr. José Ribeiro da Luz. 3º) Vicente Ferreira Braga, último filho de Maria da Fé, ficou residindo na própria casa de seus pais, até que o Sr. José Ribeiro da Luz a comprou. Um dos vendedores das terras dos Campos, chamava-se Joaquim Leandro de Sevilha, casado com Rita Maria de Jesus e parece-me [p.44] que ele ou ela era filha de D. Maria da Fé, visto ser um dos vendedores da Fazenda, mas não tenho certeza e ninguém me pode informar. 4º) Uma das filhas de D. Maria da Fé chamava-se Marcelina e morou no lugar que depois foi a fazenda de Joaquim Ribeiro dos Anjos, cuja mulher dele descendia. Esta filha herdou o gênio voluntarioso e dominador de sua mãe; contava-se que o padre português Athanázio José Rodrigues, que depois foi vigário e um dos fundadores da Vargem Grande, hoje Vila Braz, teve com D. Marcelina uma questão sobre posses de terras, no lugar onde foi a morada de D. Marcelina, que o padre alegava lhe pertencer e para valorizar e firmar o seu direito resolveu edificar uma casa em um dos melhores lugares da sesmaria e reunindo operários desbravou o terreno e principiou a construir a morada, quando a casa já estava sendo ripada, D. Marcelina, à frente de seus escravos e camaradas, atirou-se até onde estava o Padre, que também era um homem extremamente violento e irascível, a fim de impedir a

conclusão da obra. De fato, chegando no lugar, ela mesma subiu na casa com suas próprias mãos arrancou as ripas e os caibros e atirou tudo no chão, com pasmo de todos e até do padre, que achou prudente retirar-se e abandonar a sua pretensão à posse das terras. D Marcelina vitoriosa ficou na posse tranquila da propriedade, passando depois a pertencer a seus herdeiros, onde ainda hoje existe alguns.

Conta-se ainda que existia mais uma filha de D. Maria da Fé, apelidada Nhá Corá, corrupção de Carolina, desta nada absolutamente sei. 5º) Esta é a mais importante das filhas de José Rodrigues Braga, por ser o tronco da família Batista. Chamava-se Ana Felícia do Amor Divino, casada com João Batista da Silva, falecido em 7 de novembro de 1844 e tiveram os filhos seguintes: 1) D Maria José de Jesus, casada com João Pereira Goulart Junior, moravam nas Posses; (p.44v] 2) D. Anna Silveria de Jesus, casada com Francisco Bueno de Azeredo (este filho de Camargo e pai de José Bueno da Silva); 3) Gertrudes Maria do Espírito Santo, casada com José Inácio Simões, moravam na vargem dos Campos, perto da morada de José Mendes, conhecido por Campo redondo; 4) Escolástica Maria de Jesus, casada em primeiras núpcias com Venâncio Antônio Dias e em segunda núpcias com Raphael Pereira do Lago, pai de D. Rosa do São João, moravam na descida da Serra do São João, onde é hoje a morada de Pedro Tosta, mas da primeira morada nada mais existe. 5) João Batista da Silva Braga, casado com D. Luzia Maria de Jesus, moravam no lado esquerdo do Lambari, justo na queda da cachoeira, hoje no lugar onde mora Joaquim Batista da Silva; 6) José Batista da Silva, casado com Joaquina Fernandes da Silva, filha de Pedro José de Souza, foi muito infeliz com a mulher; 7) Antônio Batista da Silva, casado com Maria Vicência, morava pouco acima da atual fazenda de seu genro José Mendes, onde deve existir os vestígios da antiga morada.

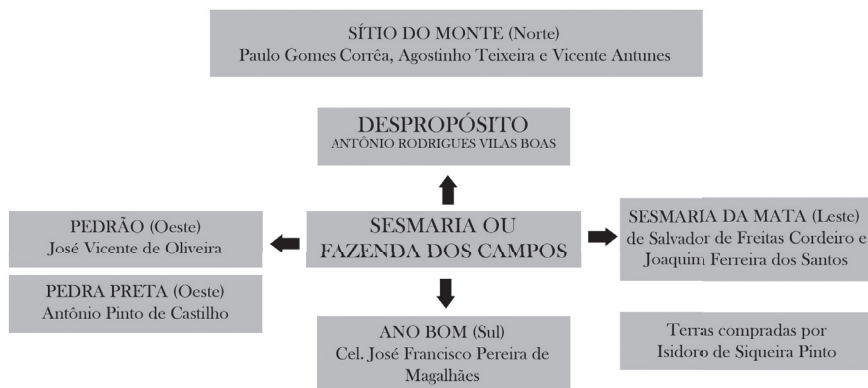
8) Manoel Batista da Silva, casado com Ana da Silva Campos, morava nas Posses, onde hoje reside seu filho Guilhermino; 9) Joaquim Batista da Silva ficou residindo com sua mãe viúva e depois tornou-se senhor da Fazenda. Conta-se o seguinte sobre a origem da família Batista: no princípio do século XIX, João Batista da Silva e seu irmão Alexandre Batista da Silva, paulistas, naturais de Jacareí, tendo cometido crimes graves e sendo perseguido pela justiça, vieram procurar refúgio neste Sertão, estabelecendo-se em casa de José Rodrigues Braga, senhor dos

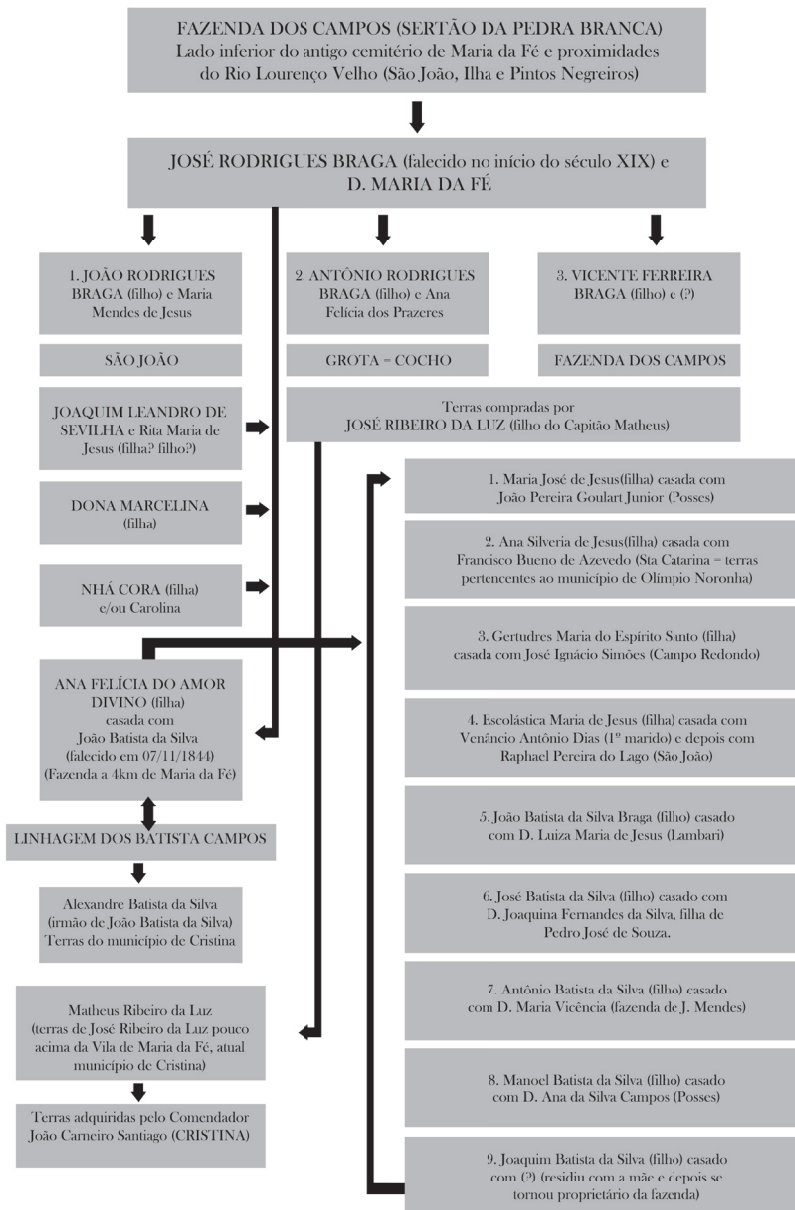
“Campos”. João Batista da Silva contraiu casamento com D. Ana Felícia, filha de José Rodrigues e se estabeleceu na Fazenda, a uns quatro quilômetros acima do lugar, hoje Maria da Fé, tornando-se um homem abastado (p.45). A sua fazenda, que foi um grande estabelecimento agrícola, hoje está em ruínas, depois de sua morte (1844), nela residiu seu filho Joaquim Batista. O seu irmão Alexandre Batista da Silva, casou-se com D. Felizarda Joaquina de Souza, irmã de Antônio Joaquim de Souza, morador no lugar denominado Soares, onde era a sua Sesmaria. Alexandre, depois do casamento, foi residir no Sítio do Monte de Baixo ou Bom Sucesso, onde fez fortuna regular. A morada de Alexandre é no lugar que depois de sua morte, residiu seu filho Manoel Batista Alexandre, conhecido por Manoel Batista Chapa, alcunha derivada dos seus pés, que eram enormes. Ultimamente, aí residiu Joaquim Batista Braga, seu sobrinho e genro.

Desses dois paulistas descendiam a honrada e laboriosa família dos BATISTAS, muitíssimo numerosa em Cristina. Anos depois da morte de Maria da Fé, José Ribeiro da Luz, um dos filhos do Capitão Matheus, comprou de seus herdeiros grande parte da Fazenda e construiu um bom estabelecimento, um pouco acima da velha fazenda. Posteriormente, este José Ribeiro, trocou suas terras com seu irmão Matheus Ribeiro da Luz e este as vendeu a seu cunhado, o Comendador João Carneiro Santiago, um dos maiores benfeitores de Cristina. Muito rico, muito bondoso, muitíssimo popular, de uma honradez impecável, pai querido e adorado da pobreza, chefe incontestável do partido conservador de Cristina, morreu velho e venerado por todos, correligionários e adversários. A sua Fazenda era, como já declarei, pouco acima da hoje Vila da Maria da Fé; dela nada mais existe, no entanto, foi muito populosa, próspera e rica. [p.45v]

ORGANOGRAMA DA LINHAGEM DE MARIA DA FÉ

LOCALIZAÇÃO/DIVISAS:





3 - CAMPOS DE MARIA DA FÉ – TEXTO DO PROF. DR. OSVALDO RENÓ CAMPOS, SETEMBRO-2017



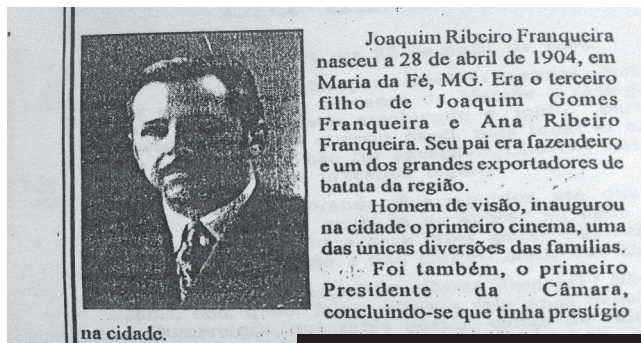
*Rua Arlindo Zaroni em 1930, sem calçamento.
À direita, o Bar e Bilhares Ubirajara, de Cosenza & Companhia
Revista Centenário de Maria da Fé, p.31.*

O primitivo nome do “sítio” urbano onde atualmente se localiza a sede do município de Maria da Fé era “Fazenda de Campos”, segundo pesquisa que o autor desta coluna fez pessoalmente no ano de 1981 em cartórios da Comarca de Cristina, conforme relato inserido em “Resenha Mariense” publicada em o “Correio da Serra” em sua edição de 16-02-1985 e de autoria deste mesmo autor. Esse relato noticia o encontro do inventário dos bens de João Batista da Silva, falecido no ano de 1844 e que foi casado com Ana Felícia do Amor Divino, onde consta na descrição e origem dos bens do falecido, o seguinte: “Duas partes da fazenda denominada dos Campos que houve por herança de seus finados pais José Rodrigues Braga e Dona Maria da Fé”.

A denominação “Campos de Maria da Fé” foi consagrada pela Lei Provincial n.998, de 27-06-1859 sancionada pelo Vice-Presidente da província, Dr. Joaquim Delfino Ribeiro da Luz, que pelo seu parágrafo 2º do art. 1º foi criado Distrito “no lugar denominado Campos de Maria da Fé, do termo da Villa de Christina, devendo as divisas compreender parte do território da mesma Villa, de Itajubá e da Freguesia de São Sebastião da Capituba”. Essa mesma denominação permanece na lei Provincial n.3.275 de 30-10-1884 que transfere o nosso Distrito para o município de Pedralva então criado por esta lei. Finalmente, através da lei estadual n.556 de 30-08-1911, sancionada pelo governador Júlio Bueno Brandão foi emancipado o nosso Município com a atual denominação “Maria da Fé”, continuando, contudo, a cidade ou a sede do Município com o nome antigo de “Campos de Maria da Fé” até a edição da lei Estadual n. 843 de 07-09-1923 que consagrou o nome definitivo de “Maria da Fé”. Não existe, portanto, qualquer base histórica e muito menos legal a versão segundo a qual o nome dado ao lugar foi uma sugestão do deputado Provincial Dr. Fausto Ferraz por ocasião da inauguração da estrada de ferro no ano de 1891. Ainda permanece em minha memória, quando ainda menino e morador do Bairro das Posses, quando as pessoas mais velhas vinham para a cidade para fazer alguma coisa se expressavam que estavam “indo para os Campos”.

Quanto à área territorial, o nosso Município era considerado o menor do Estado, tendo uma área apenas de 64 Km² até a assinatura do Decreto-lei n.148 de 17-12-1938 pelo interventor do Estado que promoveu uma revisão Administrativa pela qual esta área foi ampliada para 213 Km², quando foi anexada ao nosso território a área do atual “Pintos dos Negreiros” então pertencente a Silvestre Ferraz (Carmo de Minas), graças a uma negociação realizada pelo nosso Prefeito Hermelino Gatto com o Prefeito daquele município em troca do apoio de Maria da Fé à inclusão do município de Soledade de Minas, a ser criado, à jurisdição da Comarca de Carmo de Minas. Em relação às divisas com Pedralva também houve algumas alterações, permutando nosso Município com aquele, pequenas áreas nas proximidades do Pico da Bandeira com outras do Pedrão, onde nossas divisas eram por águas vertentes, passando a linha divisória a descer, na altura da estação do Pedrão, até a esta estação e daí seguindo pela linha férrea até a ponte desta mesma estrada de ferro.

4 - UM REPÓRTER OBSERVADOR



Fonte: SILVEIRA, Terezinha Maria. São Lourenço Jornal, n. 2135, Ano XLIII: Col "Nossas Ruas - seus patronos", de 09/11/1975 (Acervo: Filomena Ferreira)

Joaquim Ribeiro Franqueira⁵ ou Quinzinho para os íntimos, era filho de Joaquim Gomes Franqueira, o primeiro Presidente da Câmara de vereadores de Maria da Fé e Ana Ribeiro Franqueira. Sua inteligência privilegiada e grande facilidade em assimilar tudo que lhe ensinassem, proporcionaram-lhe uma carreira de destaque como jornalista no “São Lourenço Jornal”, sob o pseudônimo de “Observador”, além de exercer outros cargos como diretor do Instituto Propedêutico de Ensino Secundário ou Colégio Estadual Prof. “Mário Junqueira Ferraz”, Inspetor Municipal de Ensino e Presidente do Esporte Clube São Lourenço, todas estas funções exercidas nesta cidade. No referido jornal, através de suas crônicas publicadas na Coluna intitulada “Era uma vez” proporcionou uma descrição de sua vida em Maria da Fé, antes de se mudar para São Lourenço, quando tinha 30 anos. Escreveu sobre as escolas e colégios que frequentou na infância e adolescência e penso que esses relatos do cotidiano mariense servem de complemento para o contexto da história da Câmara dos Vereadores, como os senhores leitores poderão avaliar pelas próprias palavras de Joaquim Franqueira:

⁵ SILVEIRA, Terezinha Maria. São Lourenço Jornal, n. 2135, Ano XLIII: Col “Nossas Ruas - seus patronos”, de 09/11/1975 (acervo de Filomena Ferreira - Maria da Fé).

“São fatos verídicos, acontecimentos vividos e não histórias fantásticas, para satisfazer a fome voraz dos mestres tipógrafos do São Lourenço-Jornal (p.16)”, como o próprio jornalista diz, dos quais fiz uma seleção que segue abaixo:

a) “*Maria da Fé, pelos idos de 1904, era um arraial. As casas podiam ser contadas pelos dedos das mãos e dos pés. A nossa mais parecia a sede de uma fazenda, dominando o vale do Retiro, com o Rio Lambarizinho serpenteado pelas grotas e prados*” ... Sei que havia iluminação na sala, um luxo para a época. O carboreto usado tinha um cheiro enjoativo, mas era conforto que todos admiravam” (p.2)

b) “*Eu disse que as casas de Maria da Fé, pelos idos de 1904, poderiam ser contadas pelos dedos das mãos e dos pés. Depois de escrito, fiquei numa dúvida dolorosa, que procurei elucidar. Vamos tomar, como ponto de partida, para os argumentos, a casa de Papai, onde eu nasci, depois vendida a Joaquim Paulino de Araújo e agora da família Peralta. Do lado direito, nascente, uma casa de propriedade da família Balduino, onde está hoje o Armazém Krepp. No início do Campo de Sementes, a casa do Professor Domingues Maciel. No alto do morro no atual Bairro da Turquia, a fazenda do Capitão João Ribeiro, sogro de Papai, casado em primeiras núpcias, com sua filha Carlinda, mãe da minha irmã Maria José. Ao Sul, hoje Av. João Pinheiro, morava José Paulino. Do lado esquerdo, poente, a casa nova que estava sendo construída, para nossa moradia, hoje Hotel Morais. Junto um armazém onde funcionava a casa comercial de Papai. Ao lado havia um grande curral, onde as tropas estacionavam para carga e descarga e os fazendeiros guardavam os animais quando vinham para as compras, para as festas e para as missas domingueiras, quando havia. Poucos metros depois estava a Estação da Estrada de Ferro Sapucaí (R.S.M.). Germinada, do lado direito a Agência e armazém e do lado esquerdo a moradia do Agente, com um jardim de lado. A Igreja (terreno doado pelo Capitão João Ribeiro), no mesmo local de hoje. Do lado direito a casa da família Crescêncio, que fornecia o pão nosso de cada dia. Mais longe (Bairro dos Canudos) ficavam as casas de Gustavo Olinto Simões, no pé do morro; Brás Maria Junho, logo à direita e em seguida as de José Campos Grilo e Alexandre Vicente, com um grande parreiral para o seu vinho, pois era italiano e onde mais tarde chupei muita uva sem ser convidado. Na Chácara em que mora atualmente Paulo Carnevalli, morava Antônio Lemos, casado com outra filha do Capitão João Ribeiro, de nome Maria. Ao norte, em frente, estava a casa de José Ribeiro (Zequinha), marido da madrinha Mariquinha, ao lado do Viradouro (Aparelho que serve para mudar o sentido da posição das locomotivas). Contaram? Eu contei 17. Mais uma que a ignorância omitiu e outra que a*

mente atraçou, nada mais havia. Eu disse casa e não tapera, choupana, porque desses tipos existiam muitas. Nem rua traçada, só trilhos e estradas poeirentas para as fazendas e temos conversado.” (p.3)

c) 1910 - chegada do primeiro cinema na cidade, trazido por Eduardo Pereira da Silva. O filme principal era “Bola Mágica”. A bola rolava, rolava, causando os maiores estragos nas ruas, casas, no céu e no mar. Um armazém (sem a devida limpeza), plateia repleta e barulhenta. Bancos, cadeiras, tábuas apoiadas em tijolos, caixas vazias, valia tudo como assento. Um motor rouco e enfadonho que só parou três horas depois.” (p.5)

d) 1910 - “Nesse ano começou a chegar o material para a Usina Elétrica, a ser montada numa cachoeira do município, embora a Companhia Sul Mineira de Eletricidade tivesse sede em Itajubá. O transporte desse material exigiu muitos dias de trabalho de dez, quinze juntas de boi que quatro ou cinco carreiros manobravam arriscadamente.” (p.6)

e) “A maior novidade do ano, em Maria da Fé, foi, sem dúvida, o primeiro jogo de futebol. O Padre José Augusto, vigário da Paróquia, foi o autor da façanha memorável. Ele mesmo arregaçava a batina para treinar os companheiros. Era também, o juiz, pois ninguém mais conhecia regras. Na tarde escolhida, o povo estava ao redor do campo, inclusive eu, que vi, pela primeira vez o que seria mais tarde a minha grande paixão. O Padre que jogava e arbitrava o jogo, recebeu uma bolada na boca e teve um dente quebrado. Foi a maior sensação do jogo, o sangue esguichando longe. Um quadro jogou com a camisa verde-amarela e o outro preto-branco. Nem todos tinham chuteiras. Assim começou o futebol em minha terra. O jogo terminou empatado e o dente ficou perdido na grama.” (p.7)



*Padre José Augusto da Silva
pároco de 1912 a 1915*

Ordenado em 1911, em Pouso Alegre juntamente com o Padre Pívato, chegou na paróquia de Maria da Fé aos 25 anos de idade.

“Era negro e muito sofreu com a discriminação racial, lembranças amargas de uma sociedade ainda marcada pela proximidade da escravidão e pelo preconceito de classe. Hoje, Padre José Augusto da Silva é o nome da rua onde fica o Lar de Idosos (Lar São Vicente) por ele idealizado.

Fonte: Revista do Centenário da Paróquia de Maria da Fé, 2008, p.13

f) “Em 1912, estava matriculado na Escola Pública, contra minha vontade, pois não fui consultado. A Escola estava colocada num local aplausível, de vista panorâmica digna de pincel consagrado” ... “Sem saber como, estava com uma lousa debaixo do braço, um lápis no bolsinho de cima do jaleco, uma tabuada e uma cartilha nas mãos.” “O prédio era geminado, do lado direito ficava a classe feminina, dirigida pela emérita Professora D. Venturina Venturelli (ainda viva em 13/01/1975)” ... “Do lado esquerdo, recebendo a ala masculina, o Prof. Joaquim Alves. Alto, elegante, de terno branco impecavelmente limpo e muito bem passado, botinas (ninguém usava sapatos) lustrosas e cabeleira viscosa de brilhantina, cujo odor era algo estranho, para o meu olfato virgem dessas coisas” ... “Entramos para o salão principal, com carteiras compridas (oito alunos em cada) de mesa e banco isolados” ... “O primeiro momento foi de medo, vontade de sair correndo, pois em cima da mesa do Professor estavam uma vara de marmeleiro, de grossura respeitável, devidamente preparada e uma palmatória, de tamanho grande para nós que éramos todos pequenos, com cinco buracos, que pareciam fitar os alunos, maliciosamente” ... No dia 1º de junho, a cidade amanheceu em festa. Era o dia aprazado para a instalação do MUNICÍPIO, agora autônomo, independente de Pedra Branca (Pedralva). Amanheci de terno novo e botinas engraxadas. Nesse dia o foguetório foi grande. Satisfação geral. Papai foi eleito o primeiro Presidente da Câmara Municipal e Lucas Evangelista Guedes (casado com Amélia, filha do Capitão João Ribeiro) Vice-Presidente. Um orgulho para a família.” (p.8)

g) Em 1915, o Externato Nossa Senhora de Lourdes fundado em 1912 pelas professoras D. Beatriz e D. Zélia Nogueira (mãe e filha) mudou de endereço para ampliar suas instalações e receber mais alunos, devido ao ensino metódico, apreciado e comentado por todos. A escola situada no Bairro dos Canudos, defronte à casa de Brás Maria Junho foi substituída por um prédio de dois pavimentos, na Av. João Pinheiro, zona mais populosa e de mais fácil acesso, para as crianças. No andar de cima morava a família e, em baixo, funcionava o Externato, com uma sala e dependências sanitárias. Quinzinho, por essa época, já havia frequentado a Escola Pública de Maria da Fé e o internato do Liceu N.S. Auxiliadora, de Itajubá: “A mudança foi da água para o vinho. Estava acostumado com classes masculinas e professores homens. Agora o negócio era outro, meninas em grande maioria e professoras mulheres” (p.10). De acordo com suas impressões a disciplina continuou rigorosa e todos obedeciam sem discussão para não se submeterem à palmatória ou ficarem ajoelhados em grãos de milho. Segundo Joaquim Franqueira (1975, p.11), o Externato N.S. de Lourdes foi um marco na vida escolar de Maria da Fé devido ao trabalho destas professoras que se revezavam no ensino, enquanto D. Beatriz ensinava a classe A, D.

Zélia cuidava da B e C estudava, sob o olhar vigilante das duas. Foram dois anos (1915-1916) de convivência com gente tão boa.



Externato Nossa Senhora de Lourdes da Professora Zélia Brandão Nogueira, 1924 Revista Centenário da Paróquia de Maria da Fé, 2008, p.16.

h) “No tempo do Colégio Sul-Americano (1917), todas as datas cívicas eram comemoradas, interna e externamente, conforme as possibilidades do momento e a matéria preparada. Internamente, eram organizadas sessões de recitativos, monólogos, diálogos, declamações, discursos alusivos ou conferência. Outras vezes eram peças teatrais escritas pelo Prof. Alfredo Bressane, de acordo com a capacidade dos elementos de que dispunha e das que compareciam para aplaudir, porque até nisso era um sábio. Não abusava da sua capacidade intelectual, para diminuir o próximo, seus amigos de sempre” ... Quando externamente, às 19horas, o Prof. Alfredo Bressane organizava uma passeata em forma de procissão, pelas ruas da cidade, ou simplesmente uma reunião em praça pública, segundo as circunstâncias do momento. Em cada ponto pré-determinado, falava um aluno, sobre temas do dia. Bandeiras e bandeirolas, flâmulas e estandartes, lanternas japonesas tudo multicolorido, para o encantamento das noites marienses. Na praça principal (hoje Getúlio Vargas), onde era organizada, também era ponto final da passeata” (FRANQUEIRA, p.18)

i) “Antigamente, o professor era uma enciclopédia ambulante. Deixava, na sua passagem, réstias de luz emanadas do seu cérebro privilegiado. Vamos tomar mais uma vez, o Professor Alfredo Bressane como ponto de apoio da nossa afirmação. Lecionava, escrevia e falava italiano, francês, inglês, espanhol, alemão, latim e beliscava, como dizia, o grego e o hebraico. A física e a química como a história natural, não tinham mistérios Classificava os vegetais e minerais com a máxima facilidade” ... “A astronomia, para ele, era um céu aberto. A música não tinha segredos. Tocava piano e cantava, para uso interno. No desenho e na pintura era um verdadeiro Mestre. A história Universal, do Brasil e a geografia, não tinham pontos escuros. Conhecia nossa língua, como os grandes gramáticos. Escrevia páginas antológicas e poesias admiráveis. Sozinho, caso fosse possível, compunha o professorado de um colégio”. (FRANQUEIRA p.19). “Não citava só o fato histórico em si, buscava o lado humano da causa e os efeitos possíveis. Não citava só o livro, buscava o seu conteúdo moral, científico, aventureiro, histórico, para engrandecer e não era espezinhar. De tudo e de todos ele falava com clareza, desembaraço, pleno conhecimento de causa e verdadeiro entusiasmo contagiante. Mostrava fotografias avulsas, páginas de livros ilustrados dos assuntos em pauta ...” (FRANQUEIRA, p.20).

j) “Duas vezes por mês, o Prof. Alfredo Bressane levava os alunos para nadar no poço do Rio Cambuí, um pouco acima da cascata, o único existente e frequentado. Era um prêmio e um castigo. O aluno que faltasse, sem causa justificada a uma aula de ginástica (hoje Educação Física) durante a semana ficava impedido de comparecer” ... “Com quatro metros de largura por quinze de comprimento, o poço parecia uma piscina, com lugares rasos e outros fundos, que todos conheciam muito bem e ninguém abusava. O Professor Brassane era o primeiro que dava o seu mergulho. Era uma preferência que todos respeitavam. Seu banho durava dez minutos. Abria um livro e dividia sua atenção para o que lia e para os alunos que se esbaldavam nas água mansas, por mais trinta minutos no verão e vinte no inverno” (FRANQUEIRA, p.23)

k) O Prof. Bressane estudou no melhor seminário do Rio de Janeiro. Frequentou, quando possível a Biblioteca Nacional e outras bibliotecas particulares, para frequentes exames e dúvidas. Chegou à Maria da Fé, com diploma de farmacêutico duramente conquistado e logo depois abriu a sua botica. Nessa época (1910), não havia médico na cidade e ele se tornou também o grande salvador de muitas vidas. Casou-se com D. Lavínia Venturelli e em 1917 resolveu mudar de profissão e satisfazer um sonho acalentado. Vendeu a farmácia e fundou o Colégio Sul Americano. Contratou, no Rio, a professora Miss Leona, que lecionava francês e inglês, que morava no Colégio e ajudava na disciplina (FRANQUEIRA, p. 24). Em

1921, o Prof. Alfredo Bressane deixou Maria da Fé e mudou-se para Belo Horizonte em busca de escolas superiores para educação de seus filhos. Para Joaquim Franqueira, “Maria da Fé perdeu de uma só vez na pessoa do Professor Bressane a sua maior projeção intelectual de todos os tempos, a bondade, sem par, da Professora D. Lavinia e o encanto dos seus diletos filhos” (p.26).

l) Segundo crônica 32 de Franqueira (1975), os principais pontos pitorescos de Maria da Fé - lugares para piqueniques com a família/amigos, passeios de namorados - durante sua infância e adolescência eram: a Pedra da Lage, que no seu tempo ficava distante do centro da cidade em um quilômetro; o Retiro, na estrada de carros de bois e cavalos, em direção à fazenda Capetinga, para um leite fresquinho e marmelos suculentos; do outro lado o Engenho hidráulico e serraria, que exigia uma pequena caminhada na mata virgem lado a lado. Na época de pinhão, uma romaria se formava para catá-lo do chão, de cachos que despencavam dos pinheiros, onde tudo era de graça. Do outro lado da Vila, o Véu de Noiva, a cachoeira de 20 metros que formava dois poços usados para nadar pelos mais corajosos, pois o lugar era de difícil acesso e extremamente perigoso devido à mata virgem que o circulava. Depois vinha a Nova Califórnia, com muita fruta e, mais ao centro o morro Ubirajara (onde hoje se encontram as antenas de celular) e finalmente, o Pico da Bandeira, que poucos conseguiam ter acesso devido a mata fechada.



Véu de Noiva (s/d) - Um dos lugares preferidos para piqueniques Foto: autor desconhecido

5 - REDE SUL MINEIRA (ESTRADA DE FERRO SAPUCAY):

Ao final do século XIX, o Império centralizava os recursos em privilégios no Rio de Janeiro, sede da Corte de D. Pedro II. São Paulo e Minas, províncias mais populosas e ricas do país denunciavam o descaso das autoridades do Império com relação ao transporte e estradas no Sul de Minas e Vale do Paraíba. Deputados mineiros, como Silviano Brandão, reclamavam, principalmente, da falta de benfeitorias públicas como uma estrada de ferro para transportar os produtos do Sul de Minas. Criticavam as concessões à Estrada de Ferro do Rio Verde em face da distância que ficava dos municípios maiores produtores de café, além do custo excessivo de sua construção.

Devo enunciar-me com a máxima franqueza que a concessão da estrada de ferro Rio Verde, nas condições que se fez, foi o maior desserviço que se podia fazer ao Sul de Minas (...) Já não falo no abuso inqualificável que, segundo consta-me mandaram vir da Europa dormentes que tiveram transporte gratuito no Brasil, para uma província rica em madeira como Minas, mas que por certo não se favoreceu às empresas nacionais. Apesar de seu enorme custo a estrada é mal construída e demandará constantes reparos (...) O traçado dessa estrada é desgraçado. Deixa os centros populosos e as fontes medicinais e passa por lugares despovoados e de pouca produção no Sul de Minas. Hei de protestar. (MOURA, 2005, p.3)



*“Maria Fumaça” descendo a serra do Pedrão em direção a Itajubá
Acervo: Centro Cultural*

Segundo Costa (1995, p.28), havia uma disputa política acirrada entre São Paulo e Rio de Janeiro sobre o trajeto que faria a Estrada de Ferro Sapucaí e qual o projeto era mais realista e traria maior dinamicidade e benefícios econômicos a essa parte sul da descentralizada província de Minas Gerais. “A esfera fluminense de influência indicava como opção o traçado que seguia em direção ao Rio de Janeiro. A Muzambinho, por sua vez, atenderia o sudoeste e o Triângulo Mineiro, já seus entroncamentos com a Estrada de Ferro Mogiana rumavam para São Paulo”. Por outro lado, o relevo extremamente acidentado do Sul de Minas era ingrato para uma locomotiva a vapor que só transportava uma carga equivalente ao seu peso. Para diminuir os custos do transporte, as linhas da Oeste de Minas tinham raios apertados e rampas acentuadas, o que ocasionava traçados das ferrovias excessivamente sinuosos e extensos.

Para a concretização da ferrovia que mais tarde denominou-se “Rede Mineira de Viação” foi necessário o trabalho de vários políticos e eminentes fazendeiros da região, entre eles o Comendador Frederico Schumann e o Dr. Silvestre Dias Ferraz Júnior e chefes políticos como Cel. Francisco Braz, de Itajubá (MG) e o conselheiro Joaquim Delfino Ribeiro da Luz. Este se tornou Senador pela província de Minas Gerais em 1870, foi nomeado, em 1887, Ministro da Guerra interinamente, e passou a dar grande apoio a todos os empreendimentos do Sul de Minas.

Consta no livro *Efemérides Mineiras* (VEIGA, 1989), que o Sr. Silvestre Dias Ferraz Júnior, nascido em Cristina, tornou-se deputado em 1876, aos vinte e cinco anos de idade e, mais tarde, presidente da Assembleia Legislativa Provincial. Usando o prestígio do seu cargo conseguiu vários empreendimentos para a região. Foram de sua iniciativa: a lei mineira nº 2.094, de 9/11/1882, que melhorou a organização da Escola de Farmácia; o artigo da lei que em 1887, em Minas, fixou o escravo ao solo, impondo a taxa de 500\$000 sobre cada um que fosse transferido, a título oneroso, para outro município; a lei de 1888, sobre a introdução de 25.000 imigrantes no sul de Minas; e as leis 1883 e 1886 relativas à Estrada de Ferro Sapucaí, que se tornou realidade devido principalmente à tenacidade dos esforços por ele empregados.

É importante destacar também o papel desempenhado pelo Comendador Frederico Schumann, um dos mais conceituados farmacêuticos de Itajubá. Eleito vereador de 1881 a 1884, no período do Império,

e promotor público interino em 1885, Juiz de Paz em 1892, tornou-se deputado estadual como o Dr. Silvestre Ferraz. Quando foi lançada a ideia da construção da estrada de ferro, foi um dos que mais vibraram com o projetado melhoramento, e integrou a comissão que em 1888, foi encarregada de agenciar ações para a construção da ferrovia. Quatro anos antes havia sido ele o mais eloquente dos oradores que saudaram o Dr. Silvestre Dias Ferraz Júnior, por ocasião de sua visita à cidade de Itajubá, em dezembro de 1884, com o objetivo de encontrar apoio e a cooperação dos conterrâneos para tornar realidade a então sonhada Estrada de Ferro Sapucaí. Em 1891, tornou-se um dos maiores defensores para que a estrada de ferro passasse por Itajubá-Maria da Fé-Cristina.⁶

Em 15 de junho de 1886, a Lei Mineira nº 3.384 autorizou a construção de uma estrada de ferro de bitola de um metro que, partindo da ferrovia Minas and Rio Railway, terminaria em Poços de Caldas, passando pelas cidades de Cristina, Itajubá e Pouso Alegre, com entroncamento no município de Cruzeiro, Estado de São Paulo (Rio-São Paulo). O trajeto original seria cortar por Pedralva rumo a São Lourenço, porém, como Itajubá já era uma cidade em franca expansão e progresso houve uma pressão política para que o trajeto fosse refeito. A alteração aconteceu e o trajeto foi alterado para: Santa Rita do Sapucaí - Itajubá - Maria da Fé - Cristina - São Lourenço.

Em 1889, inicia-se oficialmente o tráfego ferroviário, desde Pouso Alegre, atingindo toda a região do Sul de Minas, que ficaram ligadas aos centros mais desenvolvidos do país, Rio de Janeiro e São Paulo, através de um ramal que ia de Soledade de Minas até Sapucaí. Era o elo com o progresso, que tirava toda uma região do isolamento e do atraso. A inauguração do entroncamento da “Companhia Estrada de Ferro Sapucahy” com a da “Minas and Rio Railway”, perto da estação Soledade, contou com a presença de vários políticos e fazendeiros importantes: o Dr. Antônio Gonçalves Ferreira, Presidente da província de Minas Gerais, os diretores da ferrovia Dr. Luiz Raphael Vieira Souto e Tenente Coronel Antônio Carneiro Santiago, e de Luiz Matheus Maylasky, representan-

⁶ Informações obtidas com a Sra. Eulália Rennó Schumann Cunha (2005), residente em Itajubá (MG), na época com 83 anos, sobrinha neta do Comendador Frederico Schumann.

te da diretoria e presidente da Estrada de Ferro Sorocabana, além de fazendeiros e outras personalidades civis e religiosas representativas de povoados vizinhos.

A Viação Férrea do Sapucaí, aberta como E. F. do Sapucaí em 1887, inaugurou o primeiro trecho de linha até Itajubá em 1891, partindo de Soledade, na E. F. Minas e Rio. Em 1897 chegou a Sapucaí, na divisa com São Paulo, tendo cedido o trecho que chegava a Itapira à Mogiana bem antes disso. Incorporada pela Rede Sul-Mineira em 1910, daí à RMV em 1931, VFCO em 1965 e finalmente à RFFSA em 1975, os trens de passageiros deixaram de circular no final dos anos 1970 e os trilhos foram retirados a partir de 1986. (GIESBRECHT, 2003)



*Estação ferroviária, destaque:
Alfredo Zaroni - década de 30
Acervo: Maria Magda Ribeiro*

A DECADÊNCIA DAS FERROVIAS NO SUL DE MINAS

De acordo com o webmaster Antônio Augusto Gorni (2003), a situação das estradas de ferro mineiras já não era muito boa desde 1920, quando a “Oeste de Minas” reunia uma das mais importantes redes ferroviárias do sudeste brasileiro. Além disso, os investimentos foram insuficientes para o desempenho das ferrovias: “A multiplicidade de bitolas, traçados sinuosos e pesados e a própria concorrência entre elas, geraram uma crônica crise, que se traduzia numa degradação contínua dos servi-

ços prestados” (p.335). Segundo o autor, as ferrovias tentaram reduzir os custos, para saldar empréstimos externos, sobretudo com a Inglaterra, fazendo com que seus equipamentos e linhas ficassem cada vez mais obsoletos e, conseqüentemente, provoca a fuga das cargas e passageiros das linhas. Com o agravamento da situação a partir de 1930, o estado de Minas Gerais arrendou as ferrovias mineiras, que até esta data eram controladas pelo governo federal.

Em 1931, a Rede Mineira de Viação (R.M.V.) assumiu o controle da Estrada de Ferro Oeste de Minas, que incluía a ferrovia Minas-Rio, a Estrada de Ferro Sapucaí, E.F. Muzambinho e Rede Sul Mineira. Logo, o apelido da empresa controladora das ferrovias era Ruim Mas Vai (GORNI, 2003). Apesar dos empreendimentos feitos nas ferrovias, na tentativa de melhorar seu desempenho operacional, como por exemplo, a eletrificação de vários trechos, a Estrada de Ferro Sapucaí pouco se beneficiou dessas melhorias, pois continuava usando máquinas a vapor, tendo a lenha como seu principal combustível. Mesmo quando a rede começou a utilizar a energia elétrica da CEMIG - Centrais Elétricas de Minas Gerais, estatal pertencente ao governo do estado de Minas Gerais, esta situação não se modificou. Em 1953, com a rescisão do contrato de aluguel da Rede Mineira de Viação com o governo de Minas Gerais, o controle da ferrovia passou novamente para o governo federal (GORNI, 2003).

A Rede Mineira de Viação que fazia o trajeto entre Pouso Alegre-Itajubá-Maria da Fé-Soledade era criticada pelos seus usuários. O Jornal “O Mariense” publicou na página 2, da sua edição de 7/03/1954 a seguinte reportagem:

A rede Mineira é a maior estrada de ferro do Brasil, em extensão, mas é a pior estrada de ferro do Brasil em tudo quanto se pode imaginar, ressaltando quanto aos seus funcionários, que são capazes, honestos e cumpridores dos deveres. Talvez devido ao estado péssimo de seu material rodante, não pode a rede oferecer um tráfego seguro e eficiente. Todos sabem das dificuldades impostas pela situação geral em que se encontra o país, por conseguinte, achamos que no momento não pode aquela ferrovia dispor de meios para promover um bom reaparelhamento. Isto é quase impossível. Lamentamos, portanto, que daqui por diante vai ficando cada vez pior.

No mesmo artigo, o jornalista, que não se identifica, reclama da podridão dos dormentes, que abriam os trilhos e provocavam acidentes, e dos constantes atrasos. A propósito desses atrasos, quando a máquina ainda era movida à vapor, é interessante notar as explicações do colunista:

Sabemos que há falta de lenha e de carvão de boa qualidade, pois o existente talvez 80% já é resíduo, quando pega fogo, este dura pouco tempo. Numa locomotiva em trânsito é um tal de encher e esvaziar a fornalha, em virtude do carvão ser da pior qualidade possível. E para isto levam-se horas e horas, pois não havendo fogo é claro que não pode haver vapor e a locomotiva para em qualquer lugar. Os passageiros, pobres passageiros, que se arrumem como quiserem, que cheguem ao destino quando Deus quiser ... (p.4)

Segundo Palhares (2003), a partir do ano de 1957, todos os trechos ferroviários, que antes eram praticamente controladas por capital privado internacional, foram estatizados e centralizados junto a RFFSA em detrimento da crise do sistema ferroviário que se agravava cada vez mais. De acordo com a Coordenação Geral Ferroviária do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transporte - DNIT (2003), a sociedade anônima Rede Ferroviária Federal S.A., tinha a finalidade de administrar, explorar, conservar, reequipar, ampliar e melhorar o tráfego das estradas de ferro incorporadas, contudo, as empresas estatais nada fizeram pela ampliação dos serviços ofertados nem pela expansão da malha ferroviária. Essas empresas não tinham táticas que pudessem atrair clientes com novos produtos ou serviços de melhor qualidade, restringindo-se ao transporte de cargas. Além disso, cortes orçamentários impediam que a manutenção das vias e do material rodante fosse feita. Em detrimento disso, essas estatais se viram obrigadas a oferecerem privilégios para os clientes que fossem realmente potenciais, com o objetivo de suprir pelo menos os custos com pessoal, ficando, portanto, o prejuízo operacional por conta do governo.

A situação se tornou totalmente impraticável em meados de 1990 quando a única solução plausível a ser tomada foi a privatização que tiraria parte da responsabilidade do governo sobre estes trechos. A partir daí, a malha até então pertencente a RFFSA foi dividida em cinco lotes de acordo com a localização geográfica: Sul, Oeste, Nordeste, Leste e

Sudeste e várias concessões foram concedidas a diversas concessionárias como a MRS Logística S.A. e a Ferrobán - Ferrovias Bandeirantes S.A. Vale lembrar que nestes casos, os patrimônios continuam sendo da União, sendo a concessionária obrigada a repassar parte de seu faturamento para o governo, conforme previsto em contrato.

No entanto, a maioria das concessionárias era empresa interessada no transporte de cargas e não transporte de passageiros, por diversos motivos, tais como a restrição que o transporte de passageiros causaria ao transporte de cargas, já que quando existem as duas situações, o primeiro deve ser realizado durante o dia e o segundo durante a noite, bem como a baixa demanda em determinadas regiões e a falta de tecnologia ferroviária que requeria altos investimentos. Ao lado disto crescia a malha rodoviária no país. O governo de Juscelino Kubitschek (1955-1960) adotou com toda a força o lema de Washington Luís, como explica o consultor da área de transportes da Câmara, Rodrigo Borges: “A partir da década de 50 com o advento das fábricas de automóveis e do automóvel propriamente dito, a prioridade que foi dada pelo governo do Brasil foi para a expansão da malha rodoviária, inclusive com aquele lema ‘governar é construir estradas’” (PALHARES, 2003, p.23).

A fundação de Petrobrás (1953) e a criação de impostos destinados à construção de estradas de rodagem também deram impulso às rodovias. Mas, um fato foi definitivo para o vigor rodoviário: o próprio carro, que se desenvolvia cada vez mais. Os brasileiros foram seduzidos por essa mobilidade. O transporte ferroviário andava prejudicado com a falta de investimentos, e nesse contexto, o carro e o caminhão foram assumindo mais importância para o país. No início dos anos 50, o ritmo do desenvolvimento atingia as cidades do Sul de Minas.

Segundo Guimarães (1987), em reportagem publicada no jornal o Sul de Minas, de 07/03/1953, o deputado Euclides Cintra intercedia junto ao governo federal, pela construção de uma estrada de rodagem que ligasse Maria da Fé à Rodovia São Lourenço-Itajubá, em razão da grande produtividade de batata, cenoura, cebola, marmelo, pêssego, milho e feijão da região, que exigia pronta e rápida exportação. O trem, nessa época, era visto como um meio de transporte necessário, mas menos eficiente do que as rodovias. Ele ainda servia para transportar passageiros, mas este não era o seu objetivo principal, além disso, a demora entre os

horários e os transtornos provocados pela ferrovia principalmente no pequeno trecho íngreme entre Itajubá e Maria da Fé não estimulavam os passageiros a correrem os riscos da viagem.



Estação ferroviária (1982) - o início da decadência - Acervo: Rubia Daher

GRAVE ACIDENTE RODOVIÁRIO ENTRE MARIA DA FÉ E ITAJUBÁ

“Em 25 de março de 1925 ocorreu o maior desastre ferroviário de todos os tempos, no Sul de Minas. O trem procedente de Soledade de Minas, que deveria chegar a Itajubá às 20 horas e poucos minutos, quando descia a serra de São João, a três quilômetros abaixo da cachoeira Vêu de Noiva, na altura do quilômetro 62, caiu com quase toda a composição, rolando, junto com o alto aterro, a locomotiva de nº 172 e quase todos os carros pela grande e íngreme rampa. O maquinista João Mariano e o foguista José Vieira, encontrado carbonizado entre os escombros, foi reconhecido pelo picotador de passagens cravado em seu corpo. Ficou na linha 1 carro, o de 1ª classe”. (Texto do historiador itajubense Armelino Guimarães)

O dia 25 de março ficou marcado. Outros desastres aconteceram nesta data e, por isso, durante muitos anos, ao se aproximar desta data, os marienses se punham a rezar...

Fonte: Facebook - texto postado por Mari Léa Zaroni Campos em 11/04/2013



Em outubro de 1956, na coluna “Notícias Diversas” do “O Mariense”, dirigido pelo Sr. Antônio Aguiar Guedes e Geraldo Rodrigues, o jovem Adílio Miranda descreve acontecimentos da Rede Mineira de Viação, que cada vez mais testemunham a decadência da ferrovia:

No dia 7 - Domingo: no quilômetro 55, uma prancha, carregada de gusa de ferro, ao levar um esbarro de uma locomotiva, despenhou-se serra abaixo, passando aqui em Maria da Fé, com uma velocidade incrível, indo sair dos trilhos no quilômetro 62, num tombo espetacular. Felizmente nada aconteceu de desagradável. No dia 8 - Segunda feira: O M-S-1, no momento ao sair da estação descarrilou e só saiu depois de mais de uma hora. No dia 9 - Terça feira: não tivemos o expresso, porque tombou um trem de carga entre Cruzeiro e Passa Quatro. No dia 10 - Quarta feira: No trecho entre a estação de Pedrão e esta localidade, a locomotiva que vinha trazendo o misto quebrou, sendo preciso vir outro de Soledade, passando o referido trem por aqui lá pelas 17 horas, mais ou menos. Bem vamos parar por aqui porque não haverá espaço. (p.2)

Fotos: Acervo do Centro Cultural de Maria da Fé



A situação permaneceria a mesma por vários anos. Soluções encontradas como a dieselização da Rede Mineira de Viação, que passou a contar com locomotivas robustas e de alto desempenho, consideradas definitivas, foram aos poucos sucateadas devido aos custos da importação do óleo e a alta do petróleo. As políticas de melhoria voltadas para os transportes, entre os anos de 60 a 80, enfrentaram várias crises econômicas (inflação, moratória internacional, racionamento do petróleo, aumento dos combustíveis, etc.). Inseridas em regimes políticos predominantemente autoritários, contribuíram para deixar a manutenção das ferrovias mais difícil, pois faltavam investimentos, que iam desde a importação de peças sobressalentes até o apoio técnico. Por sua vez, os automóveis invadiram os espaços para circulação de mercadorias, criando grandes diferenças políticas, econômicas e sociais relacionadas às condições de transporte e acessibilidade entre aqueles que tinham e os que não tinham acesso ao transporte particular. A febre pelo carro próprio era um sonho a ser concretizado nas cidades (GORNI, 2003)

Surgiram também novas dificuldades para os usuários. Nos anos 1970, por questões de logística e da crise financeira na Rede havia necessidade de se fazer baldeação com pernoite em Itajubá - o trem não seguia mais direto em todo o trecho inicial. Outros fatores como o êxodo rural, com o declínio da produção, o avanço tecnológico e a ausência de políticas eficazes no setor de transportes, evidenciaram os seus pontos críticos. Segundo Humberto Medina, no Jornal “A Folha de São Paulo”, de 14/05/05, a década de oitenta, foi palco da crise fiscal do Estado, que somando a globalização da economia levou o país, na segunda metade dos anos noventa, às privatizações dos setores elétrico e ferroviário brasileiro, substituindo o Estado na tarefa de investir na infraestrutura do país. No caso das ferrovias, a malha da RFFSA (Rede Ferroviária Federal S.A.) foi arrendada (alugada) a grupos privados. A ideia do governo era se livrar dos prejuízos causados pela estatal que administrava o setor e proporcionar investimentos na melhoria das linhas. A privatização, no entanto, não previu punições para o descumprimento das metas contratuais das empresas. A única alternativa do governo era a cassação das concessões, hipótese fora de questão, pois a RFFSA já estava em liquidação (GORNI, 2003).



*Máquina a Diesel em direção à cidade de Cristina - 1970
Foto: Joaquim Santana de Almeida (Quim)*

A divisão da malha da RFFSA para o arrendamento foi mal feita, deixando algumas ferrovias sem acesso a portos ou a zonas de captação de cargas. Os resultados foram anos de prejuízos constantes para os arrendatários privados, com poucos investimentos, concentrados nas malhas que podiam casar carga em uma ponta, com acesso a portos na outra. Em 7 de dezembro de 1999, o Governo Federal dissolve, liquida e extingue a Rede Ferroviária Federal Sociedade Anônima - RFFSA. Por essa época a Estrada de Ferro Sapucaí já estava completamente desativada havia muitos anos (ela foi paralisada em 1979 e extinta, definitivamente, em 1989). Os dormentes e trilhos tinham sido silenciosamente arrancados e a maior parte deles furtado.

O testemunho de pessoas que trabalharam na estrada de ferro⁷, durante todos esses anos, revela as dificuldades que os ferroviários passavam, por ocasião da decadência das linhas de trens. Em todos eles, no entanto, nota-se uma grande sentimento de perda. Veja o caso do Sr. Jarbas de Paiva, aposentado, agente de estação, que trabalhou na Sapucaí de 6/05/1957 a 12/02/1995 e concedeu a seguinte entrevista à professora Maria de Lourdes Ferreira Lopes em 2005:

Naquela época havia poucas rodovias. Os despaches e transportes de pessoas eram feitos pela ferrovia. Era um transporte que atendia todas as classes sociais... A extinção da ferrovia me deixa muita saudade, tenho boas lembranças do povo que precisava do trem, das romarias que iam para Aparecida do Norte por via férrea, do transporte de gados e café.

O Sr. Verdelin Roxael, 70 anos, começou a trabalhar na Sapucaí em junho de 1952, na função de Operador de Telecomunicações, mas participou de outras atividades. Ele descreve como era o movimentado mundo dos trens e a rotina desgastante do trabalho nas ferrovias (LOPES, 2005):

⁷ LOPES, M^a de Lourdes Ferreira. Por aqui passou um trem: A formação de Maria da Fé MG a partir da estrada de ferro Sapucaí. Trabalho de conclusão do Curso de Pós-graduação da Faculdade de São Luiz de Jaboticabal-SP, 2005.

Operava com aparelhos de telegrafia, com código Morse. Todos os trens, passageiros, cargas e de serviço somente circulavam com pedido e concessão de licença entre as estações, a fim de evitar acidentes. Toda a movimentação de trens, vagões, locomotivas, números, peso, eram transmitidos a regionais um gráfico para controle. Naquela época todos os serviços de comunicação, eram feitos via telegrafia “Morse”. Em 1976, só tínhamos um direito, o de chegar no horário para o trabalho. Sem horas extras, PIS, PASEP, Fundo de garantia, etc. Com exceção dos chefões “diretores”, existia muita amizade, coleguismo entre todos. Em muitas estações não existia a energia elétrica, somente luz de lampião e trabalhávamos até 36 horas sem descanso, nenhum conforto e sem poder errar, para não ser punido. Apesar de tudo, risos, choros, cansaço, mal alimentado, muitas vezes sacrificando a própria família, tenho muita saudade.

O Sr. Anísio Antônio, 74 anos, foi Supervisor de Linha na RFFSA entre 1952 a 1981. Trocava trilho e dormentes, capinava e nivelava linha, roçava à beira da ferrovia, fazia ronda para o trem de cedo e da noite, ia de trole para o serviço. Para ele, os militares foram responsáveis pela desativação das ferrovias. Tinha muitas saudades da Maria Fumaça, das máquinas diesel e dos trolinhos. (LOPES, 2005).

Para finalizar, deixo o testemunho desta redatora que na década de 60 estudava na cidade de Cruzeiro-SP e utilizava a “Maria Fumaça” para vir até Maria da Fé:

Acordávamos bem cedo. No seu horário normal, o trem partia de Cruzeiro às 7 horas, com destino a Pouso Alegre, passando por Maria da Fé. Meu pai foi me buscar de véspera, para as férias de final de ano. Estava elegante, de chapéu e terno como exigia a ocasião. Ele usava também uma espécie de sobretudo por cima da roupa, para proteger-se das pequenas faíscas em brasa que escapavam da Maria Fumaça ... O trem subia vagorosamente a serra da Mantiqueira em direção a Passa Quatro, o que permitia observar a natureza, o cheiro do mato e sentir as dificuldades da locomotiva, quando os trilhos ficavam molhados pelas chuvas de verão (em alguns casos era preciso jogar areia nos trilhos para melhorar a potência da máquina ao subir a serra). No alto da Mantiqueira, tínhamos que atravessar o túnel. Eram poucos metros de escuridão, mas o ajudante de trem passava avisando a todos para fechar bem as janelas, devido as fagulhas que tendiam a ir para

a parte traseira do trem, justamente onde ficavam os vagões de passageiros. A chegada à estação era antecipada pela voz do Chefe de Trem: *Passa Quatro! Ele ia recolhendo e furando o bilhete da passagem. Nesta estação, sempre embarcavam algumas normalistas em férias do “Colégio das Freiras”, que também voltavam para casa. Em Soledade de Minas, o Misto fazia baldeação. Precisava pegar as cargas que vinham de outros ramais. As plataformas de São Lourenço e Soledade eram sempre as mais agitadas, porque embarcava no trem uma grande quantidade de jovens que estavam servindo o exército em Itajubá. Além disso, havia sempre turistas apressados, carregando malas, segurando crianças, ensurdecidos pelos berros dos carregadores, do bufar insistente das caldeiras das máquinas, apitos dos guarda-chaves e o rolar das composições em movimento. Ficávamos cerca de uma hora esperando que as locomotivas transferissem suas cargas e se abastecessem nas caixas d’água da estação. Quando a fome chegava podíamos comer no carro-restaurante, que ficava entre a classe executiva e a econômica (na 1ª classe os bancos eram estofados, alguns trens tinham inclusive dormitórios, enquanto na 2ª classe eram de madeira apenas, sem nenhuma comodidade). Outras vezes, comíamos no barzinho da estação, para “esticar as pernas” e distrair até o término da baldeação. Durante a viagem também podíamos comprar doces, balas e biscoitos dos vendedores ambulantes. Era preciso se preparar para a viagem mais lenta subindo a serra do Anil até Maria da Fé. Chegávamos, normalmente, por volta das 13 horas. A Maria Fumaça, com seu apito estridente, já vinha anunciando a chegada do trem desde o Campo Redondo. Quando entrava no perímetro urbano, o povo corria para as janelas das casas. Todos queriam ver o trem. Muitos não se contentavam em acenar para os passageiros de longe e se aproximavam da ferrovia. Outros, mais interessados em vender seus produtos desciam os morros em direção à estação. Vendia-se de tudo: o pastel da Estela, as cestinhas de amoras das crianças, as quinquilharias dos caixeiros-viajantes. As moças namoradeiras vinham ver os jovens soldados; os comerciantes buscavam os produtos encomendados e aproveitavam para enviar outros; o correio e o telégrafo traziam as correspondências e as notícias mais recentes. A estação nos horários de chegada e partida dos trens era o lugar mais bonito e movimentado da cidade e mesmo com todos os problemas de atraso e de lentidão, as pessoas gostavam de andar no trem.*

A história da cidade de Maria da Fé está entrelaçada com a história da estrada de ferro, assim como muitos outros municípios brasileiros. No decorrer desses anos, a locomotiva fez parte do cenário mariense, identificando-se com seus moradores. A aquisição de uma locomotiva

Baldwin⁸, nº 255, localizada atualmente nos jardins do Centro Cultural de Maria da Fé, antiga estação ferroviária, pela Sra. Maria Aparecida da Silva Machado, Assessora da Secretaria de Cultura e Turismo (1999-2000) e que se mobilizou para conseguir este acervo cultural, traduz com suas próprias palavras o que representa o trem para Maria da Fé: “A saudade da Maria Fumaça, a passagem do Trem, a tristeza de perder as linhas. Todos esses sentimentos e valores estão resgatados com a presença da locomotiva” (CRUZ, 2000, p.12).

As tardes eram reservadas ao passeio até a estação. Ver o trem chegar, a gente que descia, gente que subia, vê-lo apitar e de novo partir. Quantos sonhos passavam pelas cabeças das meninas: “Como serão outras terras, outras cidades? Rio de Janeiro! São Paulo! Que vontade de ir também!” (Amair Campos, 2016)

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

COSTA, M.L.P Estrada de ferro Muzambinho(1887-1910) no contexto do desenvolvimento ferroviário no Sul de Minas. Belo Horizonte: FUDAMAR, 1995.

CRUZ, Clarissa. “Maria Fumaça” chega às montanhas. Jornal Horizonte Mariense n.11, out/2000, p.12.

DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRA-ESTRUTURA DE TRANSPORTE - DNIT, Histórico das ferrovias.

Disponível em: <http://www.dnit.gov.br/ferrovias/historico> Acesso em 31/07/2005.

GIESBRECHT, R.M. Estações Ferroviárias do Brasil, 2003.

Disponível: www.estacoesferroviarias.com.br.

GORNI, A.A. A Eletrificação nas Ferrovias Brasileiras: Rede Mineira de Viação. Disponível em: <http://www.efbrasil.eng.br/electro/rmv.html> Acesso em 17/04/05.

⁸ A locomotiva não é o mesmo veículo que percorreu os trilhos marienses em épocas anteriores.

MEDINA, H. Estado teve de injetar dinheiro após privatização. Folha de São Paulo, 14/05/05, B4.

MOURA, A.P. Formação do Sul de Minas. Disponível em: www.asminasgerais.com.br/cidades) acesso em: 17/04/05

PALHARES, G. L. Transportes Turísticos. 2. ed. São Paulo: Aleph, 2003.

“O MARIENSE” - Edições de 07/03/1954, abr/ago/out/1956 - Acervo do Professor, advogado e redator Dr. Osvaldo Reno Campos (2005)

VEIGA, X. Efemérides Mineiras.V.2.Belo Horizonte, 1987.

DEPOIMENTOS: Sr. Jarbas de Paiva, Agente de Estação; Sr. Verdelin Roxael, Operador de Telecomunicações; Sr. Anísio Antônio, Supervisor de Linha na RFFSA; Sra. Maria Magda Ribeiro da Silva (redatora do Memorial).

Nota da redatora: Agradeço a cessão destas entrevistas e das pesquisas sobre a Rede Mineira de Viação realizadas pela Professora Maria de Lourdes Ferreira Lopes.⁹



Descarrilhamento do trem no centro de Maria da Fé (s/d) - acervo: Elaine Freitas

⁹ LOPES, M^a de Lourdes Ferreira. Por aqui passou um trem: A formação de Maria da Fé MG a partir da estrada de ferro Sapucaí. Trabalho de conclusão do Curso de Pós-graduação da Faculdade de São Luiz de Jaboticabal-SP, 2005.

6 - A ECONOMIA DE SUBSISTÊNCIA E O FLUXO COMERCIAL DO SUL DE MINAS NO FINAL DO SÉCULO XIX:

O Prof. Melancton Schaff Silva (2003), baseando-se nas pesquisas do Sr. José Armelino Bernardo Guimarães (2001), historiador da cidade de Itajubá, explica que nossos antepassados, no final do século XIX, da região de Maria da Fé, produziam principalmente carne e gordura de porco que eram levados para o Rio de Janeiro em tropas de burros. De lá traziam sal, querosene e tecidos. Não havia estradas, mas apenas trilhas que foram formadas pelo constante passar das pessoas e dos animais por um mesmo lugar. Alguns caminhos eram remanescentes da exploração do ouro e de acesso aos portos das grandes metrópoles. Com o tempo, essas vias foram sendo melhoradas para a passagem de carro-de-bois e dos primeiros carros motorizados. A viagem era longa e exigia que, em determinados pontos se construíssem pequenos albergues para o descanso dos tropeiros como, por exemplo, as pousadas formadas nos sítios de Passa Quatro e Pouso Alto, entre outras. Por entre os caminhos que subiam e desciam as montanhas formavam-se pontos de descanso, das tropas e dos seus acompanhantes. Essas pousadas não chegavam a se constituir em povoados, eram apenas entrepostos. Segundo relatos do Prof. Silva (2003), a Serra da Mantiqueira era chamada de Jaguaminababe, nome tupi que queria dizer “cachorro doméstico”. Os tropeiros paulistas chegavam pela chamada Garganta do Embau, nas proximidades da atual cidade de Cruzeiro, no Estado de São Paulo e penetravam pelo sul de Minas, atingindo via Passa Quatro, as atuais cidades de Aiuruoca e Baependi. Assim, a passagem da via férrea pela região, onde posteriormente iria surgir a cidade de Maria da Fé, foi decisiva para o seu povoamento e desenvolvimento.



Prédio do Banco da Lavoura ou Banco de Itajubá, antes e depois da restauração, situado à Av. Silvestre Ferraz - instituição que desde a década de 1920, contribuiu para melhoria dos investimentos marienses.

Fonte: Dossiê de Tombamento do Patrimônio Histórico-Cultural, na Secretaria Municipal de Cultura e Turismo de Maria da Fé (2018).



7 - A REVOLUÇÃO DE 1930

Em linhas gerais a Revolução de 1930¹⁰ foi um movimento armado, liderado pelos estados de Minas Gerais, Paraíba e Rio Grande do Sul, que culminou com o golpe de Estado, o Golpe de 1930, que depôs o presidente da república Washington Luís em 24 de outubro de 1930 e impediu a posse do presidente eleito Júlio Prestes. O candidato da oposição, Getúlio Vargas assumiu como Presidente do Brasil, com o apoio de chefes militares e pôs fim à República Velha e à alternância de Minas e São Paulo na Presidência da República.

Tudo começou quando, nas eleições de 1930, as oligarquias de Minas Gerais e São Paulo entraram em um sério conflito político. Era a vez de Minas Gerais indicar o candidato à presidência (política do “Café com Leite” ou “política dos governadores”), porém os paulistas apresentaram a candidatura de Júlio Prestes (carioca, mas candidato do Partido Republicano Paulista-PRP). Descontentes, muitos políticos mineiros apoiaram o candidato de oposição da Aliança Liberal, o gaúcho Getúlio Vargas (governador do Rio Grande do Sul). Em meio à desconfiança de fraudes eleitorais, o candidato Júlio Prestes ganhou as eleições para Presidente, mas aqui em Minas, o Partido Republicano Mineiro (PRM) não aceitou a indicação de Júlio Prestes e apoiou o governador de Minas Gerais Antônio Carlos Ribeiro de Andrada que, por sua vez, cedeu sua candidatura ao gaúcho Getúlio Vargas.



*Política do Café com Leite
Disponível em: Geo conceição blogspot -
Acesso em 15/10/2018*

¹⁰ SOUSA, Rainer Gonçalves. “Revolução de 30”; Brasil Escola. Disponível em <<http://brasilescola.uol.com.br/historiab/revolucao-30.htm>>. Acesso em 09 de maio de 2017.

O conflito, porém, se complicou quando, em julho de 1930, o candidato a vice-presidente de Getúlio Vargas, o paraibano João Pessoa, foi assassinado. O fato gerou revolta popular em várias regiões do Brasil, principalmente em Minas Gerais. Estes conflitos eram, principalmente, entre partidários da Aliança Liberal e os defensores do governo federal, a maioria paulista. Muitos historiadores também apontam como causa relevante da Revolução de 1930, a quebra da Bolsa de Nova York, que levou ao endividamento dos agricultores brasileiros e ao desemprego, principalmente entre os produtores e trabalhadores das lavouras de café, gerando grande insatisfação com o governo de Washington Luiz.

Em Maria da Fé, ata de 21/02/1930 registra a decisão da Câmara Municipal de enviar uma carta de moção ao governador de Minas Gerais, por ocasião do desenlace destes acontecimentos: “A Câmara Municipal afirma sua inteira solidariedade e apoio franco e leal ao Exmo. Sr. Dr. Antônio Carlos Ribeiro de Andrada, digníssimo Presidente de Estado, pela atitude patriótica assumida por sua Excelência no problema da sucessão presidencial da República, como chefe supremo da Aliança Liberal, cuja atitude considera merecedora de aplausos” (Livro 2, p.136).

Com o apoio de uma junta militar, que temia uma revolução civil, Getúlio Vargas assumiu Presidência da República. Depois de controlar os focos de resistência nos estados, o presidente e seus aliados chegaram ao Rio de Janeiro, em novembro de 1930, iniciando a chamada Era Vargas. Getúlio governou o Brasil de forma provisória entre 1930 e 1934. Neste último ano, foi eleito pela Assembleia Constituinte como presidente constitucional do Brasil, com mandato até 1937. Porém, através de um golpe com apoio de setores militares, permaneceu no poder até 1945, período conhecido como Estado Novo.

8 - O PAPEL DA ESCOLA EM MINAS GERAIS ATÉ 1930

Com a descentralização da educação, mantida pela República, voltada para os setores populares e criada pelo Ato Adicional de 1834, apenas alguns estados brasileiros conseguiram realizar progressos em relação à educação primária da população. De fato, nas escolas da maioria dos Estados brasileiros cresceu a matrícula neste nível de ensino. De acordo com os dados apresentados por Leôncio Basbaum, em 1889, a matrícula geral de alunos em idade escolar correspondia a 12% da população, em 1930, esse percentual subia para 30% (BASBAUM, 1962, p. 283). Por outro lado, segundo Fernandes (1966), dados colhidos entre 1900 e 1920, indicam que embora tenha havido um crescimento significativo da população brasileira que sabia ler e escrever (de 3.380.451 para 6.155.567), o percentual dos que não sabiam ler e escrever permaneceu o mesmo, ou seja, 65%, passando de 6.348.869 em 1900 para 11.401.715.

Para Ribeiro (1993), a partir de 1920 houve uma melhora qualitativa na educação no Brasil, uma vez que a data assinala a introdução do ensino graduado, com o aparecimento dos primeiros “grupos escolares” ou “escolas-modelo”, substituindo o tipo mais comum de escola primária até então: “a de um só professor e uma só classe, agrupando alunos de vários níveis de adiantamento” (p. 85). A organização da escola primária na forma de grupos escolares levou a uma mais eficiente divisão do trabalho escolar ao formar classes com alunos de mesmo nível de aprendizagem. Essa forma de organização conduzia, também, a mais refinados mecanismos de seleção. No fundo, era uma escola mais eficiente para o objetivo de seleção e formação das elites.

A questão da educação das massas populares nas escolas ainda não se colocava. Essa questão emergirá na reforma paulista de 1920, conduzida por Sampaio Dória, em São Paulo, única dentre as várias reformas estaduais da década de 20 que procurou enfrentar esse problema mediante a instituição de uma escola primária cuja primeira etapa, com a duração de dois anos, seria gratuita e obrigatória para todos, tendo como objetivo garantir a universalização das primeiras letras, isto é, a alfabetização de todas as crianças em idade escolar. Por essa época, as creches

e Jardins de Infância eram praticamente inexistentes no Brasil e estavam vinculados aos órgãos de bem-estar social (e não de educação). O objetivo era: “(...) retirar as crianças abandonadas da rua, diminuir a mortalidade infantil, combater a desnutrição e formar hábitos higiênicos e morais nas famílias” (FARIA, 2002, p.14), confirmando o caráter filantrópico, assistencialista e médico-sanitário que marca o início da educação infantil brasileira. Somente na década de 1930, sob a influência do Movimento Pioneiro Escolanovista, surgiram no Brasil os Parques Infantis criados por Mário de Andrade, voltados para o atendimento das crianças oriundas da classe operária, cujas mães necessitavam trabalhar.



Escola pública do sexo feminino em Maria da Fé no início do século XX - Acervo: Elaine Freitas

Em Minas Gerais, assim como a maioria dos Estados brasileiros, pode-se afirmar que a educação escolar durante a República Velha, era uma ação pedagógica sob grande influência europeia e da educação escolástica (dos jesuítas), que correspondia às exatas necessidades da sociedade como um todo, ou seja, a função social da escola era a de fornecer os elementos que iriam preencher os quadros da política, da administração pública e formar a “inteligência” do regime. Havia, no entanto, um diferencial nas escolas entre a educação recebida pelos meninos e pelas meninas, como nos relata pesquisas de Resende e Faria Filho (2001, p.97-98):

Na instrução primaria só se deve ensinar, quanto for indispensável à todas as classes para os uzos ordinários da vida, e para preparo de mais elevada instrução [...]. Devem os Mestres ser capazes de ensinar aos meninos o seguinte. Ler, escrever, contar as quatro primeiras operações da Arithmetica, quebrados, raízes quadradas, e proporções [...] (cita alguns ensinamentos práticos, como os de pedreiro). As Mestras ás Meninas: devem ensinar-lhes tudo quanto convem que saiba huma mulher, que tem de ser a criada de si, e de seu marido; por isso a sua educação deve limitar-se a saber ler, escrever, e contar até as quatro primeiras espécies de Arithmetica, e todos os mais trabalhos de huma mulher no interior de sua casa.

De acordo com Resende e Faria (2001), no início do século XX, era difícil conseguir mulheres que quisessem ser professoras. A ideia de que as mulheres eram mais competentes que os homens para o exercício da profissão docente foi sendo construída aos poucos, à medida que o gênero feminino foi se emancipando e sendo valorizado pela própria sociedade brasileira. Por sua vez, “a lenta mas decisiva entrada do Estado nos negócios da instrução significou também a paulatina e decisiva produção da ideia de que o fracasso da escola e das políticas educacionais tinham um grande responsável: o professor”. A partir do final dos anos 30, mais e mais vai se demonstrando e produzindo a noção da incompetência do mestre. “Diante da falta de investimentos do poder público, a ‘culpa’ pelo fracasso da instrução é quase sempre designada aos professores”. (RESENDE e FARIA, 2001, p.97).

Quando se queria mostrar que estava “tudo bem”, elogiava-se a administração, a legislação, os atos do governo. Quando se queria mostrar como as coisas iam de mal a pior, quase sempre os professores recebiam a culpa. Alguns presidentes e diretores de instrução acreditavam e afirmavam que o ensino só melhoraria com a criação de uma Escola Normal. Mas os colégios de formação profissional eram raros e caros, o que afastava das famílias de baixa renda a possibilidade dos filhos saírem de casa para estudar em escolas particulares. Além disso, o pensamento da época era de que as mulheres não precisavam dar continuidade aos seus estudos, pois o destino da maioria delas era casar e ter muitos filhos. Os homens, por sua vez, deveriam garantir o sustento da família e quanto maior o número de filhos homens para a lida diária, seria o ideal. (RESENDE e FARIA, 2001).

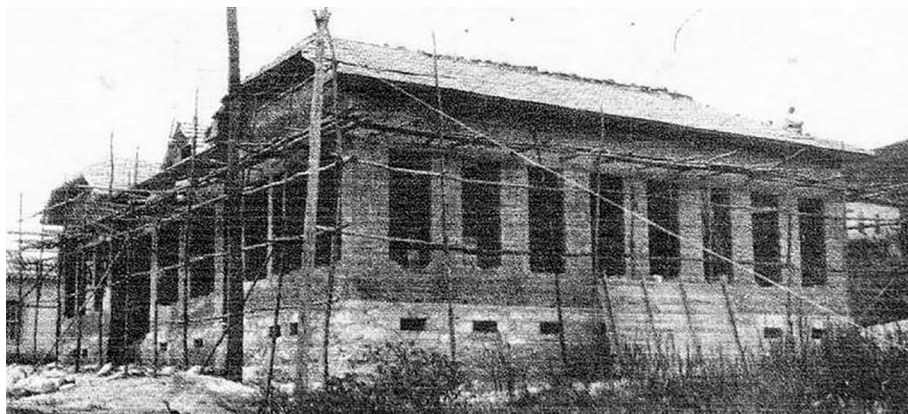
O livro de Amair Campos, “Enredado de Cipó” (2016, p.16), traz relatos de como os grandes fazendeiros dessa época cuidavam da educação das crianças e jovens no interior mineiro, pela fala de um tutor:

O melhor para as crianças é um colégio interno. Primeiro vai Francisco (filho mais velho de Antônio, o fazendeiro). É um colégio novo inaugurado em Lorena (Colégio São Joaquim), no Estado de São Paulo. Já fui lá e conheci a instituição. São padres salesianos de Dom Bosco, ótimos educadores. Os meninos precisam estudar para se tornarem homens dentro da religiosidade, instruídos, corretos, de negócios, para cuidarem das fazendas como devem. [...] Desta forma, três dos cinco filhos, nascidos em Cristina entre 1876 e 1888, estudaram nesse colégio. Anna Eugênia, por ser mulher, e Christiano Eugênio, menor, ficaram com a mãe Eugênia, sob assistência do tutor. [...] Ao sair do Colégio, o tutor os iniciava na compreensão dos negócios da família, como funcionavam as fazendas e tudo o que era necessário, desde a melhor época para as plantações, colheitas, escolha de melhor preço, vendas e envio dos produtos.

A escola era vista, portanto, como meio de aprendizagem de conhecimentos básicos, necessários à vida cotidiana, e não como meio de ascensão social. Os pais que não estavam satisfeitos com os resultados obtidos pelos filhos na escola apenas os retiravam dos estudos, sem fazer as devidas reclamações ao governo. Alguns deles chegaram a exigir um exame ou habilitação dos professores perante às Câmaras Municipais, mediante uma taxa módica, mas nunca foram ouvidos.

De acordo com Roteiro Cronológico de Maria da Fé¹¹, a partir de 1912 surgiram no nosso município algumas escolas elementares e destas só existe hoje a E.M. Arlindo Zaroni. As que mais se destacaram foram: Colégio Nossa Senhora de Lourdes (1912), dirigido por Cornélio de Faria; o externato Nossa Senhora de Lourdes (1913), sob a direção de Beatriz Brandão Nogueira; o Instituto Sul Americano (1917), sob a direção de Alfredo Bressane de Lima; e a Escola Pública Mista de Maria da Fé (1928), sob a direção de Maria Lomônaco Ferreira (D.Marocas) e o Grupo Escolar Arlindo Zaroni, em 1929, como já foi mencionado.

¹¹ Estes dados se encontram arquivados no Dossiê de Tombamento do Patrimônio Histórico-Cultural, na Secretaria Municipal de Cultura e Turismo de Maria da Fé



Construção do Grupo Escolar Arlindo Zaroni - Inaugurado em 1929 - Acervo da escola

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BASBAUN, Leôncio. História sincera da República: de 1889 a 1930. 2.ed. São Paulo: Editora Alfa-Omega, 1968.

FARIA, A.L.G. Educação Pré-escolar e cultura. 2.ed. São Paulo: Cortez, 2002.

FERNANDES, Florestan. Educação e Sociedade no Brasil. São Paulo: Dominus/EDUSP, 1996.

PADGURSCHI, Amair Campos. Enredado de Cipó. Enredos e desenredos de uma família pelas veredas de Minas e São Paulo. Murc Editora Gráfica, 2016.

RESENDE, Fernanda Mendes e. FARIA FILHO, Luciano Mendes. História da Política Educacional em Minas Gerais no século XIX: os relatórios dos presidentes da província. UFMG. 2001
Revista Brasileira de História da Educação. Disponível: <http://www.rbhe.sbhe.org.br>. Acesso em maio/2017

RIBEIRO, Maria Luisa Santos. História da educação brasileira- a organização escolar. 13. ed. rev., ampl. Campinas (SP): Editora Autores Associados, 1993.

ROMANELLI, Otaiza de Oliveira. História da educação no Brasil - 19. ed. Petrópolis (RJ): Vozes, 1997.

9 - A QUESTÃO DA SAÚDE NO INTERIOR DO BRASIL (INÍCIO DO SÉCULO XX)

A saúde Pública no Brasil até o início do século XX estava disponível, a uma parcela pequena da população e poucos tinham acesso a estes serviços no interior do Brasil. O poder público visava o controle e limpeza das habitações coletivas e dos espaços “imundos” das cidades, que recorria aos ideais de racionalidade científica, “ordem” e “progresso” para justificarem sua intervenção, a despeito das diferenças sociais e das lutas de classes. Apontando para a necessidade de higienizar e sanear, vacinar, construir diques e lavadouros, habitações salubres, edifícios, escolas e colégios etc, os higienistas, médicos e demais dirigentes intentavam não apenas transformar e modernizar as cidades, mas atingir os costumes e hábitos da população.¹²

A partir da primeira guerra mundial (1918), as condições precárias de saúde se acentuaram, devido particularmente à ineficiência dos serviços públicos e à distorção dos seus objetivos, que se distanciaram da questão social e pregavam uma política de saneamento destinado aos espaços de circulação das mercadorias exportáveis, notadamente o café, e a erradicação ou controle das doenças que poderiam prejudicar a exportação. Somente após 1926, com a campanha de vacinação de Osvaldo Cruz no Rio de Janeiro, a Reforma Sanitária de Carlos Chagas e a criação do Departamento Nacional de Saúde Pública que visava à extensão dos serviços de saneamento urbano e rural, além da higiene industrial e materno-infantil, a Saúde Pública passou a ser tomada como questão política e social.¹³

No entanto, não havia vacinas para todas as doenças e os antibióticos ainda estavam em fase de testes nos laboratórios estrangeiros, restando aos municípios do interior se desdobrarem em medidas profiláticas para conter a verminose e os surtos e epidemias de gripe, varíola, sarampo, entre outras, para evitar principalmente a mortalidade infantil.

¹² RIPARI, Ana Paula. História da saúde pública de 1920 a 1940. Disponível em <http://www.ebah.com.br/>, acesso em abril/2017.

¹³ Waldman EA. Doenças infecciosas: A herança para o século XXI. *Médicos* 1998; 1(5): 94-8.

No município de Maria da Fé era comum a presença de doentes com tuberculose, que procuravam um clima mais frio, indicado para a cura da doença. Também havia casos de hanseníase (lepra), cujos primeiros diagnósticos obrigavam as pessoas portadoras do Mal de Hansen ao confinamento compulsório e ao preconceito. Crianças, jovens ou adultos eram separados de suas famílias e forçados ao isolamento pelo Estado, numa medida que passou a ser questionada nos anos 50 e 60, quando tratamentos alternativos ao confinamento começaram a ser usados.¹⁴

Passagem do livro de Amair Campos (2016, p.57) descreve o tratamento de várias doenças em nossa cidade, por esta época, o que nos faz lembrar também os antigos conselhos das nossas avós e bisavós, quando ficávamos doentes:

Não havia água encanada, luz elétrica só nas ruas da cidade, nem antibióticos, nem médicos ou hospitais e outras facilidades. Tudo dependia da sabedoria dos pais para solucionar as doenças das crianças. Para as mais graves procuravam ajuda nas cidades um pouco maiores que, às vezes, possuíam um médico, ou então iam para a capital. As receitas eram transmitidas de mãe para filha. Um chá de camomila ou canela para cólica menstrual; outro para dor de cabeça; um escalda-pé para dor ou inchaço nas pernas; uma ventosa para dor nas costas; uma cataplasma feita com angu, enrolado em pano para bronquite, tosse etc. As mulheres iam buscar estas sabedorias com os mais velhos, se por acaso não se lembrassem do remédio.

E também como lidavam com a saúde da criança:

Nhá era especialista. Todos os anos seus filhos tomavam óleo de rícino para botar fora as bichas, tão comum nas crianças. Calçados, só quando iam a festas ou visitar parentes. Andavam descalças, portanto era natural que tivessem vermes. Desta forma ela evitava outros problemas. Comiam muitas frutas, verduras que plantava na rocinha, atrás da casa. Tomavam também

¹⁴ Sobre o afastamento das pessoas com Mal de Hansen da convivência familiar sugere-se a leitura do livro “Enredado de Cipó” de Amair Campos Padgurschi (Mogi das Cruzes-2016). A escritora, descendente do político Zeca Batista, descreve a história de Antônio Eugênio (Tonico), cuja esposa Cotinha e a filha Glorinha contraíram a doença e tiveram de se refugiar na fazenda Campos do Rosário, nos arredores de Cristina-MG, para não contaminar os demais membros da família. Muitas passagens desta história são verdadeiras e foram retiradas de memórias e depoimentos de parentes e amigos da família.

farinha com leite ou mingau pela manhã. José, o filho mais velho, gostava de fazer o mingau com banha, alho picado, farinha de milho e água. Misturava tudo na panela, no fogo, e depois comia. Isto era chamado “levanta defunto” (CAMPOS, 2016, p.57).

Para curar a gripe, a receita era: “Naquela mesma semana os filhos sentiram sintomas da gripe. Nhá, com ajuda de sua mãe, Zica, havia feito a xaropada com melão da cana, talo de agrião, guaco, mastrus e outras ervas. Todos tomavam colheradas, várias vezes ao dia. Se a febre era alta, fazia e aplicava-se emplasto, além do banho morno”. (CAMPOS, 2016, p.58)

Não faltavam “falsos médicos” e benzedeiros para debelar quaisquer perturbações corporais ou do espírito, como tirar bruxedos e co-brantos ou curar erisipelas e outras mazelas. Falsos curandeiros que faziam sucesso nas pequenas cidades do interior, como Maria da Fé, estão registrados no Jornal “O Município”. Exemplo é a notícia “Cadomblé” da edição n.6, do dia 01/04/1928:

Há dias teve o nosso delegado de polícia ciência que nesta vila aportara um curandeiro vindo de Nova Baden (município de Lambari). De posse de todos os informes, ordenou aquela autoridade que a policial, vestindo-se à paisana, se dirigisse até a casa onde reside José Sebastião e o prendesse. Assim, cerca de 20 horas do dia 23 último, Alvim Matheus Lopes, auxiliado pelos soldados João de Deus da Silva e Luiz Pereira, bateram à porta da casa onde o mesmo se hospedava. Apresentando-se como clientes, fácil foi o ingresso da polícia no antro do feiticeiro, onde um grupo de adeptos e consulentes jazia espalhado pelas dependências da casa, esperando sua vez. Recebida logo pelo curandeiro, a força policial deu-lhe imediatamente voz de prisão, ao que não se opôs o detento, que ato contínuo foi trazido para a delegacia em companhia de todas as pessoas presentes, que ascendiam ao número de oito. Depois das declarações prestadas por estas, teve lugar o interrogatório do curandeiro. Disse ele chamar-se Horácio Salvador dos Santos, contar 30 anos de idade e ser natural de Alfenas e residir em Nova Baden. Nas declarações que prestou disse Salvador que não cura com raízes, nem dá receitas, como falam; ele, curandeiro, cura com benzimento e rezando uma oração apropriada, deixa o doente fora de perigo. O criminoso foi apanhado no exercício de uma profissão proibida em lei, foi autuado em flagrante, tendo sido feito o respectivo inquérito.

10 - FLASHES DOS USOS, COSTUMES E ACONTECIMENTOS DE MARIA DA FÉ E ARREDORES, NO INÍCIO DO SÉCULO XX

10.1 EXCURSÃO À PEDRA BRANCA (PEDRALVA)

O texto a seguir, transcrito do Jornal “O Município”, de 16 de setembro de 1928 (p.1-2), descreve a apresentação teatral realizada na cidade de Pedralva, pelo Grupo Teatral de Amadores de Maria da Fé, com o intuito de angariar fundos para a construção da Igreja Matriz e também nos mostra as dificuldades de fazer uma viagem entre uma cidade a outra por esta época, que geralmente era muito demorada, obrigando as pessoas a pernoitarem no lugar de destino:

OS PREPARATIVOS - Só mesmo quem se dedica na direção de um grupo de amadores teatrais, pode calcular o insano trabalho que dá uma excursão. Os contratemplos naturais, as opiniões pró e contra, a organização do transporte, os ensaios preparatórios, o alojamento do destino, etc., são preocupações que às vésperas levam o desânimo aos promotores da ideia.

Para enfrentar porém, todos esses obstáculos houve, não só a boa vontade dos habitantes da vizinha cidade de Pedra Branca, como da grande parte dos nossos conterrâneos. Todos, incentivaram, sem cessar, a ideia elevada dos nossos abnegados amadores.

A PARTIDA - Às 9 horas da manhã do dia 7 partia o primeiro caminhão conduzindo parte da comitiva, secundado, 10 minutos após, pelo possante veículo do Sr. Arlindo Zaroni, também transportando excursionistas e parte da bagagem.

NO BAIRRO SÃO JOÃO - Quando atravessamos a fazenda de propriedade do nosso amigo Ignácio Mendes Ribeiro, fez ouvir o estrugir de muitos foguetes, aumentando ainda mais a alegria e encantadora algazarra produzida pelas nossas distintas companheiras. Alguns metros mais, éramos bondosamente obsequiados com deliciosas laranjas, gentilmente ofertadas pelo nosso assinante Pedro Batista da Silva. Foi nesse ambiente de alegria jubilosa que deixamos o município de Maria da Fé, para ingressarmos no território de Itajubá e logo após no de Pedra Branca. Inesperadamente, surgem à nossa frente dois caminhões, transportando grandes quantidades de jovens da cidade de Pouso Alegre. Foi para nós uma sur-

presa muito agradável, depararmos no meio daquele núcleo de futuros intelectuais, a figura austera e cativante no nosso prezado Bispo Diocesano. Nesse contentamento geral aportamos ao pitoresco arraial de S. José do Alegre. Surpresos, todos nos olhavam com interesse e curiosidade. Visitamos a Igreja e em seguida fomos recebidos muito gentilmente na residência da família do falecido Joaquim Francisco de Almeida. Mais alguns minutos rumamos para Pedra Branca.

EM PEDRA BRANCA - Avizinhava-se o meio dia. Distante ainda, divisamos a casaria branca da hospitaleira cidade que parecia nos enviar já os seus saudares. Instantes depois éramos recebidos na confortável residência de dona Anna Theodora de Faria, onde nos dispensaram carinhoso acolhimento.

Às 18:50 minutos a campainha do amplo cinema da localidade foi posta a funcionar, anunciando o próximo início do festival, e quarenta minutos depois o vasto salão da casa se achava literalmente cheio. Muito seleta a assistência. Vimos ali todo o escol Pedrabranquense. Notamos a presença da Câmara Municipal e diversas autoridades.

O ESPETÁCULO - Não podia ter sido melhor o desempenho dado ao programa pelas nossas conterrâneas. A apoteose inicial, em comemoração à data nacional com a apresentação solene do nosso símbolo auri-verde, sob o som do Hino Nacional, habilmente executado ao piano por mme. Bento Ferreira e acompanhado com cânticos, foi uma belíssima lembrança de civismo que muito enaltece os promotores da excursão. Provocou um reboar de frenéticos aplausos da assistência. Seguiu-se a nossa apresentação ao público, por intermédio de um mimoso pronunciado pela senhorinha Genoveva Vilela Pereira, e após, o nosso elenco deu execução às peças, das quais “O Município”, já teve ocasião de fazer a crítica ultimamente. Às 23 horas estava terminada a nossa missão perante o público, aquele público tão generoso de aplausos para com os nossos modestos amadores.

OUTRAS NOTAS - Terminado o espetáculo, a comitiva foi mi-moseada com um reconfortante chá da residência da família Faria, onde o Sr. Hermelino Gatto, interpretando o sentir dos marienses ali presentes agradeceu a carinhosa hospitalidade e o tratamento recebido pelos excursionistas, no seio daquela família dedicada. E com as demais saudações que se seguiram transportamo-nos ao confortável prédio do Club Pedrabranquense, onde animadíssimo baile teve lugar, debaixo de uma alegria comunicativa e que se prolongou até alta madrugada. Em todos os atos tocou o Jazz Band Mariense.

(Enviado Especial)

10.2 - VIDA NA ROÇA

“Outra moradora das Posses era Dona Isalina, neta de Zeca (Batista) e Siá Marica, sua esposa. Ela era filha de Joaquim e casada com outro Joaquim, seu primo, filho de Maria Inácia. Sua casa era um brinco! Quer dizer tudo brilhava do terreiro às panelas. O chão era de terra batida, seco e muito bem varrido, ficava brilhante e lustroso como encerado. As panelas, muito areadas, podiam até servir de espelho. Isso tudo era feito com areia e mato vassourinha. Juntava-se um punhado dessa planta, amarrava-se com arame e no meio um galho de árvore qualquer ou um bambu para servir de cabo. As colchas das camas eram de saco alvejado, assim como as toalhinhas que enfeitavam o seu paneleiro. Nas pontas, formando um bordado, as franjas desfiadas e trançadas. Um primor!”

(Amair Campos, Livro: Enredado de Cipó, p.45)

“Trabalho na roça é sempre muito difícil. É o gado pra recolher e ordenhar, preparar o cocho com o sal, levar o gado de um pasto para o outro, entregar o leite na cidade. Na lavoura, arar, plantar, cuidar, colher, guardar, transportar, vender. O dia começa no escuro e, às nove horas, a fome do almoço já está batendo. [...] Escuro ainda e Sá Eugênia já tirava do forno uns quitutes: broa de milho, biscoito de polvilho e sequilhos. Separou alguns, fez as trouxinhas, colocou no embornal. Quando Tunico levantou, o café estava passado, a mesa posta, a matula arrumada.” [...] “Cotinha está no terreiro, chamando as galinhas: - Quit, quit, quiiiiiiiit. Num instante ela fica rodeada de galinhas, pintinhos e o galo. Ela joga o milho e no alvoroço, sai até briga.

(Amair Campos, Livro: Enredado de Cipó, p.49)

“Chapéu no chapeleiro. Botas na porta da cozinha, livre do barro pelo raspador. Mãos e rostos lavados. Cabelos penteados. Todos à mesa. Que almoço! Arroz, feijão gordo, costelinha de porco bem cozida, ensopada com cebola. Rezam pelos doentes e agradecem o alimento; em seguida, esperam a avó servir ao pai para depois a eles (filhos) e a si mesma.” [...] “Deliciam-se com a sobremesa: doce de goiaba ou de leite com queijo, que Ana Preta trouxera para a mesa. Verdadeira delícia! Para se levantar e sair antes do pai, era necessário o pedido de licença.” [...] Os filhos foram cuidar de seus afazeres na expectativa da chegada das visitas. Primeiramente as tarefas de escola e, em seguida, limpar terreiro, queimar folhas secas, olhar o leite que vai ferver, torrar café no fogão, catar gravetos, limpar os penicos e as escarradeiras (dessas, todo mundo fugia), desfiar sacos pras toalhas. Cada um tinha um dever.” [...] “Depois do jantar, cada um em sua cama, lamparinas apagadas, silêncio.”

(Amair Campos, Livro: Enredado de Cipó, p.66-67 e 69)

10.3 - A CAPELA PEGOU FOGO

“Domingo pela manhã era obrigação assistir à missa celebrada numa capelinha desde outubro de 1922, quando ocorreu um grande incêndio na igreja. Como ela fora erguida na parte mais alta da cidade, de todos os lugares se podia avistar as labaredas que consumiam a matriz. Correram acudir padre José Vicente. Nada lhe acontecera, mas os documentos todos, o fogo engoliu na sua fome enlouquecida. Descobriu-se mais tarde que alguém esquecera uma vela acesa na sacristia. Novos esforços para sua reconstrução. As duas torres, novamente erguidas, apontavam para o céu, quando novo susto abalou a cidade. Era madrugada e se ouviu um estrondo assustador. Não sabiam de que se tratava. Pelas cabeças passavam guerra, canhões, fim do mundo e tantas outras conjecturas. Eram as torres. Ruíram. E teve início sua reconstrução. Para que pudessem resistir, resolveram colocar trilhos de trem na sua armação. Nunca mais deixaram de mostrar a fé que conduz os habitantes daquela cidade mineira”. (Amair Campos, Livro: Enredado de Cipó, p.95)



Primeira Igreja Matriz de Maria da Fé, demolida em 1928 e a antiga praça. À direita, que destruiu o arquivo paroquial (Livro do Tombo) e outros documentos. Revista Centenário da Paróquia de Maria da Fé, p.10 e 11.



10.4 - RUIU PARCIALMENTE O TELHADO DA MATRIZ EM CONSTRUÇÃO

No dia 25 de março de 1929, às 14 horas mais ou menos, desabou uma parte do telhado da Matriz em construção ferindo gravemente o Sr. José Augusto da Cunha. O acidente em questão foi atribuído a queda de um raio e poderia ter feito mais vítimas se não fosse hora do café da tarde dos outros operários. De acordo com o Pe. Lauro de Castro isto se tornou um incentivo a mais para que a população se unisse em torno do término do templo. (Reportagem do jornal "O Município n.32, de 07/04/1929, p.1)



Catequese Paroquial - 1937
Revista Centenário da Paróquia de Maria da Fé
(acervo da Paróquia N.S. de Lourdes)

10.5 - FESTAS

“Todos queriam ir, mas alguem precisava ficar com Cotinha e Maria da Glória (doentes com hanseníase) e desta vez a escolhida foi Rosa, que, embora triste, compreendeu. Muita euforia na arrumação e a opção para a viagem até Aparecida foi o carro de boi. Fausto arrumara tudo. Sobre a mesa do carro, colocara um colchão de palha de milho. A matula, organizada desde a véspera, continha bolos, pães, farofa, frango assado e quitutes suficientes para o trajeto que deveria levar todo o dia, além de mantimentos para os dias que lá ficariam. Todos se ajeitaram em seu cantinho. As meninas preferiam andar com as pernas para fora e os pés quase arrastando na estrada”. [...] Era Semana Santa e Tunico alugara uma casa para que pudessem participar das cerimônias. A semana transcorreu entre casa e a igreja: Domingo de Ramos, cerimônia do Lava-pés, procissão do Senhor Morto. Dos Sete Passos, com a Verônica cantando a cada quadro das quedas do Senhor a caminho do calvário. Sábado amanheceu ensolarado e saíram para ver a Malhação do Judas. Arrastando um boneco com roupas de homem e recheado de palhas, os moleques percorriam as ruas e no comércio pediam balas e doces... As meninas ficaram na calçada aguardando de vontade de malhar também, mas não era atividade para a mulher.” (Amair Campos, Livro: Enredado de Cipó, p.107-108)

10.6 - O FUTEBOL, O CINEMA E O CLUBE MARIENSE

As sessões do Cine Pátria, o Clube Mariense e o futebol eram atrações que divertiam as pessoas em cidades do interior como Maria da Fé, além das apresentações dos espetáculos circenses, teatro e saraus, que aconteciam esporadicamente. Hermelino Gatto, redator do Jornal “O Município”, primeiro Prefeito de nossa cidade e por várias vezes goleiro do time mariense publicou diversas reportagens no citado jornal sobre a alegria que estas atividades proporcionavam ao povo, notadamente o cinema, o clube e o futebol, onde todos os membros da família podiam comparecer. No futebol, embora predominasse o gênero masculino, havia a presença de moças nos atos sociais, quando se escolhia a madrinha de um time ou ainda em ocasiões especiais, quando o Sport Club Mariense enfrentava as cidades vizinhas, nos campeonatos regionais. Entre os nossos craques, o jornal “O Município” cita o nomes de Satyro, Waldemar e Borelli. (Edição de 7 de dezembro de 1930, p.2)



“O futebol, trazido pelo Pe. José Augusto tornou-se a paixão dos rapazes da cidade, principalmente dos filhos do então Presidente da Câmara Municipal de Maria da Fé, Joaquim Gomes Franqueira - viúvo da filha do capitão João Ribeiro de Paiva e Luz. Para contentá-los, seu Quincas doou um terreno para as partidas, onde hoje é o estádio municipal. O local tornou-se ponto de encontro aos domingos, quando lá comparecia a torcida, todos vestidos de terno de brim cáqui para os mais pobres e de linho irlandês para os mais ricos, botinas e chapéus”.

(Fonte: Revista do Centenário, vol.1, pág.14)



“Time dirigido por Antônio Peralta (de terno branco).
Pela idade de meu pai, Waldemar Zaroni
(3º depois de Peralta), deve ser a década de 1930.
Com Peralta, Waldemar Zaroni, Jorge Franqueira e Antônio Franqueira”.

Facebook: publicação de Mari Léia Zaroni (15/04/2013)



*Ex-Prefeito Alfredo Gaspar Guimarães, no centro.
(década de 20) - Acervo Elaine Freitas*



*Campo de Futebol (1929) - Alunas do G.E. Arlindo Zaroni -
Semana da Pátria - Acervo da Escola*

O CLUBE MARIENSE

O Clube Mariense, foi fundado em 1º de novembro de 1926, por iniciativa de um grupo de jovens, tendo à frente o farmacêutico Leoni Soares e o acadêmico Lauro Zaroni. Sua primeira diretoria era composta dos senhores Alfredo Guimarães, presidente; Leoni Soares, vice-presidente; Ítalo Venturelli, 1º Secretário; Carlos Vicente, 2º Secretário; José Francisco Barbosa, tesoureiro; José Rangel, procurador e Dr. Álvaro R. Seabra, orador oficial. Depois foi introduzido o cargo de bibliotecário assumido durante muito tempo por Gentil Valério Fernandes e Hermelino Gatto substituiu o orador. Como diversão proporcionada pelo Clube cita-se a Biblioteca e vários divertimentos como ping-pong, jogos de damas e xadrez, além de uma “vitrola ortofônica”, com variadíssima coleção de discos escolhidos. (“O Município”, de 1º/06/1928, p.3).



*Incêndio do Clube Recreativo Mariense
(1983) (autor desconhecido)*



*Incêndio do Clube Recreativo Mariense
(1983) (autor desconhecido)*

Na página seguinte, o jornal traz o retrato da principal banda que animava os bailes do Clube: Jazz-Band Mariense, composta pelos seguintes músicos:



Da esquerda para a direita, em pé: Virgílio Santos, Dr. Américo de Paiva, Hermelino Gatto-regente, Alfredo Guimarães-diretor, Joaquim H. Faria, Gastão Pinheiro e Gentil Fernandes. Sentados: Otto Cardoso, Benedicto Carvalho, Pedro Alcântara e Anthero de Barros.

Fonte: Jornal "O Município", de 01/06/1928, Ano1, n.10, p.6.

10.7 - CARNAVAL

Batalha de confete: “Hoje, se o tempo permitir, à tardinha haverá imponente batalha de confete em frente ao Clube Maria da Fé. À noite haverá baile a fantasia que se repetirá amanhã e terça feira.

(O Município - 19/02/1928 - Hermelino Gatto-redator, p.2).



CARNAVAL DE 1924 - EM MARIA DA FÉ.

“Creio ser esta a foto mais antiga do carnaval local que tenho no arquivo.

Carros (bois) alegóricos, confete e serpentina - de fantasia ou temo completo”.

Acervo e comentários de Mari Léa Zaroni

CARNAVAL EM MARIA DA FÉ - “pelos vestidos femininos, parece ser entre as décadas de 1920 e 30. Reconhecidos: à esquerda, pierrô negro é um dos irmãos Franqueira; o senhor de terno preto é Alfredo Guimarães, um dos fundadores do Clube Recreativo de Maria da Fé; o pierrô branco, é Gentil Valério Fernandes, pai de Vilma Fernandes e Lourdinha Torres, da Pomária, com um dos irmãos Franqueira e Alfredo Guimarães”.

Facebook: Acervo e comentários de Mari Léa Zaroni.



Notícias do Carnaval: Terça feira veio embruscada. Choveu. À tarde uma boa estiada, trouxe o povo para o centro. O corso se formou animado e o povo brincou a valer. O “choro” do Peralta, Anthero, Dito, Gatto, Ítalo, Rangel e Manoel deu a nota da tarde puxando o corso primeiro, e no meio da plebe, depois. O animadíssimo baile que o nosso Clube promoveu foi o ciclo que encerrou os festejos.

O baile infantil de segunda feira levado a efeito no amplos salões do Clube e o concurso de fantasias que então se realizou foi a nota encantadora da tarde desse dia. Venceram este concurso, por decisão unânime da comissão julgadora: o menino José Guimarães e a menina Maria de Lourdes Guimarães - ambos filhos do Sr. Alfredo Guimarães, coproprietário desta folha. (O Município - 04/03/1928 - Hermelino Gatto-redator, p.2)

10.8 - NOTAS

Código de Menores: Está em pleno vigor nesta vila o Código de Menores. O nosso criterioso delegado, cidadão Adeodato Monteiro de Barros, vem agindo com muito acerto no desempenho das ordens recebidas, e o povo, ordeiro como sempre, tem recebido com muito respeito e simpatia as providências policiais.

(O Município - 18/03/1928 - Hermelino Gatto-redator, p.1)

Mercadinho das Posses - Os srs. Domingos Tótora e José Guilhermino de Campos, acabam de formar uma sociedade no populoso bairro das Posses, para exploração do ramo comercial e para o que ali montaram o “Mercadinho das Posses”.

(O Município - 18/03/1928 - Hermelino Gatto-redator, p.1)

Febre aftosa - A febre aftosa tem atacado de uma maneira assustadora o gado vacum e os suínos. A mortandade está se tornando intensa, principalmente na Fazenda Bela Vista, de onde as notícias não são lisonjeiras.

(O Município - 18/03/1928 - Hermelino Gatto-redator, p.1)

Reclamações da Companhia Industrial Sul Mineira (fornecedora de luz elétrica): Diante do que se tem verificado atualmente, da maneira pela qual somos servidos, e dos prejuízos de correntes dessa anomalia na iluminação elétrica, que tem levantado não poucas queixas dos consumidores, é oportuna e justificável a reclamação que hora resolvemos endereçar à Cia Industrial, pedindo providências para a remoção da anormalidade que reina no seu serviço de luz nesta vila. Inda agora, durante os festejos carnavalescos - dias e noites em que perdurou sempre mal tempo - ficamos privados da luz das 2 horas em diante, nas noites de Domingo. Segunda feira, além das diversas interrupções havidas logo ao anoitecer e que causaram não poucos aborrecimentos, pois foram algo prolongadas.

(A Luz Elétrica - O Município - 25/02/1929 - Hermelino Gatto-redator, p.1)

10.9 AS PROPAGANDAS DO JORNAL “O MUNICÍPIO” DE 15/04/1928:

OFICINA SÃO JOSÉ: Carpintaria e marcenaria movida a eletricidade - construções e reconstruções - Amadeu de Souza Gomes - Maria da Fé - MG.

ÁLVARO BARROSO & CIA - Comissões e consignações de queijos, manteiga, toucinho, cereais e mais gêneros do país. - Rua do Rosário, n.79 - Caixa Postal 1048 - Rio de Janeiro - representante no Oeste e Sul de Minas (Maria da Fé): José Gonçalves Sobrinho.

HOTEL LEMOS - de Menotti Marchetti - Situado a 1258 metros de altitude e próximo à Estação da Rede Sul Mineira. Tem todas as instalações modernas, de acordo com a Higiene e em edifício de Sobrado. É dirigido por seu proprietário e família. Acha-se preparado para receber famílias e cavalheiros. Maria da Fé - Sul de Minas.

CASA LUSITANA - a mais barateira desta Vila - Fazendas, Ferragens, Chapéus de sol, Armarinho, etc. de Albino de Souza Cardoso - Mantimentos e Molhados - compra e vende gêneros do país - bem montada filial à Rua 1º de Junho - Maria da Fé - Sul de Minas.

BAR UBIRAJARA - Doces de qualidades. Conservas diversas. Queijos, salames, presuntos, manteiga, etc. - Vinhos diversos - bebidas - cigarros - Bem montada barbearia ao cargo do competente oficial MOREIRA - Cabelo e barba 1\$500 - cabelo de crianças 1\$500 - Bilhares - automóvel de aluguel - Maria da Fé - Rede Sul Mineira. Este Bar passou para o Sr. Vicente Cosenza nos anos 30.

MÁQUINA DE ESCREVER PORTÁTIL - Máquina de escrever portátil n.100 - Novo modelo aperfeiçoado. É muito ligeira; pode levar consigo mesmo para qualquer lugar e embora pequena dá os mesmos resultados das melhores máquinas de escrever caras. Não exige habilidade ou experiência alguma, porque não é complicada como as máquinas de escrever grandes, até um menino pode usá-la sem dificuldade. Preço da máquina a título de reclame rs. 160\$000, mais rs. 1\$500, para as despesas de expedição e embalagem. O pagamento deverá ser feito ao fazer-me a encomenda, em vale postal ou cheque bancário dirigido a EROS MINUCCI - Caixa Postal, 1957 - Rio de Janeiro.

CABELOS DE SENHORAS - Iracema Velloso, tendo adquirido prática para cortar cabelos de senhoras, aceita chamados a domicílio. Preços: Senhoras ... 1\$500 Crianças ... \$500

BOM NEGÓCIO - vende-se uma bem montada casa de moradia, com moinho anexo movido a força motriz, 3 alqueires de roça e 50 alqueires de sementes de batatas, tudo pela módica quantia de 15:000\$000. Tratar com Antenor Zaroni, nesta localidade.

VAMOS ATÉ LÁ - Não é longe; fica ali nos baixos do Hotel Lemos, onde você encontrará a alfaiataria do Pedrinho Barletta que executa caprichosamente qualquer terno que desejares. Lá encontra-se também um variado sortimento de casemiras e brins de padrões modernos, onde encontrarás um corte a teu gosto. E não é só isso, há a vantagem de ser tudo por preços baixíssimos ... mas só a dinheiro ...

ÔNIBUS MARIA DA FÉ - ITAJUBÁ: “Desde sexta feira última, o Sr. Sebastião de Castro iniciou um regular serviço de passageiros entre esta Vila e Itajubá, feito provisoriamente em automóvel comum. As viagens serão feitas às segundas, quartas e sextas feiras, e aos domingos, partindo o automóvel desta Vila às 14 horas e de Itajubá às 17 horas, custando 10\$000 cada passagem de ida e volta.” (O Município - 04/05/1930)

LEIAM O “O JORNAL”: Órgão essencialmente informativo e de maior difusão em todo o Brasil - Política - Literatura-Mundanismo - Colaboração nacional e estrangeira - Correspondência diária de suas sucursais e Agências do interior - Completo serviço Telegráfico do Exterior - Toda correspondência deverá ser dirigida ao Diretor “d’O Jornal”: Rua Rodrigo Silva, 12/14 - Rio de Janeiro - Representante nesta localidade: Marchetti e Cia - Maria da Fé - Minas.

MEDICAMENTOS -

a) Vinho Creosotado do Farmacêutico João da Silva Silveira - Poderoso tônico e fortificante - empregado com grande sucesso na fraqueza geral - Reconstituente de 1ª ordem.

b) Elixir de Nogueira - Empregado com sucesso nas seguintes moléstias: escrófulas, inflamações do útero, corrimento dos ouvidos, gonorreia, fistulas, espinhas, cancros venéreos, raquitismo, flores brancas, úlceras, tumores, sarnas, reumatismo em geral, manchas da pele, afecções do fígado, dores no peito, tumores nos ossos, latejamento das artérias do pescoço e finalmente em todas as moléstias provenientes do sangue.

10.10 A PRIMEIRA OPERAÇÃO CIRÚRGICA REALIZADA EM MARIA DA FÉ

Na edição n.95, de 27/07/1930, o jornal “O Município” publicou em primeira página, a operação cirúrgica realizada em nossa cidade, em condições excepcionais, uma vez que o município não possuía ainda um local apropriado para realizar o procedimento. No seu próprio consultório, situado à Rua Arlindo Zaroni, o Dr. J. Ribeiro Cavalcanti com auxílio dos farmacêuticos Ormeu Junqueira Ferraz e Benevenuto Arantes de Paiva, o universitário José Zaroni e o Sr. Menotti Marchetti, fez a extração de um bócio cístico (vulgarmente chamado de “papo”), da Sra. Belina Borges, residente no município. “O ‘papo’ referido pesava, conjuntamente com mais dois outros pouco desenvolvidos, seis quilos completos, sendo os menores do tamanho de uma laranja, cada um”.

A HISTÓRIA CONTINUA....

Esperamos que esta leitura sobre a história do Legislativo mariense tenha lhe proporcionado uma bela viagem ao tempo e que nela você tenha encontrado motivação para buscar mais informações sobre o nosso Município.

Você deve ter percebido que o acervo do Memorial da Câmara é rico em histórias nunca antes narradas e que este primeiro tomo é suficiente para concluir que ainda há muito a ser estudado e aprofundado. Os documentos produzidos cotidianamente pela Câmara permitem vários enfoques e interpretações, tornando as possibilidades de pesquisa inesgotáveis.

Reconhecemos a importância desse acervo para o desenvolvimento da história local, afinal seus registros traçam a trajetória sócio política do município, desde sua fundação até a configuração atual da cidade, se constituindo, assim, como fator que reforça o sentimento de pertencimento mariense.

A continuidade e a manutenção do Memorial da Câmara Municipal de Maria da Fé são, portanto, a melhor e mais adequada forma de preservar as fontes que fazem parte dessa história em construção permanente.

Que cada cidadão mariense, no exercício de sua cidadania, possa refletir sobre a importância do Legislativo e contribuir com a cidade para um futuro ainda mais promissor.

Vereadores 2017/2020



A EXTINÇÃO DA CIDADE

O que vai extinguindo a cidade
é terem morrido o trem e o menino que espiava o trem?
É a falta que ficou fazendo a casa dos avós,
Os quintais? O para lá deles?
Os terrenos à beira do rio?
O que extingue, em nós, uma cidade
É as novas ruas abertas, os prédios?
É o muro novo do cemitério comendo o pasto?
É ficarmos à sombra de dada árvore, há tempos derrubada?
O que mata a nossa cidade é o empilhar de datas
Ou o som de chuva mais em ferros que em folhas?
Olhando do alto do morro longe,
O que mata a cidade é haver mais cidade do que havia?
É os que morreram
E ter nascido os que sobreviverão a nós?
A gente conversando no pretérito
Insepultos vultos,
Na esquina depois da festa que não há mais.
É dizermos “no meu tempo”?
É morarmos em retratos?
Minha mão segura o calor da mão do meu pai me segurando -
meio de multidão, era inauguração da rodovia.
O que mata a cidade é ter jardins enfiados nos jardins?
A cor dos cabelos das meninas, depois da aula na escola demolida?
É a chaminé que havia aqui
Sua fumaça, aquela nuvem?
...Caía um junho na cachoeira depois do matadouro,
Voltávamos, quase noite, da casa da tia-avó falecida.
A cidade acabava ali,
Entrávamos nela pelo seu final.
Junhos insistem, porém o frio ainda é aquele.
E a cidade, ex-cidade, fica por fim, apenas ruas e casas.
funcionando em comércio, carros e gente
Calçamento e postes e pracinha.
E a cidade, a que morreu, passa a ser moradora nossa.

Paulo Gonçalves, Maria da Fé, 2017

Emoção Mineira

*Viajei até Minas!
Quando comecei a vislumbrar
Aquelas montanhas distantes,
Banhadas de azul-profundo,
Meu peito ardeu de saudade
Não segurou a lágrima de felicidade.*

*Coisa mais bonita que existe
É ficar sob o teu céu, Maria da Fé!
Quero sentir no peito a tua mão de carícia
E adormecer ao som de tua voz materna,*



*Tudo é emoção em tuas ruas,
Tuas águas e teus céus azuis.
O vento é fino e frio,
O céu é pintadinho de estrelas.
O silêncio é longo e me escuta.
É sábio e sempre me oferece respostas.*

*Esses instantes são mágicos.
Explodem dentro de mim
Como fogo ardente e imprimem essas emoções sem fim
Não é possível esquecer Minas
E aquelas noites amorosas, suaves, ancestrais...*

*Poesia de Maria do Carmo Silva Soares, publicada no seu livro
“Do outro lado da montanha” (2010, p.19), dedicado à cidade de
Maria da Fé, onde nasceu. Atualmente reside no Estado de São Paulo.*

Foto de Eduardo Serrano (2017)



Memorial da Câmara Municipal de

Maria da Fé